

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

EDUARDO ORTIZ

JOSUÉ GUIMARÃES LEITOR DE JEAN ROCHE: RESSONÂNCIAS DA  
HISTORICIDADE EM *A FERRO E FOGO*

**CAXIAS DO SUL**

**2016**

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE  
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, CULTURA E REGIONALIDADE

EDUARDO ORTIZ

JOSUÉ GUIMARÃES LEITOR DE JEAN ROCHE: RESSONÂNCIAS DA  
HISTORICIDADE EM *A FERRO E FOGO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul como requisito para a obtenção de título de mestre em Letras, Cultura e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

**CAXIAS DO SUL**

**2016**

O77j Ortiz, Eduardo

Josué Guimarães leitor de Jean Roche : ressonâncias da historicidade em A Ferro e Fogo / Eduardo Ortiz. – 2016.

131 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2016.

Orientação: Márcio Miranda Alves.

1. Josué Guimarães. 2. Romance histórico. 3. Imigração alemã. 4. Historicidade. 5. Regionalidade. I. Alves, Márcio Miranda, orient. II. Título.

**Josué Guimarães leitor de Jean Roche: ressonâncias da  
historicidade em *A ferro e fogo***

Eduardo Ortiz

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 05 de outubro de 2016.

Banca Examinadora:



Dr. Douglas Ceccagno  
Universidade de Caxias do Sul



Dr. João Claudio Arendt  
Universidade de Caxias do Sul



Dr. Márcio Miranda Alves  
Universidade de Caxias do Sul

*Parecer emitido a distância.*

Dr. Miguel Rettenmaier da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à minha noiva,  
Ingrid Baggio Smalti

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais,  
pelo suporte constante.

À Ingrid,  
pelo amor e apoio.

Ao professor Márcio,  
orientador e amigo.

Aos amigos,  
André, Letícia, Cristiano, Sibeles, João, Clarice, Rosângela, Vicente, Rafael e tantos outros.

À família de Josué Guimarães, por disponibilizar o material que constitui o Acervo Literário.

Ao professor Miguel Rettenmaier,  
por ter aberto as portas do Acervo Literário de Josué Guimarães e proporcionar esta pesquisa.

*Se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer romancista. História de grandes amores, de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil – em Santa Catarina, depois o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias.*

Josué Guimarães

## RESUMO

A presente pesquisa visa investigar as relações entre história e literatura a partir do romance histórico *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, e a obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche. Para isso, analisa a forma como a narrativa do historiador serve de fonte de pesquisa para o romancista. Em arquivos localizados no Acervo Literário Josué Guimarães, investiga as anotações feitas pelo escritor da ficção em um exemplar da obra do historiador para interpretar o processo de criação literária e a ressignificação dos eventos históricos. Assim, busca apontar as ressonâncias da historicidade no romance.

**Palavras-chave:** Josué Guimarães. Jean Roche. Romance histórico. História e literatura.

## ABSTRACT

The present research aims to investigate the relations between History and Literature in the historical novel *A ferro e fogo*, by Josué Guimarães and the work *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, by Jean Roche. For this, it analyzes the manner the historical narrative is used as a research source to the novelist. In the archives located at Acervo Literário Josué Guimarães, it investigates the notes left by the fiction author in one copy of the historian work to understand the literary creation process and the reinterpretation of historical events. In that way, it aspires to point out the historicity resonances in the romance.

**Keywords:** Josué Guimarães. Jean Roche. Historical novel. History and Literature.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. NARRATIVA FICCIONAL E FONTES HISTÓRICAS.....</b>	<b>17</b>
2.1    Georg Lukács e a teoria do romance histórico.....	17
2.2 <i>A ferro e fogo</i> como romance histórico.....	25
2.3    Pesquisas em acervos literários: novas possibilidades.....	31
<b>3. DESCRIÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE AMBIENTE.....</b>	<b>36</b>
3.1    As personagens em sua incidência regional: processos de criação.....	36
3.2    Da história para o romance: personagens “reais” como possibilidades.....	60
3.3    A construção ambiental da região de colonização alemã.....	69
<b>4. OS CONFLITOS DA PROVÍNCIA NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>79</b>
4.1    Fronteiras flutuantes: a Guerra da Cisplatina.....	79
4.2    A Guerra dos Farrapos e a Colônia de São Leopoldo.....	85
4.3    A Guerra do Paraguai e os alemães.....	94
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A história e a literatura possuem percursos e efeitos muito parecidos. Embora uma dependa de fontes documentais e a outra represente acontecimentos do passado com a finalidade de reinterpretá-los e ressignificá-los a partir da imaginação, ambas são narrativas que nascem da interpretação de seus autores. Nessa interface, ambas alimentam-se de material discursivo, mediadas pela organização subjetiva da história feita por cada escritor, colaborando dessa maneira para a construção de novos discursos que irão moldar o imaginário histórico coletivo.

Sabemos que o leitor comum não busca na História os acontecimentos do passado para ressignificá-los já que o seu objetivo ao ler uma narrativa não é fazer ciência, mas, sim, desfrutar de um momento de lazer e ao mesmo tempo obter alguma noção sobre os episódios abordados. Dessa forma, um romance histórico, por exemplo, tem um efeito sobre o leitor da ficção muito parecido com o causado aos de uma obra histórica, uma vez que ambas as leituras proporcionam uma contextualização de um período de tempo passado, o que deve implicar em uma certa interpretação do evento narrado.

Nesse sentido, a história e a literatura buscam narrar os fatos ocorridos em um determinado período: são formas distintas, porém próximas, de encontrar a realidade e atribuir a ela sentido, na medida em que ambas criam um enredo para desvendar uma trama, produzindo “discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a história e a literatura oferecem o mundo como texto”. (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Tanto a narrativa histórica quanto a escrita de um romance histórico possuem o “real” como referência, seja para confirmá-lo ou para negá-lo. Todavia, a história encontra limites – as fontes disponíveis – que a literatura desconhece, ou seja, existe uma distinção de compromisso com a realidade entre os dois tipos de narrativa. Por outro lado, devemos levar em conta que a obra literária nunca nasce do vazio e sem conexão com sua época. Ao contrário, ela surge no centro de discursos vivos, diretamente ligados “ao contexto no qual estes se fazem presentes. Inseridos no campo das relações de poder, os discursos procuram estabelecer uma determinada ordem das coisas seguindo interesses de ordem política, econômica, social e cultural.” (GEVEHR, 2013, p. 565).

Essa conjuntura pode ser notada na obra de Josué Guimarães – como poderemos ver mais adiante –, pois tanto as suas personagens “reais” quanto o ambiente onde a trama ocorre passaram por processos de reelaboração e ressignificação, alterando dessa maneira, talvez, o seu sentido.

Independentemente de haver forças que levam as regiões e os eventos a novas significações, o fato é que por meio do discurso da obra literária podemos captar a ambiência de um determinado período, ou, nas palavras de Silva: “à tradicional pergunta de como os indivíduos vivem na sociedade outra se sobrepõe: como a sociedade existe nos indivíduos”. (SILVA, 2009, p.1).

Durante muito tempo a literatura foi tratada como mera ficção, à qual foi negada a condição de fonte histórica para a compreensão de um determinado período. Porém, como afirma Pesavento,

fontes não são o acontecido, mas rastros para se chegar a este. Se são discursos, são representações discursivas sobre o que se passou; se são imagens, são também construções, gráficas ou pictóricas, por exemplo sobre o real [...] por um lado, são rastros, marcas de historicidade; por outro, são representações de algo que teve lugar no tempo. (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Ou seja, toda produção cultural possui a sua historicidade, na medida em que ela surge em um determinado tempo e espaço e, por isso, traz consigo aspectos históricos e socioculturais de sua época. E é justamente essa historicidade buscada por Josué Guimarães que o leva ao encontro do historiador francês Jean Roche, pois o romancista procura a todo momento enriquecer a sua obra com costumes de época e eventos históricos no intuito de assegurar a verossimilhança com o período narrado.

Assim, analisamos neste trabalho a representação da imigração alemã e a forma com que o escritor Josué Guimarães apropria-se da história oficial a partir da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche. Para isso, partimos do pressuposto de que o romancista baseou-se em dados e informações dessa obra para escrever os romances históricos *A ferro e fogo: tempo de solidão* e *A ferro e fogo: tempo de guerra*, duas narrativas que tiveram grande aceitação por parte do público e que foram responsáveis não apenas por manter viva a memória desse evento ao representar os acontecimentos e as personagens – essas como possibilidades de sua época –, mas também por disseminar uma imagem da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul por meio da visão, intenção e interpretação do romancista. Em relação a esse papel que atribuímos ao texto literário, Chartier afirma que os leitores

não se confrontam nunca com textos abstratos ideais, separados de toda materialidade: manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido. Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação. (1991, p. 182).

Nesse sentido, este trabalho procura responder ao seguinte problema de pesquisa: como ocorrem as ressonâncias da historicidade em *A ferro e fogo*, partindo do pressuposto de que o romancista busca na obra de Jean Roche elementos para a ficção?

Para isso, temos como objetivos analisar as fontes que foram utilizadas por Josué Guimarães para a produção de suas obras, fazendo um estudo comparativo entre a narrativa histórica e a literária, analisando o diálogo que ocorre entre a história (as fontes) e a literatura (a obra ficcional). Ao localizarmos informações que teriam auxiliado Josué Guimarães na escrita de seus romances, procuramos analisar as implicações dessas escolhas na constituição das personagens e nos rumos do enredo. Buscamos, também, compreender a possível recepção e a interpretação de Josué Guimarães em relação às fontes que utilizou para representar a imigração alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o intuito de compreender o processo de criação de *A ferro e fogo*, de forma a contribuir com a relação entre os estudos literários e historiográficos.

Desenvolvemos a pesquisa a partir de uma investigação no Acervo Literário Josué Guimarães (ALJOG), que está instalado desde 2007 na biblioteca do Campus Central da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob os cuidados de Miguel Rettenmaier. Nesse acervo podemos encontrar uma grande diversidade de materiais que foram utilizados por Josué Guimarães durante a sua vida, como obras literárias de outros autores e livros na área da história que foram empregados pelo autor para se embasar sobre os assuntos presentes em suas narrativas. Entre estes últimos, muitos possuem anotações feitas por Josué Guimarães. Também é possível encontrar em seu acervo diversos manuscritos e grande variedade de cartas trocadas com outros autores de renome na literatura brasileira, assim como objetos pessoais do autor, tais como prêmios, máquinas de escrever, óculos, aparelhos de barbear, passaportes, entre outros.

As fontes históricas sobre as quais nos debruçaremos são suas anotações em livros, principalmente *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I*<sup>1</sup> e *A colonização alemã e o Rio*

---

<sup>1</sup> Título do original francês: *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*. Publicado originalmente em francês em 1962, foi responsável por conferir a Jean Roche o título de doutor pela Universidade Paris V Sorbonne. Essa obra é dividida em dois livros e considerada até hoje como um dos mais importantes e completos estudos acerca desse tema.

*Grande do Sul II*, de Jean Roche<sup>2</sup>. Serão utilizados também alguns documentos que demonstram a opinião de Josué Guimarães sobre o evento da imigração. Com esse material, acreditamos ser possível compreender os processos de apropriação histórica de Josué Guimarães sobre o evento e os resultados dessa “transposição” de informações para o plano das representações. Com isso, poderemos analisar com um embasamento que acreditamos ser inédito o processo de criação literária dos seus romances históricos *A ferro e fogo*, os quais, por sinal, foram muito significativos por contar a “história” da imigração para o público em geral, tendo ainda mais repercussão após a obra ser adaptada para a televisão no formato de minissérie, em 2006<sup>3</sup>. Assim como Friedrich Engels, em uma carta escrita a Karl Marx, afirma ter “compreendido melhor a sociedade francesa com *A comédia humana* do que em todos os ensaios de economia e história que havia lido” (TOLSTÓI, 2014, p. 9), podemos dizer que grande parte da população brasileira aprendeu mais com *A ferro e fogo* sobre a imigração alemã do que em ensaios e livros de história.

Dessa forma, as fontes que Josué Guimarães utilizou para produzir os romances *A ferro e fogo* serão analisadas por meio de um método comparativista, confrontando narrativa histórica e narrativa ficcional. Além disso, usamos como aporte teórico principal o conceito de romance histórico de Georg Lukács, segundo o qual, necessariamente, uma narrativa desse gênero precisa utilizar-se da história para desenvolver suas tramas e representar suas personagens.

A saga *A ferro e fogo* pertence ao gênero literário classificado como romance histórico que, como veremos mais adiante nesta dissertação, é uma corrente que de certo modo tem o compromisso de representar para o público os acontecimentos ocorridos em um determinado período histórico, ambientando-o de acordo com a proposta temporal do autor, e que, de certa maneira, deverá representar as personagens não como retratos reais de uma determinada época – até porque esse papel cabe à História tradicional –, mas como possibilidades de seu tempo. Apesar de *A ferro e fogo* ser um romance histórico, muitas pessoas tomaram-no como realidade, como o ocorrido, e interpretaram a partir dele os acontecimentos referentes à imigração alemã no Rio Grande do Sul.

---

<sup>2</sup> Jean Roche foi professor da PUCRS, UFRGS e da Universidade de Toulouse, onde se aposentou. Roche tornou-se amigo íntimo de escritores como Erico Verissimo e Jorge Amado.

<sup>3</sup> Em novembro de 2006, a RBS TV levou ao ar uma adaptação livre da obra *A ferro e fogo: tempo de solidão*, aumentando significativamente a compreensão histórica da imigração alemã a partir da obra de Josué Guimarães. Essa produção televisiva serviu para promover o romance e demonstrar também como ele ainda é importante na atualidade, e o quanto ainda significa na construção da imagem da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a obra de Jean Roche é considerada a principal referência nos estudos sobre a imigração alemã no Brasil, não apenas pelo pioneirismo de análise, mas também por possuir uma complexa compilação de dados, em que mais de cem anos de eventos relacionados à imigração são reunidos e analisados.

Para a produção dessa obra, o autor percorreu a região de São Leopoldo diversas vezes, levantando plantas de habitações, medindo propriedades, entrevistando os moradores e fazendo tomadas aéreas para compreender melhor o relevo da região. A quantidade de fotos de pessoas comuns e de grandes “figurões” da história da imigração alemã é imensa, assim como das cidades, praças, clubes, igrejas, eventos e de diversas construções arquitetônicas. A variedade de documentação anexada nela também é surpreendente, pois pode-se encontrar certidões de nascimento e casamento, autorizações para entrar no Brasil e até listas de contas-correntes de moradores nos empórios das colônias. Essas listas informam, por exemplo, as quantidades de posses – como cereais em geral, variados gêneros agrícolas e animais suínos, bovinos, equinos, aves e ovinos – de cada imigrante vinculado a determinado empório em diferentes anos.

Há no próprio prefácio da obra de Roche, o qual foi escrito por R. Poirier, uma espécie de sugestão, ou até mesmo uma provocação feita por este a algum romancista que estivesse disposto a se aventurar pela imigração alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O trecho foi sublinhado por Josué Guimarães (como pode ser visto nos anexos 1 e 2) no original que pertenceu ao autor de *A ferro e fogo*:

Gostar-se-ia que, depois dessa pesquisa tão completa e tão segura, que permite, aliás, muitas imagens concretas da sociedade teuto-brasileira, ele se arriscasse em estudos mais breves e mais imprecisos talvez, a fazer reviver essa sociedade em um quadro mais diretamente sensível. Não se pode pedir-lhe que escreva o romance da tese, e, no entanto, desejar-se-ia que um romancista nos apresentasse, antes que se perca inteiramente a própria lembrança dela, a vida dessas comunidades rurais, a administração patriarcal dos diretores, a vida religiosa durante o longo período em que protestantes e católicos conservaram sua fé, sem pastores e sem padres, as preocupações do amor e da vida familiar, a educação dos filhos, o tédio talvez, a asfixia econômica, a emigração para as colônias novas, ao preço de que esforços e de que renúncias! Temos romances da velha sociedade imperial, da do sertão, da dos negros e mestiços do norte, mesmo da sociedade gaúcha. Haverá um romancista da dos teuto-brasileiros? Em todo caso, uma monografia desta ou daquela colônia talvez nos fizesse sentir-lhe a vida interior e os problemas: os costumes eram nela rudes ou humanos? a autoridade paterna, severa ou branda? bebia-se muito? havia frequentes reuniões? os costumes eram vigiados de perto? ocupavam-se dos doentes, dos órfãos, dos velhos, dos infelizes? existiam lutas e clãs, saudades da mãe-pátria e desejos de volta? mandavam vir membros da família? E esse tipo de vida do lugar variava com a religião e a origem local dos colonos? Havia nela relação com os centros gaúchos, com as colônias ítalo-brasileiras e até com

o que restara da população índia? Nas cidades mesmas, havia uma vida própria dos elementos germânicos? Em verdade, quantas perguntas!

É interessante perceber também uma dedicatória feita por Jean Roche a Josué Guimarães no início do primeiro tomo da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, a qual pode ser vista no anexo 3. Essa dedicatória acaba por confirmar o conhecimento dessa obra pelo romancista, a admiração pelo autor que a produziu, uma possível amizade entre o historiador e o romancista e a importância dessa obra histórica para Josué Guimarães e, conseqüentemente, para a escrita de *A ferro e fogo*.

Renate Schreiner, em sua obra *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*, também atentou para esse detalhe, escrevendo que “Jean Roche, no prefácio de seu estudo sobre a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, chama atenção ao fato de não ter sido fixada até o ano de 1969, a saga da imigração alemã em romance da literatura brasileira” (SCHREINER, 1996, p. 90). Assim, apenas três anos depois Josué Guimarães publica *Tempo de solidão*, o primeiro volume da trilogia. O segundo volume, *Tempo de guerra*, apareceria em 1975. Já o terceiro volume, que trataria do episódio dos Muckers, não chegou a ser escrito pelo romancista, que morreu em 1986.

No início do exemplar pertencente a Josué Guimarães, Jean Roche escreve uma dedicatória ao romancista: “Para o Sr. Josué Guimarães, que escreveu com *A ferro e fogo* o romance que eu teria amado poder imaginar e criar. O autor de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* em testemunho de verdadeira e profunda admiração, como de uma já “velha amizade” nascida aqui em julho de 1974. P. Alegre 28/7/74.”<sup>4</sup>

Durante uma entrevista<sup>5</sup> à emissora RBS TV do Rio Grande do Sul, em 1984, Josué Guimarães salientou o compromisso que os escritores deveriam ter com o seu público, devendo aqueles ter o engajamento para tentar fazer com que suas obras fossem de certa maneira um depoimento, um relato da época sobre a qual se propusessem a escrever. Nessa mesma entrevista, Josué Guimarães afirmou que teve por muito tempo a intenção de escrever um romance sobre a imigração alemã, porém a sua ideia inicial era ter como tema principal a Revolta dos Mucker<sup>6</sup>. Analisando-o, todavia, chegou à conclusão de que o leitor comum não

---

<sup>4</sup> Pour M. Josué Guimarães, qui a écrit avec *A ferro e fogo* le roman qu’aurait aimé pouvoir imaginer et créer l’auteur de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* en témoignage vraie et profonde admiration, comme d’une déjà vieille amitié née ici en juillet 1974. P. Alegre 28/7/74.

<sup>5</sup> A Ferro e Fogo (Documentário). Direção: Silvio Barbizan. Produção: Zanza Pereira, 1984, RBS TV.

<sup>6</sup> A Revolta dos Mucker foi um movimento messiânico que ocorreu entre os anos de 1868 e 1874 na região do Morro Ferrabraz, atual localidade de Sapiranga. O principal motivo desse episódio foi o descontentamento dos imigrantes da região com a situação de miséria em que viviam. Seus principais líderes foram João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

conseguiria compreender o contexto do episódio, o que levou o autor a procurar as causas dos acontecimentos, chegando dessa forma a 1824, ano do início da imigração alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Josué Guimarães busca na chegada dos imigrantes alemães à província o início da sua obra para, a partir daí, chegar à Revolta dos Mucker em uma trilogia. O projeto inicial, no entanto, não chegou a ser concluído.

O primeiro tomo, intitulado *A ferro e fogo: tempo de solidão*, foi lançado em 1972 pela Editora Sabiá e narra a chegada dos imigrantes alemães à Província, a formação da colônia de São Leopoldo e todos os problemas e dificuldades por eles encontrados durante os primeiros anos da colonização. Dentre esses problemas, dois se destacam. O primeiro diz respeito à desorganização do império no que se refere ao acolhimento dos recém-chegados imigrantes, colocando-os em feitorias – local que até então era destinado aos escravos – e em barracões. O segundo problema refere-se ao não cumprimento das promessas do império para com os imigrantes, deixando-os sem as ferramentas necessárias para o trabalho. Como agravante havia também a falta de infraestrutura para demarcar as terras, o que acabou por deixá-los em situação crítica, à margem da sociedade, gerando conflitos no interior das colônias.

Josué Guimarães aborda também nesse tomo os problemas relacionados às fronteiras móveis da Província, as quais ainda estavam mal demarcadas e eram constante palco de conflitos entre o Império e seus vizinhos castelhanos. Denuncia no plano ficcional o modo de recrutamento forçado durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828), as humilhações e os maus tratos contra os negros, indígenas e com os próprios alemães aliciados pelas forças do exército imperial. Também narra a falta de disciplina e práticas abusivas contra a população civil, como roubos, assassinatos e estupros cometidos pelos soldados de ambos os lados.

O segundo livro, intitulado *A ferro e fogo: tempo de guerra*, foi lançado em 1975 pela Editora José Olympio e narra o conturbado período de instabilidades políticas e conflitos armados durante o período regencial. A narrativa inicia a partir da eclosão da Revolta Farroupilha (1835-1845) e segue até pouco além do término da Guerra do Paraguai (1864-1870). Nesse livro, o autor trabalha as desavenças dos imigrantes alemães durante a revolta, parte delas gerada pela separação dos colonos em ambos os lados do conflito, apoiando tanto a causa republicana quanto a causa imperial. Podemos perceber também nesse livro a ascensão da colônia de São Leopoldo juntamente aos seus comerciantes, pois durante o cerco de Porto Alegre a colônia não foi apenas a responsável por enviar à capital sitiada os gêneros

alimentícios necessários através do Rio dos Sinos, mas também teve a exclusividade desse comércio.

Josué Guimarães também trata na ficção da participação dos imigrantes alemães na Guerra do Paraguai junto ao Corpo de Voluntários da Pátria, denunciando novamente o recrutamento indiscriminado da população e a situação precária a que os soldados eram expostos, o que demonstra que de voluntário esse corpo só possuía o nome. O escritor destaca também a grande fronteira linguística e cultural que separava os oficiais dos soldados alemães, pois a comunicação era praticamente inexistente entre eles.

No terceiro livro, o qual seria intitulado *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*, Josué Guimarães finalmente abordaria a Revolta dos Mucker, mas veio a falecer antes de publicar a obra. Contudo, já nos últimos movimentos de *Tempo de guerra* podemos notar as raízes do evento, com a chegada de Daniel Abrahão ao morro Ferrabraz, local onde a trama aconteceria, e a apresentação dos personagens mais importantes do episódio, como João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

Para uma melhor análise do *corpus* separamos essa dissertação em quatro capítulos. O primeiro deles trata-se dessa introdução. O segundo capítulo foi dividido em três subcapítulos, onde são apresentadas as questões teóricas que subsidiarão essa pesquisa. O primeiro desses subcapítulos aborda as questões relacionadas à teoria do romance histórico, apresentando o seu autor – Georg Lukács – juntamente ao contexto do surgimento da obra, os problemas que são abordados por esse gênero e as suas principais características. Nesse subcapítulo também apontamos algumas das obras mais relevantes desse gênero literário e outras correntes que derivaram do modelo lukacsiano, como o caso do romance histórico latino-americano. Também destacamos, nesse subcapítulo, de forma resumida, a trajetória do romance histórico no Brasil.

Já o segundo subcapítulo trata do entrecruzamento entre a história – o fato, o concreto – e a literatura – a criação, a ficção, o produto de um universo criativo de um romancista – a fim de compreendermos e justificarmos nossa posição de considerarmos *A ferro e fogo* como um romance histórico de modelo lukacsiano.

O terceiro e último subcapítulo desse capítulo faz referência ao surgimento de acervos literários no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, dando enfoque ao Acervo de Escritores Sulinos e às suas colaborações aos estudos literários. Nesse subcapítulo também problematizamos alguns cuidados metodológicos que devem ser tomados ao se trabalhar com

os materiais de acervos. Apontamos, ainda, as importantes diferenças entre um arquivo convencional e um acervo literário.

O terceiro capítulo foi da mesma maneira dividido em subcapítulos. O primeiro deles analisa a representação dos imigrantes, comparando a narrativa ficcional com as descrições de Roche, buscando nessas representações as suas características, regionalidades e processos de aculturação. No segundo subcapítulo trabalhamos com a representação ambiental da região de colonização alemã, sendo analisada não apenas a narrativa histórica de Roche, mas também as imagens anexas a sua obra, as quais foram assinaladas no exemplar localizado no acervo de Josué Guimarães. O último subcapítulo volta-se à análise de dados econômicos e políticos e as suas representações no romance.

No quarto capítulo, trabalhamos com os períodos conflituosos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, momentos em que os colonos alemães e os teuto-brasileiros participaram de maneira direta ou indireta. O primeiro subcapítulo está voltado ao contexto da Guerra da Cisplatina e no que diz respeito às fronteiras móveis,<sup>7</sup> característica histórico-geográfica do período. No segundo subcapítulo analisamos a Guerra Farroupilha e os seus reflexos econômicos e sociais na colônia de São Leopoldo. Já no último subcapítulo, nos debruçamos sobre as representações da Guerra do Paraguai e a participação germânica no conflito.

Assim, comparando as narrativas histórica e ficcional a partir da leitura feita por Josué Guimarães de Jean Roche, buscaremos demonstrar nesta pesquisa como o romance histórico busca na história a sua matéria-prima, o passado, e a partir dele carrega-se de historicidade, uma vez que a ficção passa a traçar um caminho muito próximo ao da obra histórica. Porém, como veremos no próximo capítulo, a obra ficcional acaba avançando nas significações em relação à histórica, uma vez que o escritor literário possui a liberdade de completar com sua imaginação as lacunas deixadas pelo historiador, podendo ainda empreender suas denúncias segundo sua ideologia e seus interesses.

---

<sup>7</sup> As fronteiras móveis foram uma espécie de corredor de passagem entre os territórios brasileiros e hispânicos, as quais eram passíveis de invasões e conflitos, pois não estavam até o momento claramente demarcadas, o que veio a ocorrer em definitivo apenas em 1851. Essas “fronteiras” foram resultado do projeto de expansão territorial portuguesa rumo ao sul do continente, buscando conectar ao império um possível território com acesso ao Prata, para que dessa maneira fosse possível quebrar a hegemonia comercial hispânica nessa região.

## 2. NARRATIVA FICCIONAL E FONTES HISTÓRICAS

Abordaremos aqui questões relacionadas a parte metodológica desta pesquisa, como a origem da teoria lukacsiana do romance histórico, os gêneros que surgiram a partir dela e o porque de *A ferro e fogo* se classificar dentro dessa corrente. Abordaremos também as questões relacionadas ao surgimento dos acervos literários brasileiros, enfatizando o Acervo de Escritores Sulinos e o Acervo Literário Josué Guimarães. Também iremos explanar as principais diferenças entre o arquivo literário tradicional e o acervo literário.

### 2.1 Georg Lukács e a teoria do romance histórico

A teoria do romance histórico com a qual iremos trabalhar foi elaborada por Georg Lukács, sendo publicada inicialmente em fragmentos na revista russa *Literaturni Kritik*, em 1936, e por completa em seu livro chamado *O romance histórico*, em 1937.

Lukács estudava o romance histórico de modo materialista, a partir de uma visão de cunho ideológico, analisando-o enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder” (BORDINI, 2003, p. 110). O autor investiga a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento” (LUKÁCS, 2011, p. 29), priorizando o tempo que muda, ao invés do tempo que passa. Dessa maneira, o foco principal são as transformações e rupturas, as quais terão como efeito imediato a condução das massas ao “sentido histórico”, o que este, por si só, também se constitui um elemento revolucionário. Esse gênero de romance ainda “caracteriza-se por revelar forças sociais em disputa. Sua perspectiva adequada é a do cotidiano da vida prática, do flagrante de forças encarnadas em indivíduos representativos das camadas médias da população.” (SANTOS, 2011, p. 283).

Outra característica dessa corrente é o estudo histórico prévio feito pelos seus seguidores, já que os romancistas históricos constantemente “revisitam o passado e dialogam com a História do país” (FERREIRA, 2009, p. 1), principalmente por meio das obras de historiadores. A partir desse embasamento documental eles podem criar seus romances, pois “a História sempre foi fonte inesgotável de inspiração para os romancistas” (FERREIRA, 2009, p. 2).

O romance histórico surgiu de uma nova tendência literária, reflexo direto dos estudos históricos pós-1848, quando historiadores e sociólogos buscavam a compreensão dos novos

conflitos, dando início a uma revisão no modo de “fazer história”, em que se deixa de acreditar no progresso da sociedade e passa-se a compreendê-la através da

valorização de uma substância eterna, de uma essência da natureza humana imutável, cuja organização social toma uma forma diferente em cada período da história, mas que isso não é resultado de um processo histórico ou de um progresso das ideias humanas em seu campo social. (ROMANI, 2015, p. 6).

Muitos dos escritores que se propuseram a escrever esse tipo de romance eram adeptos dos ideais da revolução de 1848. Porém, com a derrota desse movimento, passaram a utilizar esse gênero literário “como instrumento de denúncia da mesquinharia burguesa” (ROMANI, 2015, p. 6).

O intuito principal do romance histórico é demonstrar aos leitores que os destinos individuais estão conectados diretamente com o coletivo, proporcionando dessa maneira uma nova compreensão da história nacional e suas correlações com a história universal. Nesse gênero literário, Lukács também enfatiza a sua percepção de arte realista, opondo-se ao que chamava de formalismo. Sua teoria está fundamentada em uma perspectiva inteiramente histórica, ou seja, depende da história para existir mesmo quando propõe uma tipologia de gênero romanesco, pois acaba por não deixar de lado as transformações que decorrem nas estruturas conjunturais e sociais.

O autor também espera que no romance histórico o romancista consiga um deslocamento de sua época para o período que está sendo representado, a fim não apenas de evitar anacronismos, mas também de chegar a fundo à sua verdadeira natureza. Lukács deixava claro também duas exigências, as quais deveriam ser seguidas pelos escritores que almejassem esse gênero literário. A primeira delas é restabelecer a singularidade histórica de uma determinada época, para que dessa maneira se possa chegar à segunda exigência, a “verdade histórica”, que será obtida através das atuações das personagens. Esta deverá apresentar de forma explícita os costumes, hábitos, valores e as peculiaridades de uma determinada época por meio de seus comportamentos, mas sem deixar de lado a naturalidade.

Avesso às genealogias, Lukács (2011, p. 17) pesquisou o produto que concretiza a ideia. Analisou primeiramente o episódio ocorrido na Alemanha do século XVIII, momento em que a filosofia passou a refletir profundamente sobre a história e o passado, valorizando principalmente a Antiguidade e a Idade Média. Esses períodos históricos foram de fundamental importância para os intelectuais alemães, pois acreditavam que nessas épocas estavam situadas as origens do povo germânico e que a partir daí se poderia encontrar uma

explicação para o momento que a Alemanha enfrentava, imersa em profunda decadência econômica e cultural<sup>8</sup>.

Entretanto, foi na virada do século XVIII para o XIX que Lukács constata o surgimento do que passou a chamar de “sentido histórico”, pois segundo ele foi nesse momento que se criaram “as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos” (LUKÁCS, 1996, p. 22). Foi nesse período também que o autor verificou que a adoção de ideais revolucionários começou a fazer parte de uma realidade mais ampla, de um sentimento relativo à coletividade, ou seja, de sentimentos e experiências que antes eram exclusivos de um pequeno grupo de indivíduos, os quais em sua maioria eram impulsionados pelo espírito aventureiro. Nesse momento, esses sentimentos passaram a ser experimentados pela grande massa, fazendo com que surgisse a partir deles um sentimento nacional, ou, ainda, nas palavras de Lukács (1996, p. 22), “quando uma revolução burguesa é levada seriamente até o final, forma parte essencial dela o fato de que a ideia nacional se converta em patrimônio das grandes massas”.

Não apenas esse sentimento foi necessário para o surgimento do romance histórico, na medida em que este não poderá existir sem que introduza nas pessoas certa sensibilidade para a história. Não é apenas conhecer a história ou possuir uma filosofia desta, como o caso já citado anteriormente da Alemanha do século XVIII, em que intelectuais como Immanuel Kant (1724-1804) e Johann Gottfried von Herder (1744-1803) buscavam no passado explicações para situação atual do país, valendo-se de uma filosofia da história. É preciso muito mais do que isso. É necessário que a história torne-se uma experiência real, que possa ser vivida tanto pelos intelectuais e aristocratas como pela grande massa. Esse fenômeno é resultado direto – e sem a qual não seria possível – da Revolução Francesa, que desencadeou diversos outros acontecimentos em um espaço de tempo de 25 anos, entre a queda da Bastilha, em 1789, e a rendição de Napoleão, em 1814, um período de tempo que não compreendeu mais do que uma geração.

E são justamente os acontecimentos ocorridos na França, resultantes das guerras napoleônicas, que Lukács utiliza para se referir ao despertar do sentimento nacional da massa,

---

<sup>8</sup> Nesse momento a Alemanha vivia o seu processo de unificação, mas carecia de uma identidade própria. Foi então que duas *escolas* históricas se sobressaíram na tentativa de sua construção, a primeira, conhecida como a escola rankeana e a segunda, como escola histórica prussiana.

e concomitantemente da compreensão da história nacional, visto que eles provocaram “uma onda de sentimentos nacionais, de oposição ao nacional contra as conquistas de Napoleão, em suma: uma onda de entusiasmo pela autonomia nacional” (LUKÁCS, 1996, p. 23). Foi também por meio desses episódios que o autor encontra o ponto essencial de sua análise, na medida em que foi ali que as pessoas tomaram na coletividade a consciência de suas condições econômicas, para a partir dessas reflexões assumirem as diferenças sociais, o que veio posteriormente a resultar na luta de classes.

Porém, cabe deixar claro que “se o romance histórico começa como um exercício de construção nacional no rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleônica, os resultados variam segundo cada contexto” (ANDERSON, 2007, p. 211), sendo que cada país apresentará em diferentes épocas, nos seus romances, os assuntos e os períodos pertinentes para a sua construção e consolidação.

Foi nas obras do escritor escocês Walter Scott que Lukács encontrou a base de sua teoria, já que, para ele, lá estariam os elementos necessários para a construção do romance histórico, uma vez que nas obras de todos os escritores anteriores a Scott faltou o “elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33).

O primeiro item que se deve buscar quando se propõe a escrever o romance histórico, segundo Lukács, faz referência aos tipos de personagens. O herói, por exemplo, jamais será posto em um patamar acima do que ele realmente pertence, ou seja, não possui “elevações” significativas no decorrer da obra. Ele será o representante do povo, uma pessoa normal, que apenas se tornará o herói da trama pela situação do momento que assim exigir, visto que sem essas condições ele continuaria a ser uma pessoa “comum” da sociedade. A ele caberá também o papel secundário no acontecimento histórico, mas sua importância não diminuirá por conta desse fator, visto que a sua presença é fundamental para o desenvolvimento do enredo. Além disso, esse personagem será o verdadeiro representante da crise histórica representada na obra e sobre ele deve incidir a imagem sintetizada das peculiaridades da época em que a trama ocorre e seus resultados.

Seguindo essa mesma concepção, fica claro que no romance histórico lukacsiano não teremos como personagens principais as grandes lideranças históricas, reis e generais, estando estes condicionados a um papel secundário no transcorrer da obra, visto que

o romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes [...] ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho

da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance. (LUKÁCS, 2011, p. 159).

No entendimento de Lukács, o papel fundamental do romance histórico é situar o leitor num tempo passado, ajudando-o a compreender os acontecimentos ocorridos, valorizando o modo com que se dá a representação do período histórico. No entanto, Lukács deixa claro que a ênfase principal do romancista não deverá recair diretamente sobre o acontecimento em si, mas, sim, nos efeitos deste sobre as figuras humanas. É importante que a obra apresente a conjuntura e o entrelaçamento da crise sobre os destinos pessoais das personagens, não podendo de forma alguma essa crise ser representada de maneira abstrata. A crise não poderá ser tratada como uma catástrofe isolada, mas, sim, como uma cadeia de catástrofes, a partir das quais será gerada uma colisão profunda na vida pessoal das personagens. Isto é, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007, p. 192).

Além disso, a função do romance histórico não é apenas apresentar ao leitor uma determinada época, mas “ressuscitar poeticamente os seres humanos que figuraram nesses acontecimentos [...] a vivência dos móveis sociais e individuais pelos quais os homens passaram, sentiram e atuaram precisamente do modo em que ocorreu na realidade histórica” (LUKÁCS, 1996, p. 44).

Apesar da insistência de Lukács para que as personagens do romance sejam humanizadas ao máximo, ele condena vigorosamente o que nomeou de “psicologia do criado” (LUKÁCS, 1996, p. 51), a qual carrega a personagem com as análises detalhadas de pequenas peculiaridades que não contribuem em nada para a missão histórica da obra, o que acaba por artificializá-la. O autor ainda “adverte repetidas vezes do perigo de a caracterização das formas dramáticas cair em dois extremos: por um lado, a imersão da personagem no conteúdo das forças históricas abstratas e, por outro, na mera psicologia privada” (LUKÁCS, 2011, p. 172).

Walter Scott consegue preencher os requisitos necessários desse gênero literário em suas obras e vai além, pois cria “seus heróis históricos de tal maneira, que determinados traços individuais e específicos de seu caráter se combinem de forma complexa e vívida com a época em que vivem, com a corrente que representam e que se empenham por guiar até a vitória ou o fracasso da luta” (LUKÁCS, 1996, p. 51).

Ainda sobre as personagens de Scott, Santos (2011, p. 283) afirma que “são considerados modelares justamente por possuírem essa profunda marca humana: são tipos históricos que se deixam mostrar interiormente, nos seus sentimentos, angústias e emoções, em suas debilidades e indecisões.”

Cabe lembrar também que não foi

a capacidade imaginativa de Scott *per se* que o fez ser um dos grandes nomes do romance histórico, mas sim sua capacidade de, no diálogo com a realidade histórica que o cercava – e nesse sentido o estruturava enquanto consciência –, retratar na totalidade a experiência sócio-histórica de seu tempo. (KÖLLN, 2012, p. 182).

Se para Lukács o romance histórico surge com Walter Scott e, posteriormente, aperfeiçoa-se com Manzoni, com Leon Tolstói esse gênero de romance chega ao seu ápice, na medida em que

*Guerra e paz* é a moderna epopeia da vida popular, e de um modo ainda mais decisivo que em Scott ou Manzoni. A descrição da vida do povo é ainda mais ampla, colorida e rica em figuras humanas. É mais consciente a ênfase na vida popular como o verdadeiro fundamento do processo histórico. (LUKÁCS, 1996, p. 100).

Lukács tem grande apreço por esta obra de Tolstói, já que, de acordo com os seus critérios, ela pode ser identificada como um caso bem resolvido de romance histórico porque o autor soube escolher um período representativo da história, traduzindo-o de maneira fiel, com todos os seus conflitos. Além das tensões de caráter econômico e político, também estão presentes nele as crises amorosas, familiares e domésticas. Tolstói também teria acertado na escolha das personagens triviais, fazendo com que não transpareçam nelas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes atos heroicos.

Em *Guerra e paz* as grandes figuras históricas também são apresentadas de forma secundária, porém de maneira humanizada, sem deixar de lado a grandeza de seus cargos. Nesse romance pode-se encontrar um realismo visceral e bem acabado, o que faz dessa obra o “ponto alto de toda a história do romance histórico” (LUKÁCS, 1996, p. 99), um modelo a ser seguido por romancistas que ainda hoje almejam escrever esse tipo de narrativa nesses moldes. O modelo de romance histórico lukacsiano dominou maciçamente sobre todas as demais narrativas ocidentais desde o seu surgimento, no século XVII, até a era eduardiana<sup>9</sup>, e ainda hoje é preferido por alguns escritores, apesar de haver diferentes subgêneros do romance histórico.

---

<sup>9</sup> Período que corresponde ao reinado do rei Eduardo VII entre 1901 e 1910, no Reino Unido.

Nas últimas três décadas do século XX tivemos, na América Latina, o surgimento de uma nova forma desse gênero, que passou a ser conhecido como o “novo romance histórico”, ou simplesmente romance histórico latino-americano, o qual é uma forma híbrida de romance histórico, reunindo elementos de narrativas locais com a teoria lukacsiana. Fruto de uma releitura histórica, possui “papel revisor e readaptador das interpretações históricas com a finalidade de encontrar as raízes ocultas ou quebradas, que fazem a América uma realidade não resolvida, adolescente” (ESTEVEVES, 2010, p. 22). Surge de um movimento que tem como pretensão recontar a história da América Latina, mas a partir do olhar do colonizado, indo contra a antiga história eurocêntrica contada pelo colonizador.

Esse novo subgênero diverge do modelo lukacsiano em vários pontos, pois “ao mesmo tempo em que se aproxima do acontecimento real, esse romance se afasta deliberadamente da historiografia oficial, cujos mitos fundacionais estão degradados.” (ESTEVEVES, 2010, p. 37).

Ainda nas palavras de Esteves, o romance histórico latino americano é uma

releitura distanciada, carnavalizada ou anacrônica da história, [...] reflete-se numa escritura paródica. No interstício deliberado da escritura paródica surge um sentido novo, um comentário crítico de uma textualidade assumida, no qual a história reaparece sob uma visão burlesca ou sarcástica. (ESTEVEVES, 2010, p. 37).

Porém, não iremos aqui nos aprofundar nas características do gênero latino-americano, na medida em que, acreditamos, não foi esse o modelo utilizado por Josué Guimarães para escrever a saga da imigração alemã em *A ferro e fogo*.

No Brasil, o romance histórico surgiu por volta do século XIX, a partir dos românticos, os quais buscavam registrar o processo histórico ao qual estavam vinculados, com o intuito de documentá-lo. Ao mesmo tempo em que procuravam registrar diretamente a realidade, buscavam construir uma imagem “idealizada do homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser nobilitado com a aura do mito. Indianismo, regionalismo e nacionalismo operam na convergência de um mesmo processo.” (CHAVES, 1991, p. 17).

O primeiro romance histórico brasileiro, para muitos, teria sido a obra *Jeronymo Cortereal*, de Pereira da Silva, publicado em 1840. No entanto, “por retratar uma figura portuguesa com a ação em terras lusas e publicado em Portugal, [...] não é considerado o primeiro romance histórico tipicamente brasileiro” (SERGIO, 2007, p. 2), sendo reservado esse título de pioneirismo, se assim podemos chamar, para a obra *Um roubo na Pavuna*, de Azambuja Suzano, publicada em 1843.

Ainda no final século XIX e no início do século XX, importantes romances históricos foram publicados no Brasil, dos quais se sobressaem dois autores. O primeiro deles é José de

Alencar, com as suas obras *A cabeça de Tiradentes de Joaquim Norberto*, de 1856, *O guarani*, de 1857, *As minas de prata*, de 1865 (publicado três anos antes em folhetim), *Iracema*, de 1865, e *A guerra dos mascates*, de 1874.

O segundo a se destacar é Machado de Assis, com a sua obra *Esau e Jacó*<sup>10</sup>, de 1904, na qual o autor “atingiu a metáfora da nossa vida política, transfigurando-a literalmente na sequência de contrastes e paradoxos que orientam a narrativa, tudo desembocando numa desordem essencial sob a aparência da normalidade”. (CHAVES, 1991, p. 21).

O período citado anteriormente registra outros romances de destaque na literatura brasileira. Porém, cabe mencionarmos aqui algumas obras produzidas posteriormente, em um momento de crise, mais especificamente durante a ditadura de Getúlio Vargas, quando alguns escritores, como forma de resistência ao poder vigente, denunciavam os horrores produzidos pelo Estado Novo. Dentre essas obras, podemos citar

*Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado, onde a literatura de denúncia adquire sua força máxima, fazendo ecoar novamente a voz dos dominados, aqueles que foram sacrificados nas prisões e câmaras de tortura do Estado Novo, [...] e em 1953, Graciliano Ramos inicia a publicação de *Memórias do cárcere*, ampliando a cadente acusação de Jorge Amado, pois alcança dimensioná-la num discurso psicológico que sem se afastar da realidade circunstancial, desmascarada com rigoroso realismo, infunde a essa mesma circunstância um alto grau de universalidade. [...]. A revisão histórica prossegue quando Erico Veríssimo finaliza, em 1962, a trilogia *O tempo e o vento*, reconstituindo a formação do Rio Grande do Sul através da saga de duas famílias pioneiras, Terras e Cambarás, acompanhando sua evolução do século XVIII até 1945, precisamente o ano da deposição de Getúlio Vargas. O romance é manifestamente histórico e, na medida em que sua ação se aproxima dos dias atuais, inscreve a crítica ao Estado Novo como preocupação itinerante. (CHAVES, 1991, p. 25-26).

Após o período da ditadura Vargas, surgiram outros romances que também foram de certa forma essenciais para a construção da historicidade na literatura brasileira, como veremos mais adiante, pois no contexto nacional, nas palavras de Chaves (1991, p. 26),

O romance ofereceu, pois à literatura a dimensão de sua historicidade. Trata-se de momentos privilegiados em que a ficção assume a consciência política da sociedade. Tanto mais importante se registrarmos que, instaurando a metáfora da tirania ou sugerindo a fronteira da liberdade, do Romantismo até aqui, história e literatura reuniram-se no mesmo processo de sondagem e revelação da realidade brasileira.

---

<sup>10</sup> Cabe salientarmos que essa obra, assim como outras citadas mais adiante neste subcapítulo, são consideradas igualmente romances históricos, como salientado por Chaves, mas nem sempre segundo os moldes scottianos. Além disso, essa categorização de romance histórico pode não ser unanimidade entre pesquisadores do gênero.

Dessa forma, podemos notar que apesar de alguns romances tratarem de temas tão diferentes, se compararmos aos produzidos na Europa Ocidental e na Rússia, o romance histórico no Brasil teve um importante papel social desde o Império, passando pela implantação da República, sendo utilizado também em outros períodos conturbados da história política, como o da ditadura Vargas.

## 2.2 *A ferro e fogo* como romance histórico

São diversos os fatores que fazem com que *A ferro e fogo* seja considerado um romance histórico. Podemos citar como o primeiro deles o recorte temporal feito por Josué Guimarães na representação histórica de seu romance, em que ele busca na chegada dos primeiros imigrantes alemães à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o início da trama, para a partir daí seguir em direção a outros períodos de revoltas e conflitos.

A chegada dos imigrantes alemães, em 1824, significou uma ruptura no sistema econômico da Província, visto que esse sistema era até então baseado em uma economia pecuária, tendo como principais características o latifúndio e a utilização de mão de obra escrava.

Nos primórdios da dominação lusa na Província, Portugal havia enviado açorianos para colonizá-la e cultivar principalmente o trigo, mas os interesses da coroa nessa época não estavam voltados à agricultura, já que esses eram colocados “como secundários diante dos interesses da política de expansão territorial, como também [...] os objetivos políticos de contrabalançar o desenvolvimento de uma classe independente de soldados-estancieiros” (TRAMONTINI, 2003, p. 27).

Nesse sentido, a expansão territorial constitui-se como o principal – mas não único – motivo para o surgimento das estâncias. Essas estâncias eram geralmente formadas por uma sesmária<sup>11</sup>, sendo essas comandadas pelos estancieiros, que eram uma espécie de “chefe guerreiro.”<sup>12</sup> Reuniam-se em torno dele “os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força” (ROCHE, 1969a,

---

<sup>11</sup> Medida de terra formada por uma porção de 43 quilômetros quadrados. No entanto, as primeiras sesmarias a serem distribuídas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuíam 129 quilômetros quadrados.

<sup>12</sup> Forma com a qual Jean Roche se referia aos estancieiros, pois eles eram responsáveis pela região onde viviam, incluindo as atividades militares nos tempos de guerra.

p. 34)<sup>13</sup>. Esse “chefe militar” manteve durante o período de paz a autoridade que possuía em épocas de guerra, o que acabou por torná-lo o líder nato de seu grupo.

Não podemos deixar de lado também os outros fatores que colaboraram para o surgimento das estâncias. O primeiro desses fatores diz respeito ao resultado das incursões dos bandeirantes ao interior do continente, quando os jesuítas foram expulsos para a banda oriental, deixando para trás todo o seu gado, que se reproduziu rapidamente e tornou-se selvagem e abundante. Isso atraiu diversos “homens bons”<sup>14</sup>, os quais tinham como objetivo arrebanhar os animais, dando início dessa maneira à povoação da Província pelo homem branco. Outro fator que acabou contribuindo para o desenvolvimento dessa cultura foi a viabilidade, visto que a densidade demográfica na Província era bastante baixa e a criação de gado demandava pouca mão de obra. Em via de regra, eram necessárias dez pessoas para criarem dez mil cabeças de gado.

Porém, com o crescimento da população rio-grandense, começou a faltar alguns gêneros alimentícios, os quais já eram bastante caros porque necessitavam ser importados, principalmente de outras províncias, visto que os produzidos na região já não eram mais suficientes para atender a demanda.

Como solução a essa crise alimentícia, o governo imperial buscou estabelecer as colônias, primeiramente as alemãs, próximas dos grandes centros populacionais, com o intuito de abastecê-las com os gêneros produzidos pelos imigrantes.

A grande novidade nesse contexto foi o surgimento de uma nova classe média livre e branca, pequena proprietária, agindo em um segmento até então pouco explorado, a agricultura, e um segmento que podemos considerar incomum na Província, o artesanato. Outro ponto importante que surge na ocasião foi o que Ângela Sperb chamou de “nova psicologia em relação ao trabalho” (SPERB, 1974, p. 7), pois para os povos ibéricos a relação com o trabalho era vista até então com um olhar negativo, segundo o qual trabalhar era algo desprezível, geralmente associado a servos e escravos.

Nesse contexto, a chegada dos imigrantes alemães à Província ocasionou de alguma maneira uma ruptura na base econômica da sociedade sul-rio-grandense. A partir dela surge

---

<sup>13</sup> A partir das próximas citações de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* indicaremos apenas o ano e a página das edições, sendo 1969a para identificar os excertos extraídos do primeiro volume e 1969b do segundo. Também optamos por atualizar a ortografia das citações de acordo com as normas atuais.

<sup>14</sup> Do ponto de vista histórico, os “homens bons” no Brasil eram aqueles que possuíam poder aquisitivo e influências junto ao governo imperial. Eram eles os responsáveis pelas decisões políticas e econômicas das regiões onde atuavam.

na sociedade um novo segmento no interior das hierarquias provincianas, já que os imigrantes não eram servos (peões) e muito menos escravos, mas possuíam a sua pequena propriedade e não estavam sob influência dos estancieiros.

Esse contexto está presente em *A ferro e fogo*, já que na narrativa praticamente não há relação entre os imigrantes e os grandes estancieiros. Mais comum era o contato entre alemães envolvidos no comércio e os lusos, meio em que o discurso negativo em relação ao trabalho era transmitido. Podemos notar isso muito nitidamente no discurso de Gründling, um grande comerciante alemão, que dizia em um bar para os seus patrícios que “Deus inventou o negro para derrubar mato, cavar terra e carregar água. [...] Para domar cavalo xucro, camperear, marcar boi, castrar bicho e servir mate [...] o diabo inventou o índio, o bugre” (GUIMARÃES, 2006, p. 5-6)<sup>15</sup>. O discurso de Gründling explicita atividades que estavam mais relacionadas com as exercidas na campanha do que com as exercidas pelos colonos, evidenciando dessa maneira a transmissão ideológica lusa sobre a visão dos comerciantes alemães em relação ao trabalho. O romance mostra também que os imigrantes que não tinham esse contato com os grupos ibéricos não possuíam esse discurso em relação ao trabalho. Pode-se citar o caso de Daniel, que se envergonhava de

atravessar todo o oceano nos porões de um navio [...] para se enviar nas bebedeiras em vez de amanhar a terra, plantar, colher, encher a burra – isso não era próprio de um Lauer Schneider. [...] Depois esquecia os amigos de sábado e passava o resto da semana no pedaço de roça atrás da casa [...] ainda plantaria trigo na sua terra. (2006, p. 9).

Podemos ainda encontrar no período representado em *A ferro e fogo* alguns eventos que podem ser caracterizados como momentos de crise, o que também indica a aproximação da obra com o romance histórico de Lukács. A narrativa representa, por exemplo, a Guerra da Cisplatina, a qual gerou grande descontentamento tanto por parte da camada mais abastada da população brasileira, na medida em que o governo acabou por aumentar os impostos para financiá-la, quanto pelas camadas mais pobres, que eram regimentadas indiscriminadamente pelo governo. Essa guerra não findou bem para o Brasil, porque além de o Império sair derrotado, o conflito acabou gerando um desequilíbrio na então enfraquecida economia brasileira e desgastando ainda mais a imagem de Dom Pedro I. Em contrapartida, as Províncias Unidas do Prata saíram vitoriosas e por intermédio da França e da Inglaterra foi

---

<sup>15</sup> A partir das próximas citações de *A ferro e fogo* indicaremos apenas o ano e a página das edições, sendo 2006 para identificar os excertos extraídos do primeiro volume e 2008 para os excertos do segundo.

assinado o tratado que dava independência àquela região, criando-se assim a República Oriental do Uruguai.

No período dessa guerra, a família Schneider vive na mal delineada fronteira, nas proximidades da Lagoa Mirim, local por onde passavam as tropas de ambas as frentes. Ali criam alguns animais e uma plantação significativa de diversos gêneros, a qual se desenvolvia de maneira acelerada, isso pelo menos até a eclosão do conflito. Com a eclosão da Guerra da Cisplatina, deu-se início ao período mais conturbado para a família Schneider desde a sua chegada ao Brasil. Eles sentem na pele o horror de uma guerra, seja através da devastação de sua propriedade pelo movimento das forças armadas que avançavam e recuavam, seja pelas violências gratuitas sofridas por eles e por seus empregados, além dos constantes saques. A obra registra também um importante agravante para essa situação, isto é, a falta de comunicação entre os imigrantes alemães e os povos lusos e hispânicos que habitavam a região, gerando dessa maneira diversos tipos de hostilidades.

Além da Guerra da Cisplatina, temos outros momentos de crise representados no romance, como a Guerra Farrroupilha (1835-1845), quando os estancieiros entram em conflito armado contra o governo imperial. O motivo da guerra seria o descontentamento dos estancieiros com as altas taxas sobre a importação do sal, o que acabava por encarecer o valor de seu principal produto, o charque, impossibilitando dessa maneira a competição com o produto platino, muito mais barato. Além do mais,

tornava-se claro para os gaúchos que o Rio Grande era relegado à posição de estalagem do império: fornecia soldados, cavalos e alimento durante as lutas fronteiriças; a guerra desorganizava sua produção mas não recebia indenização por dano sofrido. Da mesma forma, os altos comandos das tropas só eram dados a elementos do centro, enquanto que, na realidade, era o Rio Grande que sustentava a guerra. (PESAVENTO, 2002, p. 38).

O conflito que começou em 1835 teve os seus pontos altos em 1838, com a tomada de diversas cidades importantes da Província, como Pelotas e Rio Pardo. Antes disso, em 1836, houve a proclamação da República Rio-Grandense e, com a invasão de Laguna, em Santa Catarina, em 1839, foi proclamada a República Juliana por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi. O movimento farroupilha defendia ideais de igualdade, liberdade e humanidade, e seus principais líderes haviam prometido a alforria a todos os negros que se habilitassem a lutar ao seu lado. Porém, ao término do conflito, em 1845, foi assinada a Paz de Ponche Verde, na qual o governo se comprometia a baixar os tributos sobre a importação de sal, aumentar os impostos sobre o charque platino e restituir os prejuízos dos estancieiros envolvidos, mantendo os seus postos militares, sem que houvesse a abolição da escravatura.

Nem os que lutaram pela causa farroupilha – e sobreviveram ao Massacre de Porongos<sup>16</sup> – ganharam a sua liberdade, o que significa que nada mudou estruturalmente na sociedade.

Durante esse período representado na ficção, a família Schneider está instalada na colônia de São Leopoldo, e de certa maneira bem estabelecida. Mas para a decepção de Catarina, seu filho mais velho, Philipp Klumpp Schneider, junta-se às tropas revolucionárias sob o comando do Major Otto Heise e parte para a guerra.

Nesse momento expõe-se uma importante fronteira cultural que divide os povos ibéricos dos germânicos: o idioma. As ordens de comando muitas vezes não eram compreendidas pelos alemães, o que acabava gerando o isolamento entre os “soldados” dentro do próprio corpo. Um episódio bastante curioso representado em *A ferro e fogo: tempo de guerra*, e que reforça essa ideia de fronteira cultural através do idioma, ocorre quando um imigrante alemão pede para falar com os seus compatriotas que iriam para a guerra. O comandante das tropas concede a permissão, mas ele não sabe e nem compreende que o alemão estava tentando persuadir os seus patrícios a se desligarem daquele corpo armado. O resultado foi um êxito total, pois houve uma debandada de alemães de volta para as suas terras, abandonando a guerra e o seu comandante.

Apesar de poucos imigrantes terem pegado em armas para lutar em um dos lados do conflito, e dos que pegaram apenas uma minoria ter lutado junto aos republicanos, uma das personagens principais do romance adere a essa causa, defendendo-a com argumentos bem trabalhados. O comportamento de Philipp é muito semelhante ao utilizado pelos estancieiros, através do qual pode-se notar na personagem o crescimento de um sentimento de pertencimento regional, pois Philipp sentia-se um verdadeiro “gaúcho”. Na sequência dos acontecimentos, Philipp acaba ferido com gravidade e desmaia. A partir desse momento a narrativa sofre um grande avanço temporal, vindo Phillip a “acordar” somente após outro ferimento, na Guerra do Paraguai.

O romance também representa a situação da colônia durante o conflito farroupilha, desde as desavenças entre os colonos, passando pelo abastecimento de Porto Alegre, chegando aos problemas judiciais relacionados às terras e às questões rotineiras como as de âmbito religioso.

---

<sup>16</sup> Episódio ocorrido no dia 14 de novembro de 1844, quando tropas imperiais sob o comando do coronel Francisco Pedro de Abreu, atacaram as tropas farroupilhas em seu acampamento nas imediações do Cerro de Porongos, matando, em sua maioria, lanceiros negros – escravos que lutavam por sua alforria –. Existe um documento conhecido como Carta de Porongos, que revela um acordo entre as forças militares para dizimar esses lanceiros.

Além da Guerra da Cisplatina e da Guerra Farroupilha, a narrativa registra outro conflito armado que configura um momento de crise e instabilidade na narrativa de Josué Guimarães: a Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito armado ocorrido no continente americano. O líder paraguaio Solano López queria conquistar territórios na Bacia do Prata, para dessa maneira ter acesso ao mar e poder escoar a sua produção. Em 1864 aprisionou um navio brasileiro no Rio Paraguai. No mesmo ano invadiu o Mato Grosso, e no ano seguinte a região de Corrientes, na Argentina.

Em 1865, Brasil, Uruguai e Argentina assinaram um acordo de cooperação militar, criando dessa maneira a Tríplice Aliança.

Essa guerra resultou na queda de Solano López, na destruição da indústria paraguaia e conseqüentemente da sua economia, e no genocídio de seu povo. Cerca de 90% da população masculina acima dos vinte anos pereceu, isto é, 20% de sua população total. Potências como a Inglaterra patrocinaaram esse conflito, já que o Paraguai, além de ser autossuficiente, possuía um nível de industrialização considerável, o que poderia fazer com que os ingleses perdessem de certa maneira a sua influência sobre a região.

No decorrer da representação desse período em *A ferro e fogo*, podemos encontrar a barbárie de um conflito levado ao seu ponto extremo. Várias personagens do romance estão envolvidas diretamente no conflito, sofrendo todos os tipos de privações no campo de batalha, desde a falta de roupas e comida, até as péssimas situações de higiene, o que acabou por desencadear uma infestação de piolhos e o alastramento de epidemias como a varíola e a cólera, que foram as principais causadoras de mortes em ambos os exércitos.

O romance também representa a situação da colônia de São Leopoldo no período da Guerra do Paraguai, que passou a enfrentar uma profunda crise econômica. Muitos proprietários de colônias haviam partido para o conflito, compulsivamente aliciados pelo império, forçados dessa maneira a deixar suas famílias e as suas terras para trás, diminuindo significativamente a produção. Essa situação, somada à necessidade de abastecer o exército, gerou o desaparecimento de grande quantidade de gêneros alimentícios das prateleiras dos empórios.

Além disso, podemos citar outra característica marcante que faz com que *A ferro e fogo* seja um romance histórico: a presença do herói mediano. O herói mediano da trama, ou melhor, a heroína mediana, Catarina Klumpp Schneider, é uma personagem comum no enredo. Chega ao Brasil juntamente a sua família em 1824, na primeira leva de imigrantes destinados à colônia de São Leopoldo. Tem uma vida normal, apesar das dificuldades vividas,

resultantes do descaso do governo imperial para com eles. Ao surgir uma oportunidade, ela e sua família mudam-se para a fronteira, sem ter ideia de que há uma guerra na região. Soldados acabam por estuprá-la e procuram pelo seu marido para matá-lo, pois o casal, sem saber, estava interceptando armas contrabandeadas. Daniel Abrahão Lauer Schneider, seu marido, esconde-se em um poço e permanece nesse esconderijo, por diversas semanas, o que acaba por enlouquecê-lo. E é a partir desse evento que Catarina toma o papel de heroína da trama, na medida em que acaba por assumir a função de chefe de sua família, guiando-a através do comércio a uma importante posição social dentro da colônia de São Leopoldo e favorecendo seu marido com a possibilidade para que se torne um seleiro notável. Em Catarina está personificada a imigração alemã, e também são percebidos muitos dos costumes, valores e tradições da época que caracterizam o cenário da imigração.

As grandes lideranças históricas (imperador, generais e estancieiros) também são figurados em segundo plano, porém não deixam de ter certa importância, uma vez que representados mantêm as suas devidas posições. Alguns deles chegam até a transitar dentro da obra, proporcionando encontros com as personagens da trama. A personagem histórica que mais participa da obra, sendo figurada com alguma frequência no romance, é Jorge Antônio von Schäffer<sup>17</sup>. Apesar de ser amigo de uma das personagens principais, Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, não possui muita participação ativa na narrativa, pois suas intervenções na trama acontecem em geral nas cartas escritas para esse amigo e por citações indiretas de suas falas.

Importante destacar que nesse romance não se encontram espaços para o fantasioso, e muito menos para o mítico, o que não estaria de acordo com o romance histórico. As personagens representam a sua época sem serem sobrecarregadas por elementos excessivos e nem contaminadas por características de outras épocas.

O que Josué Guimarães representa nessa obra não consiste apenas em uma ruptura, ou uma crise, mas, sim, uma série delas, enredadas e entrelaçadas em um período conflituoso dentro da América Latina, de maneira que não se pode entender uma sem entender a outra e o contexto que as proporcionaram. Dessa forma, autor consegue obter êxito na construção de sua obra, com um enredo de personagens muito bem construídas e verossimilhança da época representada – sem dúvida alguma um romance histórico no modelo lukacsiano.

---

<sup>17</sup> Foi o grande responsável pela idealização da imigração alemã no país, reunindo as pessoas na Alemanha e embarcando-as para o Brasil. Sobre ele trataremos no próximo capítulo.

### 2.3 Pesquisas em acervos literários: novas possibilidades

Como já mencionado anteriormente, as narrativas de obras que representam eventos históricos – como o caso do romance histórico – buscam na história “oficial” as suas fontes, para a partir delas desenvolver os seus enredos e as suas tramas, ambientar cenários e caracterizar as suas personagens. Essas fontes históricas utilizadas pelos autores, por sua vez, são encontradas muitas vezes em seus respectivos acervos literários.

O surgimento dos acervos literários no Brasil teve início nos anos 80, diferenciando-se através de seu estatuto dos arquivos convencionais por justamente “não seguir uma sistematização biblioteconômica, mas prever uma catalogação informatizada e uma classificação voltada para as necessidades da investigação literária propriamente dita.” (BORDINI, 199-?, p. 1).

Dessa forma, a documentação não deixa de ser arquivada, catalogada e acima de tudo preservada, mas através de um sistema taxinômico, em que a diversidade documental não será excluída e muito menos hierarquizada, proporcionando dessa maneira “pesquisas sobre a crítica genética, história editorial, crítica textual, história das mentalidades, estudos comparativistas, transtextuais e transnacionais, história da leitura, investigações de intertextualidade, desconstrução e de sociologia literária” (BORDINI, 199-?, p.1). Ou seja, aspectos que não eram possíveis de serem analisados através do modelo biblioteconômico tradicional de arquivo literário passam a estar disponíveis aos pesquisadores nesses acervos.

No Brasil, os acervos literários localizam-se geralmente em universidades, as quais tornam-se guardiãs desse material, votando-se à preservação da memória do escritor, sendo quase de praxe o firmamento de um acordo entre os familiares – herdeiros dos espólios do escritor –, e as universidades, que se disponibilizam e se responsabilizam pelo recebimento, catalogação e condicionamento desses materiais, os quais “comparecem na sua heterogeneidade” (BORDINI, 199-?, p. 1). Assim, não há seleção e hierarquização, e, conseqüentemente, restrição aos materiais entregues, pois tudo se resume a vestígio, desde o que transmite a informação mais básica, até o que transmite a mais complexa, podendo ambas serem deslocadas e condensadas em novas sínteses através de entrecruzamentos dos dados.

A própria utilização do termo acervo, ao invés de arquivo, que é mais comum no âmbito internacional, faz referência ao seu modo de acondicionamento. Enquanto o arquivo restringe-se a atividades biblioteconômicas e museológicas, o acervo busca a especificidade de um legado, o qual será manuseado com o fim de buscar e reunir fontes primárias na

construção do conhecimento literário, atestando e promovendo concretudes e alargando dessa forma as fronteiras do que se entende por “conceito de obra, chamando a atenção para a sua materialidade” (BORDINI, 2009, p. 48). Assim, proporciona-se interpretações literárias desses autores que vão além da visão autonomista dos textos. Bordini enfatiza, ainda,

o valor das fontes primárias como testemunhas do processo criativo dos escritores, da industrialização e comercialização do livro, dos modos de recepção dos leitores, das práticas de canonização da literatura, dos impasses contextuais e conjunturais e oferecer recortes diversos e originais da instituição literária brasileira. (BORDINI, 2009, p. 52).

Os acervos de escritores são geralmente encontrados próximos à região onde o autor nasceu ou de sua área de atuação. São mais raros os casos de acervos que reúnem escritores de diversas partes do país, como ocorre com o Instituto Moreira Salles e com o Museu de literatura da Casa de Ruy Barbosa. No Rio Grande do Sul, estado ao qual se vincula a vida e obra de Josué Guimarães, criou-se o Acervo de Escritores Sulinos, que chegou a reunir dez acervos de escritores em uma mesma instituição, na PUCRS. Essa iniciativa foi substituída por um núcleo de preservação intitulado Delphus. (BORDINI, 2009, p. 37).

O Acervo de Escritores Sulinos, durante o seu período de existência e atuação, proporcionou uma produção renovada e significativa na área dos estudos literários, mobilizando a opinião pública através de programas televisivos – como o caso da própria minissérie *A ferro e fogo: tempo de solidão* –, resgatando, como afirma Bordini (2009, p. 37), autores que estavam caindo no esquecimento, salvos por uma pequena parcela de leitores que ainda os buscavam.

O principal objetivo dos organizadores do Acervo de Escritores Sulinos era a preservação do legado de escritores sul-rio-grandenses. Cada acervo era gerido por coordenadores especializados no respectivo autor, buscando estabelecer uma “pesquisa multidisciplinar, incluindo áreas de arquivologia, informática, crítica, história e teoria literária” (BORDINI, 2009, p. 37). Dessa maneira, seria possível proporcionar condições privilegiadas ao pesquisador no estudo das fontes primárias de escritores relevantes para a memória literária regional e brasileira.

Criado em 1993 por iniciativa de um grupo de pesquisa da PUCRS, o Acervo de Escritores Sulinos era inicialmente constituído de quatro acervos literários, os dos escritores Dyonélio Machado, Erico Verissimo, Pedro Geraldo Escosteguy e Reynaldo Moura.

Em maio de 1995, mais dois espólios passaram a fazer parte do acervo, dos poetas Mário Quintana e Zeferino Brasil. Já em 1998 somaram-se outros dois, o do romancista Manoelito de Ornellas e o da poeta Lila Ripoll. Em 2000, constituiu-se o acervo do poeta

Oscar Bertholdo. Além desses, houve tratativas para a constituição dos acervos de Moysés Vellinho e de Vianna Moog, mas os projetos não foram adiante por causa da descontinuidade do grupo de pesquisa do Acervo de Escritores Sulinos.

Outro acervo de relevada importância, não apenas por viabilizar a realização desta pesquisa, trata-se do Acervo Literário de Josué Guimarães. Fundado em abril de 1996 a partir da doação de Nydia Guimarães – viúva de Josué Guimarães –, o acervo ficou inicialmente a cargo da docente Maria Luíza Ritzel Remédios e, posteriormente, ao pesquisador Miguel Rettenmaier. Com o encerramento das atividades do grupo de pesquisa do Acervo de Escritores Sulinos, esse acervo voltou à família do escritor e, mais tarde, foi entregue à Universidade de Passo Fundo, onde se localiza até hoje, sob os cuidados de Miguel Rettenmaier.

Em termos de resultado, o Acervo de Escritores Sulinos obteve avanço significativo na área dos estudos literários, principalmente no que diz respeito à teoria da literatura – área de concentração do mestrado e do doutorado daquela instituição –, possibilitando a articulação “ainda hoje rara entre a obra literária e seus elementos internos com o sistema literário e sócio-histórico-cultural a que pertence.” (BORDINI, 2009, p. 37). Bordini destaca também a importância desse tipo de interação texto-extratexto proporcionada pelos acervos, mas sem perder de vista as particularidades implícitas no texto literário. Segundo ela,

os estudos, em geral, continuam se fazendo ao redor do texto, do discurso e das camadas inconscientes e conscientes deste, num reducionismo à linguagem que ignora outros fatores constitutivos, como a memória, a imaginação, o repertório cultural de temas e imagens, as pressões industriais, as da *intelligentzia*, a influência das elites governantes e as da baixa cultura, as preferências individuais dos escritores, seus modismos e vezos, os relacionamentos que estabelecem com sua época e as diversas visões de mundo que nela circulam. (BORDINI, 2009, p. 38).

Hoje, grande parte dos estudos que são elaborados apenas ao redor do texto acabam não encontrando suporte teórico que os sustentem em suas investigações, em contrapartida, a existência de arquivos organizados de maneira científica a partir de “ideias-mestras” (BORDINI, 2009, p. 38) proporcionam a coleta de dados documentais que acabam por ultrapassar as abordagens epistemológicas atuais, gerando um novo modo de pesquisa literária, muito mais abrangente que o antigo, e mais rico em suas possibilidades de análise. Dessa forma, podem escapar das pesquisas meramente imanentistas, as quais de um lado acabam deixando à margem os seus intertextos, voltando-se apenas para as questões da linguagem, ou, por um outro, tornam-se historicistas, ficando presos entre a dialética marxista

e a história, não levando em consideração as necessidades do autor e o processo de criação da obra.

Acervos como o dos Escritores Sulinos, juntamente com toda a sua base organizacional de documentos, permitem diferentes modalidades de investigação, como a da “gênese das obras, de seu destino, das relações entre os processos materiais e os processos ideativos que cercam não só a obra, mas toda a instituição literária [...] dão acesso às subjetividades produtoras e receptoras, e fazem pontes com os estudos culturais” (BORDINI, 2009, p. 38).

Rettenmaier (2008) avigora essa ideia, na medida em que, para ele, por meio dos dados documentais “atualiza-se a história, recupera-se o passado, presentifica-se e revitaliza-se o que fora silenciosamente arquivado ou guardado em dependências particulares”. Ele afirma ainda que “vindas do passado, as coisas, as textualidades de determinado autor, podem desmascarar tradições, molestar verdades; acima de tudo, permitem ler, no que por pouco não se perdeu, o que estava escondido” (RETTENMAIER, 2008, p. 138). No entanto, o mesmo autor também alerta para o que chamou de “maldição dos manuscritos”, pois se por um lado resgata-se o manuscrito, o qual permite uma nova leitura da obra, por outro ele “é algo que pode não ter sido levado a cabo pela mão que escreveu; [...] um texto que pode ser visto como uma coisa provisória, não a coisa em si, mas um passo antes de si; e pode, sobretudo, ser um registro em segredo” (RETTENMAIER, 2008, p. 138). Nesse caso, publicá-lo poderá “deflagrar o terror do que somos e não apenas aquilo que fomos” (BORDINI, 2001, p. 31).

Não restam dúvidas acerca da importância dos acervos de escritores no âmbito dos estudos literários, na medida em que por meio deles podemos interpretar o universo criativo do autor e lançar novos pontos de vista sobre a sua produção literária. Foi com esse propósito que direcionamos os rumos desta pesquisa a partir das anotações e apontamentos de Josué Guimarães, cujo material encontra-se no acervo mantido pela Universidade de Passo Fundo. Assim, conscientes que trabalhamos com indícios e “rastros” deixados pelo escritor, e sem outro objetivo que não seja fornecer uma possibilidade de interpretação de sua narrativa ficcional, procuramos evidenciar de que forma a historiografia está presente na ficção de Josué Guimarães.

### 3. DESCRIÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE AMBIENTE

Neste capítulo iremos abordar questões relacionadas ao processo de criação das personagens, os elementos regionais por trás delas e o processo de aculturação que elas sofreram ao chegar a um ambiente que, para elas, é totalmente novo e estranho. Analisaremos também a constituição das personagens reais que compõem o romance, buscando a historicidade que existem nelas, a qual irá garanti-las como possibilidade de sua época. Outro ponto a ser analisado neste capítulo diz respeito à constituição ambiental da obra, contrapondo o romance à obra histórica, de modo a constatar a utilização da última pelo romancista durante a produção de *A ferro e fogo*.

#### 3.1 As personagens em sua incidência regional: processos de criação

O romance *A ferro e fogo* é narrado em terceira pessoa, possuindo um narrador onipresente e onisciente. Com a sua trama centrada no ambiente familiar dos imigrantes, a obra apresenta a luta diária pela sobrevivência durante o processo de estabelecimento dos povos germânicos na Província de São Pedro Rio Grande do Sul, expondo dessa maneira os seus dramas, nostalgias e angústias. Não encontramos ufanismos e nem o sopro épico na criação das personagens. Os heróis, se é que existem, o são apenas por lutarem persistentemente a ferro e fogo na tentativa de progredir em sua nova pátria ao enfrentar as mais diversas adversidades que surgem no decorrer de suas vidas.

As questões relacionadas à representação dos gêneros entre as personagens principais da trama também chamam a atenção nesse romance, pois enquanto as figuras masculinas como Gründling e Daniel Abraão demonstram fraquezas e defeitos, estando compreendidas na dimensão do precário, temos no outro lado a representação feminina de Catarina, a qual com valentia e coragem toma as rédeas de sua família e com sua luta diária constrói uma posição consolidada para si e para seus familiares na sociedade teuto-brasileira.

Nas palavras de Bocchese e Arendt (2011, p.128),

o papel [de Josué Guimarães] parece se desenhar às avessas ou, pelo menos, de forma distinta das tendências historiográficas sulinas dos anos 70 (séc. XX) já que, no relato ficcional de Guimarães, surgem personagens não mitificadas, anti-heróis com pouco vigor diante das imposições sociais e de outros poderes vigentes.

Para Barbieri, Josué Guimarães “opera a desleitura dessa história ao centrar sua narrativa no microcosmo da família Schneider” (1997, p. 29), já que o romancista concentra-

se no cotidiano dos imigrantes, desinflando assim as exaltações e os enobrecimentos criados na tentativa de busca por um passado nobre marcado pela virilidade e valentia.

É interessante atentarmos para a maneira como o romancista opera com suas personagens nesse processo, pois ao mesmo tempo em que representa no romance uma quantidade limitada de personagens, esses acabam por abranger um grupo muito maior de pessoas. A história dos Schneider, por exemplo,

constitui uma metonímia da tragédia vivida por centenas de famílias de colonizadores que aqui chegaram e desapareceram, muitas sem deixar traços, outras pagando alto preço, na perda de vidas humanas e mesmo da dissolução de laços familiares, para que se concretizasse, com o passar das décadas, a utopia sonhada no Velho Continente. (HOHLFELDT, 1997, p. 68).

Dessa maneira, concordamos com Remédios (1997, p. 8-9) quando afirma que Josué Guimarães é responsável por apresentar “uma nova história do Rio Grande do Sul e do Brasil” ao representar os que foram largados a sua própria sorte e sem atos gloriosos. Hohlfeldt segue essa mesma linha de pensamento, afirmando que o autor de *A ferro e fogo* “renova o modelo clássico, ao desmi(s)tificar o discurso oficial”, dizendo ainda ser um “procedimento igualmente verificável nos poetas da mesma geração do romancista” (1997, p. 65).

As personagens de *A ferro e fogo*, como bem pode-se notar, não dominam as suas próprias vidas, pelo menos no que diz respeito aos fatores externos, visto que “os eventos atropelam a história e, sem que as personagens entendam, as lutas pela terra invadem o espaço familiar” (RIBEIRO, 2009, p. 6). Resta a elas apenas viver, ou pelo menos tentar, em meio às revoltas e guerras, entre as adversidades e as doenças, adquirindo por meio dessas lutas diárias o seu significado no romance. Através delas “não se revive o evento [histórico], mas se pode conhecer, além do acontecimento, o seu sujeito” (SANTOS, p.39, 2009), criando, dessa forma, uma imagem mais real do imigrante comum, que expressa suas angústias, nostalgias e aflições.

Se por um lado as personagens não dominam as suas próprias vidas no que diz respeito aos fatores externos, estando elas na “injusta posição de coadjuvantes nas grandes decisões ou de espectadoras” (RETTENMAIER, 2006, p. 122), no que diz respeito aos fatores internos – referentes ao seu cotidiano –, elas são mais bem resolvidas. Segundo Ribeiro (2009, p. 10), por terem decidido deixar para trás a sua terra, em busca de realizar seus sonhos numa terra incerta que mais tarde viriam a chamar de nação, elas todas “são fortes, todos atores, não há oprimidos nessas histórias porque todos são senhores das suas escolhas. Escolheram ocupar e pertencer a um lugar e torná-lo seu”.

Outra questão interessante é o fator linguístico em *A ferro e fogo*, visto que as personagens não se comunicam na língua oficial do país. Quando conseguem de alguma forma fazê-lo, demonstram uma pronúncia ruim, pois mal podem se entender com os brasileiros. Michels (1989, p. 85), em seu estudo intitulado *A ferro e fogo: romance sobre os primeiros colonizadores alemães do Rio Grande do Sul – Narrado em tempo de solidão e de guerra por Josué Guimarães*, discorre justamente sobre a questão linguística da narrativa. Como as personagens vivem ilhadas em suas colônias, comunicando-se através de sua língua natal, o próprio autor chegou a comentar que seu romance deveria ter sido escrito, na verdade, em alemão. Logo no começo da narrativa surge a impossibilidade da comunicação entre os recém-chegados e as autoridades locais, visto que o próprio “capataz não entendia uma palavra em alemão [...] desconfiava, pelos gestos e pelas caras, que eles estavam dizendo algum palavrão” (2006, p. 8-9).

Em *A ferro e fogo* também pode-se notar as diferentes caracterizações das personagens, com suas diversas visões de mundo e suas variáveis situações financeiras, desde colonos que chegaram à Província sem nada possuir e que, por meio de suas lutas individuais ou coletivas, alcançaram um relativo sucesso e uma posição destacável dentro da colônia de São Leopoldo, como o próprio caso da família Schneider. Há também personagens que chegaram e tiveram dificuldade para se estabelecer, sendo enviados de forma compulsória para servirem nas forças do exército imperial, juntamente ao Corpo de Lanceiros Imperiais Alemães, como o caso de Mayer, que teve uma experiência infeliz com a imigração e encontra a morte de forma prematura nos campos de batalha da sua nova “pátria”. Essa personagem, na trama, passa a representar “os imigrantes mercenários e aventureiros”, os quais vieram para essa nova terra com o intuito de “servir ao dominador e defender os interesses do sistema” (SANTOS, 2009, p. 49).

Por outro lado, há personagens como Herr Gründling, que chega à colônia com capital considerável para investimento e, com contatos importantes dentro do império, pode desenvolver seus negócios com maior facilidade. Isso deixa a personagem logo de início em uma posição de vantagem perante seus conterrâneos, inclusive enriquecendo às custas deles.

De toda forma, todas essas personagens criadas por Josué Guimarães “constituem distintas versões, expectativas, interesses que cercaram o processo de colonização do Rio Grande do Sul pelos alemães.” (SANTOS, 2009, p. 49).

Também pode-se notar no decorrer da trama de *A ferro e fogo* personagens históricas existentes, com suas alcunhas e ofícios reais, pois o próprio autor, em entrevista ao Instituto

Estadual do Livro (GUIMARÃES, 1998, p. 5), veio a afirmar que não saberia “escrever um romance a não ser partindo de uma história” e que, antes de iniciá-la, faz “levantamento de época”, buscando nessa pesquisa “relacionar nomes para cada um” de seus representados. A partir da história e do levantamento desses dados, surgem as lideranças históricas representadas a partir da “livre imaginação do escritor, sempre autorizado pela arte literária a inventar conforme a sua visão dos fatos” (AQUINO, 2011, p. 1663). Alguns desses são apresentados de forma mais superficial, como o caso do juiz de sesmarias, Araújo Bastos, e o inspetor geral de colonização, Monsenhor Miranda Malheiros. Outros assumem um protagonismo maior, como o caso do Major Jorge Antônio Schäffer, amigo íntimo de Carlos Gründling, ou até mesmo o doutor Johann Daniel Hillebrand, que surge no romance em diversos momentos, contracenando com as principais personagens e guiando-as em momentos de crise. Na acepção de Schreiner (1996, p. 91-92), e com a qual concordamos, Josué Guimarães “constrói a ação da narrativa, fundamentando-a em episódios históricos”, usando “nomes reais [...] de imigrantes[...], mas sempre com a precisão do ficcionista e não do historiador.”

Assim, histórias importantes de grandes eventos e de rupturas que ocorreram na Europa no período pré-imigração são resgatadas muitas vezes por meio da memória dessas personagens “reais”, de forma a contrastar o passado recente com a nova realidade. Barbieri atenta para o fato de o romancista ter criado as personagens de *A ferro e fogo* “voltando-se para o vasto campo dos sentimentos, desejos, crenças, costumes e outras situações localizadas na fronteira entre o individual e o coletivo, entre o movimento e a inércia da história do Rio Grande do Sul.” (1997, p. 31).

Na representação dessas personagens também pode-se captar os conflitos, as barreiras culturais, o processo de aculturação sofrido por elas quando estabelecidas em uma nova região, entendida nesse contexto não como uma realidade “natural”, mas como “uma rede de relações” estabelecida seja por uma coletividade, uma instituição ou um governo (POZENATO, 2003, p. 152). Nessa região, as personagens precisam adaptar-se a novos costumes e adquirir novos hábitos que garantirão sua inserção em novos modelos de regionalidades, estas compreendidas como fenômenos sociais ligados à propriedade ou qualidade do “ser” regional, tanto no âmbito das representações quanto da criação de uma “realidade”. (HAESBERT, 2010, p. 8).

Apesar de em *A ferro e fogo* os recursos técnicos poderem ser considerados, à primeira vista, pouco inovadores, sem experimentações estruturais ou de linguagem, podemos notar em

sua construção algo muito importante, que é o “processo de disseminação de fronteiras e tradições culturais e históricas” (HELENA, 1997, p.51). Esse processo de construção, para Helena (1997, p. 51), encaixa “a consciência autoral e a auto-reflexividade narrativa”, na medida em que a ficção de Josué Guimarães “inscreve o Rio Grande do Sul numa trama de alteridades em que, sem dúvida, as identidades em metamorfose do gauchismo e de seus avessos se tornam mais ricas” (HELENA, 1997, p.51), uma vez que a representação das fronteiras culturais, assim como das tradições históricas, acabam por apontar a existência de novas maneiras de convivência e o surgimento de novas identidades.

Nesse sentido, primeiramente trabalhamos nesta pesquisa com algumas personagens criadas por Josué Guimarães, apontando seus modos de viver, seus costumes, suas memórias e regionalidades, enfim, a representação de suas vidas, essas que não são “vidas passivas diante dos propósitos do mundo e dos outros, mas [...] vidas bem conduzidas por seus donos, vidas determinadas pela resistência e coragem, pelo espírito que não se dobra, pelo esforço contínuo, e [são] bem cobradas por isso, cobranças medidas pelo sofrimento que advém das circunstâncias produzidas numa nova terra onde devem se fixar”, as quais apresentam “uma vida possível experienciada nesse processo formativo.” (AQUINO, 2010, p. 245).

Assim, nossa análise da presença da historicidade em *A ferro e fogo* parte das anotações feitas por Josué Guimarães no índice de um exemplar de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Conforme pode-se observar no anexo 4, as marcações feitas pelo romancista trazem algumas vezes um simples traço “/”, e, em outras, um “X”.

Acreditamos que as marcações com um “/” – “II Uma colonização dirigida”, “IV A agricultura dos colonos”, “V A enxamagem dos pioneiros”, “VI A vocação comercial” e “VII O surto industrial – referem-se aos capítulos utilizados pelo romancista como aporte para representações de questões econômicas”. Já as marcadas com um “X” – “III Um enxerto vigoroso”, “VIII A nova sociedade”, “IX Outro modo de vida e de pensamento” e “I O Rio Grande do Sul antes da colonização alemã” – referem-se às questões que dizem respeito às caracterizações das personagens, os três primeiros das alemãs, e o último para caracterizar as personagens que viviam na região antes do início da imigração alemã. Porém, há um capítulo em especial, com a marcação “/”, o “VI A vocação comercial”, que, muito provavelmente, foi utilizado de aporte pelo romancista tanto para auxiliá-lo na representação das personagens, quanto para questões econômicas relacionadas à colônia.

Sobre o quadro sociocultural representado, Josué Guimarães (1988, p. 7) comenta que a narrativa centra-se “em torno do homem, seus conflitos, [e] contradições”. Para o escritor, as principais características que giram em torno da temática das personagens são

o subdesenvolvimento, a miséria, o caldeamento de raças, a insegurança política social, o caudilhismo, a passividade diante do destino, a ignorância, a doença, a crença de que ninguém muda nada, “estava escrito”. O bugre, o português, o castelhano, o alemão, o italiano – enfim, o homem que saiu desse cadinho. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Dessa forma, corroborados pelas palavras do escritor e pelas anotações localizadas na obra de Jean Roche, notamos que logo no capítulo “III Um enxerto vigoroso” estão presentes as diretrizes que irão nortear as personagens alemãs e as suas funções na trama de *A ferro e fogo*, pois ali Roche explana sobre os tipos de imigrantes que chegaram à Província. De acordo com o autor,

o Rio Grande do Sul teve a oportunidade de acolher sobretudo alemães originários de zonas rurais, mas de zonas rurais diferentes, de sorte que apresentavam grande variedade de tipos. Por outro lado, recebeu certo número de antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas ou tinham outra cultura e um mais vivo espírito de iniciativa. Uma fração sempre mais considerável da imigração no Rio Grande do Sul foi fornecida pelas cidades alemãs, cuja a estrutura social se modificou no decorrer do século XIX. Antes de contar numerosos proletários, a imigração de origem urbana reuniu artesões e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos quer econômicos, quer políticos. O malogro dos movimentos liberais de 1848, [...], por exemplo, expulsaram da Alemanha sujeitos de apreciável valor para o Rio Grande do Sul. (1969a, p. 157-158).

Essas características são encontradas em praticamente todas as personagens de origem alemã no romance, não apenas por muitas terem sua origem cidadina, mas também por desempenharem diversas profissões que eram comuns na Alemanha do período, como agricultores, comerciantes, médicos, religiosos e artesãos dos mais diversos tipos, esses últimos mais incomuns no Brasil, principalmente no sul. Essas personagens, no decorrer da trama, “simbolicamente representam o processo de ocupação da terra no Rio Grande do Sul sob um sistema opressivo de dominação” (MARTINS, 1997, p. 25) e justamente por isso mostram-se verossímeis. Elas carregam consigo a responsabilidade “de fazer com que a provável substituição, por outra civilização, de toda a cultura, a religião e as tradições de um povo, ocorra de maneira tão pura e tão luminosa que sobre ela não caia a amargura e a maldição das destruições.” (PAES, 1992, p. 82-83).

A família Schneider, à qual estão vinculadas algumas das personagens protagonistas do romance, provém da cidade alemã de Salzwedel, na Saxônia. Como ocorre com boa parte da população daquele país, os Schneider também sofrem com o colapso das fronteiras

agrícolas, com o esgotamento dos antigos meios de produção frente à industrialização e com a falta de emprego devido à excessiva oferta de mão de obra que as empresas não conseguiam absorver. Atraídos pelas promessas de Schaeffer de uma vida melhor, resolvem embarcar para sua jornada na “nobre e generosa Hamburgo” (2006, p. 6), de onde o Wilhelmine levantou ferro “rumo ao desconhecido, mares bravios, terras estranhas, feras e bugres”. (2006, p.18).

A representação da origem da família confere com os apontamentos de Roche, segundo o qual “os primeiros que se fixaram no Rio Grande do Sul, provinham de Holstein, de Hanover, de Mecklembourg. Seguiram-nos, logo depois, camponeses originários de Hunsruck, estes últimos, em maior número assimilaram os que vinham de Saxe, de Württemberg ou de outras regiões.” (1969a, p. 158).

A constituição familiar na ficção também segue nos moldes da pesquisa de Roche, na medida em que o historiador explana que

a população de origem germânica teve uma taxa de natalidade elevada. Parece que sua instalação no Brasil lhe favorecera o aumento do índice demográfico, sob a dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão-de-obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capaz de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo. (1969a, p. 162).

A família Schneider era composta por Daniel Abrahão, sua esposa Catarina e cinco filhos, Philipp, Mateus, João Jorge, Carlota e Jacob. O primeiro deles emigra com os pais da Alemanha e os outros nascem na nova pátria.

É importante destacar que a família Schneider desempenha na ficção as três principais atividades econômicas mais comuns entre os imigrantes recém-chegados, que são a produção agrícola na pequena propriedade, o artesanato e o comércio.

Daniel Abrahão Lauer Schneider, na Alemanha, exercia a função de artesão, mais especificamente um celeiro. Sem condições de continuar a sua vida, decide emigrar para o Brasil. Essa personagem representa o

substrato social excedente da população alemã que, expulso dos campos pela reforma agrária e não absorvido pela indústria da Alemanha, no início do século XIX, engrossa os aglomerados urbanos miseráveis, cuja a alternativa é emigrar em busca da sobrevivência no novo mundo. [...] representa o coletivo de uma população expulsa de sua terra para atender aos interesses do capitalismo e estabelecer o equilíbrio social da Alemanha. (SANTOS, 2009, p. 47).

Porém, quando Daniel Abrahão chega à Província, esperava tornar-se agricultor, já que “o que lhes fora prometido na Alemanha [incluía] uma colônia de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos” (2006, p. 7). Como não recebe o prometido, trata “de tirar da terra provisória algo que pudesse ser somado ao charque e às

aguadas abóboras da Estância Velha” (2006, p. 7). Ainda “jurava a si mesmo que um dia, um dia não muito distante, ainda plantaria sementes de trigo na sua terra, terra de papel passado, e das sementes tiraria a farinha” (2006, p. 7). Daniel Abrahão chega a cultivar a terra durante o período em que vive na fronteira Sul, local onde “colhia mandioca, batata e cebola” (2006, p. 7).

Essa personagem torna-se, na trama do romance, representante de um grupo maior, através do qual Josué Guimarães “inverte a imagem como o imigrante alemão aparece na ficção sulina e na crônica historiográfica” (BARBIERI, 1997, p. 32-33). Na figura de Daniel Abrahão o romancista apresenta “um imigrante agricultor e homem da terra que procura adaptar-se ao novo mundo, questionando e/ou aceitando novos valores, adotando lutas que considera justas.” (BARBIERI, 1997, p. 33).

Daniel Abrahão também aparece carregado de significados históricos, muitos deles podendo ser captados por meio de suas memórias, algumas relacionadas aos seus familiares e as suas devidas participações em eventos e episódios cruciais, momentos de ruptura ocorridos na Europa pré-migração. Um exemplo disso ocorre quando Daniel Abrahão, por meio de seus devaneios em sua toca, sonha com a Batalha de Waterloo<sup>18</sup> e vê a figura do “velho corneteiro Schneider, seu pai, assoprando desesperado, as veias do pescoço saltadas, e depois caindo varado de balas. As tropas em debandada, os quadrados flanqueados e desfeitos, os campos juncados de mortos e feridos, armas abandonadas” (2006, p.63), ou também na lembrança de sua viagem à Província, a bordo do navio São Francisco de Paulo. Ele recorda o que presenciara nos porões do navio: “semanas e semanas intermináveis, a promiscuidade pondo a vergonha de lado, os casais aproveitando o barulho das vagas quebrando contra o frágil casco de madeira a ranger, a excitação se alastrando de casal a casal até confundir-se com o bramir do mar.” (2006, p. 16-17).

Assim, alguns episódios da saga dos Schneider são narrados a partir da memória das personagens, em que o presente recupera o passado para dar sentido ao novo contexto regional. A técnica memorialística, nesse sentido, constitui na trama um importante fator de resgate, já que busca trazer à tona episódios passados a fim de integrá-los ao presente, de

---

<sup>18</sup> A Batalha de Waterloo foi um confronto militar ocorrido em 18 de junho de 1815, nas proximidades de Waterloo, parte que então integrava o Reino Unido dos Países Baixos, atual Bélgica. Nesse episódio o Imperador Napoleão foi derrotado pelos exércitos da Sétima Coligação, dos quais faziam parte uma força britânica sob o comando do Duque de Wellington, e uma força prussiana liderada pelo marechal-de-campo Gebhard Leberecht von Blücher. Esse episódio decretou o último ato de Napoleão, pois sua derrota rendeu o fim de seu posto de imperador, e conseqüentemente, o fim de seu governo.

modo que se possa desse modo fazer uma desleitura da história oficial e da literatura ufanista. Com os lances de precariedade recuperados pela memória, a história da imigração, focalizada na família Schneider, ganha contornos mais de penúria do que de glória.

Barbieri, no seu ensaio *Colonização a ferro e fogo*, corrobora um entendimento nesse sentido, quando afirma que através dessa memória “o passado vem a tona das águas presentes, misturando-se com percepções do imediato. A memória/lembrança aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.” (1997, p. 29).

Também podemos notar em Daniel Abrahão uma nostalgia constante de hábitos e costumes que ficaram na Alemanha, principalmente em relação a certos alimentos. Recém-chegado à nova terra, ele costuma à noite sonhar “com o cheiro de pão fresco da Europa, com o perfume das cucas açucaradas, com a fritura das grossas salsichas e do chucrute conservado na vinha-d’alhos” (2006, p. 9). Sua esposa compartilha do mesmo sentimento, já que tem “pensado no [...] pão da Alemanha, nas cucas estufadas extravasando das formas.” (2006, p. 9).

Os momentos de nostalgia de Daniel Abrahão também surgem quando ele ouve as antigas histórias de sua terra com seus amigos e, juntos, “cantavam as velhas e marciais canções da Alemanha, chupando das canecas o resto de cerveja, Schneider sentia na boca o gosto ardido das lágrimas.” (2006, p. 9). De certa forma, são essas lembranças e o desejo de viver as mesmas experiências deixadas para trás que motivam as ações da personagem em relação à produção para o consumo da família. Na fronteira, quando fazem pão pela primeira vez, a empolgação era tanta que “Daniel Abrahão cantarolava uma velha canção da *Altmark*, arrastando a mulher, sob protestos dela, numa dança grotesca que arrancou gargalhadas dos escravos” (2006, p. 26), afirmando que aquele era “o autêntico pão da Alemanha.” (2006, p. 26). O pão como alimento básico não parece ser tão importante por acaso no romance. Conforme afirma Roche, “num prazo inferior a dez anos, todas as colônias foram dotadas de moinhos de cereais, para permitir que os colonos voltassem a comer pão” (1969b, p. 481), visto que não estavam dispostos a regredir socialmente, pelo menos no que diz respeito à alimentação com a qual estavam acostumados em sua terra natal.

Essa nostalgia, embora esteja relacionada ao isolamento ou escassez de recursos, também acentua a dificuldade de adaptação da personagem à região, uma vez que Daniel Abrahão possui uma forte inclinação para o lado mais prático de seu enfrentamento diário, buscando na maior parte do tempo em seus sonhos os víveres tão desejados de sua terra natal,

não tomando iniciativa em momento algum para obtê-los. Se por um lado essa personagem pode ser interpretada como “uma representação de uma tendência masculina entre os alemães: o modo de ser depressivo, cabisbaixo, fechado em si mesmo.” (AQUINO, 2010, p. 247), por outro pode-se notar nele a falência dos sonhos dos imigrantes de alcançarem uma vida melhor, já que ao chegar na nova terra percebe que nada do que fora prometido se cumpriu, restando apenas a permanência da situação de miséria, porém, agora, com o agravante de estar distante de suas famílias e de suas tradições.

Podemos notar ainda, no período em que a família Schneider vive na fronteira Sul da Província, a inclinação dos imigrantes pelo destilado de cana. Um exemplo disso ocorre quando Mayer chega ao rancho dos Schneider e pede “um trago para refrescar”, dizendo ainda que “não precisa economizar que trouxe dois corotes, dos grandes, da melhor aguardente de Torres” (2006, p. 26), ou quando pela primeira vez Frederico chega à Estância de Jerebatuba e “foram beber algo em comemoração, uma cachaça trazida pelos visitantes, em garrafas” (2006, p. 24). Nesse sentido, em relação aos hábitos alimentares, as personagens alemãs procuram preservar a culinária trazida da Alemanha, ao mesmo tempo em que se abrem para a degustação de produtos nativos. Em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Roche aponta que “os colonos, muito cedo adotaram o aguardente de cana, que desempenhou um papel tanto mais importante quanto a fabricação da cerveja não conseguiu introduzir-se no decurso desse período.” (1969b, p. 481).

A representação de Daniel Abrahão também denota as barreiras culturais enfrentadas pelos imigrantes. Uma delas, talvez a principal, refere-se à língua, a qual durante grande parte da obra mostra-se presente na relação entre os imigrantes, os teuto-brasileiros e os castelhanos.

Quando estava desesperado, no início da Guerra da Cisplatina, ao descobrir que fazia parte de um esquema de contrabando de armas, pensa em falar com o general da tropa e dizer que “deixaram isso aí, não sei de quem é essa coisa, podem levar, tomem conta” (2006, p. 43). No entanto, sua mulher o questiona: “em que língua vais falar com eles?” (2006, p. 43). A pergunta revela o isolamento em sua nova pátria, onde os imigrantes “se tornaram eles mesmos a fronteira” (RIBEIRO, 2009, p. 8), visto que “o emprego exclusivo do alemão prolongou-se além do fim do império, pois, em 1885, ainda se salientam os progressos da língua alemã nas colônias, onde os imigrantes podem viver sem compreender uma palavra do português” (1969b, p. 654). Cabe salientarmos ainda que, no romance, são justamente

diferenças como a língua “que definem as heranças culturais e a ideia de pertencimento.” (RIBEIRO, 2009, p. 8).

Josué Guimarães encara questões culturais como essa, da linguagem, de maneira natural, sem juízos de valor, sem buscar em nenhum momento elevar ou diminuir a sua importância, já que sua intenção não é idealizá-las, mas, sim, representá-las de maneira natural aos seus leitores. Sobre isso, Aquino (2011, p. 1662) destaca que Josué Guimarães “não julga a preservação da língua, da idiossincrasia e das manifestações culturais identitárias das colônias alemãs. Ele se propõe a construir um olhar, narrar e descrever, num misto de ficção e história, recriando o passado de um ponto de vista próprio.”

No entanto, o processo de aculturação de Daniel Abrahão pode ser notado conforme a narrativa avança. Quando ele está preso no poço e Catarina pede se precisa de algo, imediatamente ele responde: “*Unglaublich*, mas sinto vontade de tomar um mate. A gente se acostuma com tudo.” (2006, p. 39). Dessa forma, as personagens possuem um sentido de pertencimento fortemente marcado, no qual demonstram-se profundamente ligadas aos seus costumes, buscando, dentro do possível, mantê-los, ao mesmo tempo em que procuram a eles acrescentar novos, como bem pode ser notado durante a narrativa. Ribeiro (2009, p. 8) reforça essa ideia, acrescentando que “ao índio, ao espanhol e ao português, juntaram-se os alemães e italianos entre outras etnias, todos cruzando as suas próprias fronteiras culturais para se adequar a nova terra, mas ainda assim mantendo as suas crenças e rituais, os seus hábitos e línguas.” (RIBEIRO, 2009, p. 8).

Roche, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, ciente que “os imigrantes alemães e seus descendentes construíram [...] grupos [...] isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião” (1969a, p. 3), também observa esse conflito existente entre a preservação de certos costumes – regionalidades – e a adoção de outros, justamente por causa da influência do meio. Segundo ele, apesar da exaltação do “trabalho do pioneiro e os esforços do colono para conservar sua *Kultur* e as suas qualidades germânicas” (1969a, p. 4), os imigrantes e seus descendentes “sofrem a influência do meio em que vivem, pois [faziam] parte integrante do Rio Grande do Sul.”

Em seu retorno à colônia, Catarina manda os escravos construírem galpões e sai para comprar “couros e correias, tachas, cordéis de selaria, ferramentas especiais, importadas, entregando tudo ao marido” (2006, p. 120). A partir de então Daniel Abrahão volta a exercer a função de seleiro que exercia na Alemanha. Em pouco tempo ele passa a ser reconhecido pelo seu trabalho, construindo as mais belas selas, das quais muitas vão parar na Corte.

Posteriormente, a família começa a produzir também carroças e carretas. Ao voltar a exercer a profissão de antes, Daniel Abrahão passa a ter um comportamento menos excêntrico, se não totalmente “normal”, ao menos aceitável para a vida na colônia. Isso, é claro, quando está exercendo o seu ofício, pois à noite, depois do jantar, a personagem volta a sua antiga realidade, agora em um novo buraco, mas sem deixar de entoar as suas velhas ladainhas. Nessa passagem podemos notar que o trabalho e a dedicação exclusiva, pelo menos para os povos germânicos que aqui se estabeleceram, garantem certa normalidade, já que no labor a personagem dignifica-se e percebe aceitação e até mesmo certa admiração diante de seus conterrâneos.

Quanto às funções dos imigrantes artesãos que se estabeleceram na Província e seu consequente desenvolvimento, Roche aponta que a partir desses surgiram

além dos tecelões, que produziram tecidos de linho e de algodão, apareceram alguns alfaiates, menos numerosos, todavia, que os sapateiros e os celeiros, pois o cavalo era indispensável à locomoção nas colônias, como em todo Rio Grande do Sul, cujo o semi-isolamento em relação ao resto do Brasil favoreceu o progresso do artesanato. (1969b, p. 481).

Roche continua explicando que o artesanato “reinava como o senhor nas colônias totalmente desprovidas de fábricas e sempre prejudicadas pela dificuldade das locomoções”, complementando que “todos os setores pareciam abertos ao artesanato.” (1969b, p. 488).

Outro aspecto interessante da narrativa trata da questão da utilização de trabalho escravo por parte dos imigrantes alemães. No romance, são várias as passagens em que o narrador faz registro acerca dessa relação entre imigrante e escravo. O trabalho escravo nessas circunstâncias contrariava a política de imigração, uma vez que, segundo Roche (1969a, p. 101), pela “Lei Geral n.º 514 [...] a introdução e o emprego de escravos, [...] eram proibidos” dentro das colônias alemãs, já que nas cláusulas firmadas entre os recrutadores e os imigrantes ficava estabelecido que os recrutados eram os responsáveis pelo trabalho dentro de seus lotes. A mão de obra escrava vai inclusive contra a construção idealizada da imigração alemã, a qual busca enaltecer o trabalho do colono alemão desbravador, escondendo essa prática a todo custo. Episódios como esses, portanto, estão presentes na narrativa de forma a preservar a verossimilhança. Dessa forma, e como o trabalho escravo nas colônias sempre foi uma espécie de tabu, o escritor busca em sua obra o “resgate de memórias omitidas pela história e pelo germanismo enraizado nas comunidades oriundas de ascendentes alemães.” (SANTOS, 2009, p. 46).

Por sua vez, Catarina Klumpp Schneider, filha de Cristiano Klumpp e de Maria Isabel Klumpp, origina-se de Lüdese-Hanover. Esposa de Daniel Abrahão Lauer Schneider, ela é

vista por parte da crítica como a própria personificação dos imigrantes no processo de desbravamento da nova terra. Catarina sofre diversos reveses, mas continua a “lutar” de forma persistente durante todo o processo de estabelecimento em sua nova pátria. Ao final, consegue destacar-se comercialmente na recente sociedade teuto-brasileira.

Nas palavras de Santos (2009, p. 48),

Catarina retrata o imigrante alemão cujo objetivo é emergir de sua posição de substrato social dominado e explorado. Ela é a representação do imigrante decidido, que enfrenta o desconhecido em busca da ascensão econômica e social [...] representa o imigrante alemão capaz de suprimir os sentimentos e aceitar, calado, as humilhações para preservar a própria vida e a vida dos seus.

Nesse sentido, Catarina constitui-se na principal protagonista da narrativa. A escolha de uma mulher para centralizar a saga dos imigrantes alemães por si só já denota uma postura particular do romancista frente à história. No lugar de heróis homens, a força de uma mulher tão brava quanto, à maneira de Erico Verissimo e suas personagens femininas. Schreiner faz uma comparação de *A ferro e fogo* com *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, amigo de Josué Guimarães, mostrando a intertextualidade das personagens, pois

Ana Terra e Catarina Schneider ligam-se na firmeza de ações e no caráter decidido, que fazem delas o esteio de suas famílias. Violentadas e imbatíveis, desbravam a nova terra e a partir de longa viagem nas carretas, iniciam a colonização no descampado. Ambas ligam-se a homens que vivem outra realidade: a da arte e da fé. (SCHREINER, 1996, p. 101).

O autor explica que ambas trocaram a vida na povoação para o descampado, sofrendo também pelos filhos corajosos que foram à guerra. Dessa forma, tanto *A ferro e fogo* quanto *O tempo e o vento* apresentam personagens femininas distantes de uma imagem estereotipada, embora uma trate especificamente dos imigrantes alemães e a outra dos povoadores mais antigos do Rio Grande do Sul, o que inclui diferentes grupos sociais e culturais. No caso de Catarina, a personagem caracteriza-se por ser uma mulher forte e de iniciativa, a qual “nunca temera os bugres e nem as feras, atravessara o oceano sem uma queixa, soubera decidir as coisas na hora” (2006, p. 23). Ela guia a sua família desde o primeiro momento, quando decidem ir morar no descampado, passando por grandes conflitos e tragédias pessoais, como a violação na fronteira, a loucura do marido e a perda de um filho. Mesmo com essas adversidades, a personagem nunca esmoreceu, continuou firme em sua luta até proporcionar a sua família em uma posição confortável dentro da sociedade sul-rio-grandense.

Ribeiro também usa dessa intertextualidade entre *A ferro e fogo* e *O tempo e o vento* para analisar as figuras femininas que são protagonistas em seus devidos romances. Para a autora

Mulheres como Ana Terra ou Bibiana, de *O tempo e o vento*, ou Catarina de *A ferro e fogo*, mimetizaram as mulheres fortes que, como emigrantes, enfrentaram o frio e a violência das guerras e que provavelmente Érico Veríssimo e Josué Guimarães as reconheceram nas mulheres ancestrais das suas próprias famílias. (RIBEIRO, 2009, p. 9).

No entanto, cabe atentarmos para uma consideração importante no que diz respeito a essas duas obras. Se por um lado “o romance de Erico Verissimo admite heróis” como Capitão Rodrigo, na obra de Josué Guimarães não encontramos tipos como esse. Na acepção de Hohlfeldt, os heróis de *A ferro e fogo* são quanto muito “anti-heróis em radical luta contra tudo e contra todos, a fim de afirmar-se enquanto tal.” (HOHLFELDT, 1997, p. 68).

Na construção do romance podemos notar vários elementos que remetem às características dos imigrantes segundo a obra de Jean Roche, não apenas as já citadas anteriormente, mas principalmente no que diz respeito ao espírito comerciante, exposto de maneira mais nítida no capítulo “VI A vocação comercial”.

Catarina também assemelha-se às características de seu marido em diversos pontos, já que vêm da mesma região e são resultado do mesmo processo histórico. Ela carrega consigo a experiência de sua vivência na Alemanha e também enfrenta o mesmo processo de aculturação de Daniel Abrahão. Tanto em Catarina como em seu marido,

destacam-se as recordações angustiantes da viagem com a promiscuidade nos navios, os medos e a insegurança. Nas horas difíceis, bem mais tarde, tendem a voltar, por exemplo, na personagem Catarina e também nos sonhos do marido, as recordações ligadas às semanas intermináveis da travessia rumo ao desconhecido. (SCHREINER, 1996, p. 94).

Ao chegar ao Brasil, em sua primeira aparição na obra, Catarina está irritada com Daniel Abrahão devido as suas bebedeiras, ao mesmo tempo em que recorda de um episódio vivido em sua jornada. Ela demonstra contrariedade ao argumentar que não há sentido em “atravessar todo o oceano nos porões de um navio-gaiola, feito bicho ou negro escravo, para se enfiar nas bebedeiras em vez de amanhar a terra, plantar, colher, encher a burra” (2006, p. 9). Para Catarina, o que seu marido estava fazendo não era algo digno, já que os alemães estavam ali para trabalhar e prosperar, e não parar beberem e perturbar a paz da comunidade. Essa passagem evidencia, mais uma vez, a importante relação dos alemães com o trabalho e a sua dignificação e aceitação por meio dele.

Catarina demonstra também ser líder de sua família desde o momento de sua chegada à nova terra. Foi ela quem aceitou o acordo de Gründling para a sociedade na fronteira, sem saber que o negócio envolvia o contrabando de armas. Essa decisão acaba por mudar os rumos da vida de sua família, na medida em que essas escolhas os levaram ao encontro da

Guerra da Cisplatina, expondo-os aos horrores e brutalidades do conflito, como veremos mais adiante no capítulo 4.

Como líder da família e mais tarde expoente na sociedade colonial, Catarina simboliza o imigrante alemão que tinha como objetivo em sua nova terra emergir de sua antiga posição de excedente populacional, socialmente dominado e explorado, para conquistar com o trabalho árduo a sua consolidação dentro da sociedade sul-rio-grandense.

Em sua viagem à fronteira, Catarina reporta-se ao começo de sua saga na Alemanha. A partir de suas memórias podemos identificar a nostalgia de hábitos e costumes que ficaram distantes, da mesma forma como ocorre com Daniel Abrahão. Em certo momento ela lembra de sua partida de Salzwedel, onde ia “encontrando gente que falava a mesma língua, as fatias de pão caseiro com geleia de cereja, encontrando nas casas da estrada mesa posta, as grossas salsichas fumegantes, o saboroso chucrute passado na manteiga.” (2006, p. 19). Como se pode observar, os alimentos ocupam um papel de destaque na configuração das regionalidades das personagens. Dessa forma, superar as dificuldades para voltar a viver as mesmas experiências de outrora passa a ser um elemento motivador. Não por acaso, quando Catarina organiza o casamento de Emanuel e Juliana, trata de cuidar “da comida, da cerveja, dos leitões assados” (2006, p. 213). E enquanto as mesas eram postas, um gaiteiro tocava “uma alegre música da Alsácia” (2006, p. 214), remetendo a uma festa semelhante às da Alemanha.

Aos poucos, Catarina também passa a demonstrar afeição por sua nova terra. No episódio em que irrompe a Guerra da Cisplatina, ao ser aconselhada por Daniel Abrahão a fugirem daquele descampado, ela responde: “agora peguei amor a essa terra, ela é minha, força nenhuma me tira daqui” (2006, p. 19). Esse apego ao novo meio demonstra o processo de aculturação de Catarina, determinada a fazer a família prosperar. Se Daniel Abrahão “pode ser tomado como um símbolo para o abandono a que foram submetidos muitos imigrantes, e seu aniquilamento” (SCHREINER, 1996, p.94), Catarina é seu contraponto, porque não se acomoda em momento algum com sua condição, muito menos busca alienar-se em algo. Ela possui espírito empreendedor e prático ao tratar dos problemas, os quais são sempre enfrentados com dignidade. Assim, essa personagem pode ser vista como representante dos imigrantes que lutaram a todo custo para conquistar o progresso material, e, após anos de trabalho, conseguiram alcançar o objetivo. Nesse sentido, esse “espírito empreendedor” de Catarina merece ser analisado com mais apuro, na medida em que constitui um elemento importante de regionalidade dos imigrantes, ou seja, o alto valor reservado ao progresso que vem do trabalho.

Logo após a volta de Catarina à Colônia de São Leopoldo, mais especificamente à antiga casa de Valentin, na “Rua do Sacramento, sem número” (2006, p. 118), ela já tem em mente que “a sobrevivência e o progresso na nova terra dependem somente do trabalho que os imigrantes venham a realizar. Então, ao invés de esperar pelo cumprimento das promessas do governo imperial, resolve lutar.” (AQUINO, 2010, p.253). A partir de então a personagem começa a demonstrar as suas habilidades nos negócios. Após conversar com o doutor Hillebrand sobre o seu retorno, ela já solicita a seus escravos que levantem galpões, compra ferramentas para seu marido voltar a exercer a sua antiga função, e, além disso, oferece sociedade a Isaias Noll, um fabricante de carroças. Nessa sociedade os Schneider entravam com o material e os galpões, e Noll com a experiência.

Dessa forma, após organizar o trabalho para o seu marido, “Catarina iniciou os primeiros contatos com seus amigos nas colônias, ao pé da serra. Queria comprar sua produção para vendê-la em Porto Alegre” (2006, p. 121). Em Roche, no capítulo “VI A vocação comercial”, podemos confirmar esse *modus operandi* relacionado a essa função. O historiador explica que

o comércio tem suas raízes nas colônias, e ao desenvolvimento destas deve a sua prosperidade. Mas esse desenvolvimento somente se tornou possível através das trocas, cuja a influência foi decisiva na produção e na economia das colônias. Houve, assim, simbiose entre o comércio e a agricultura. Desde a origem, as antigas colônias não tiveram senão um só mercado, Porto Alegre, que veio a ser, pouco a pouco, a principal praça comercial do Rio Grande do Sul, exercendo influência decisiva sobre a cotação dos produtos, mais ainda, porém, sobre os da agricultura e pecuária. (1969b, p. 403-404).

Podemos notar que tanto na representação da ficção quanto na narrativa do historiador estão presentes elementos que associam a agricultura ao surgimento do comércio e destacam a importância disso para as colônias, assim como a importância da colônia para o abastecimento da capital através de seus excedentes.

Da mesma forma que o comércio da colônia de São Leopoldo, o empório de Catarina também foi “crescendo, cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre [...] caixeiros-viajantes metiam-se picada adentro [...] vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis” (2006, p. 126). Esses caixeiros-viajantes, segundo a história de Roche, fizeram “em alguns anos, o intermediário imprescindível entre Porto Alegre e a Serra, entre o atacadista e o varejista.” (1969b, p. 432).

Então, a partir dessa experiência positiva, Catarina, com sua motivação para os negócios, planeja ampliar o comércio com a abertura de uma nova casa “pelas alturas de

Portão”. Na sua avaliação, nesse local eles poderiam valer-se de “algumas picadas melhores para aqueles lados, chegar mais longe, novas fontes de mercadoria”, já que “é meio caminho para trazer coisas de Estância Velha, principalmente charque e couro, além de toda aquela beirada de serra onde as plantações aumentam e se cria muito porco” (2006, p. 127). Segundo Roche, essa era uma prática comum, já que “quando os negócios de um comerciante iam bem, ele abria [...] filiais nas picadas secundárias.” (1969b, p. 579).

Outra prática comum descrita por Roche em sua obra histórica, e que a narrativa trata de preservar, tem a ver com o casamento entre os filhos de donos de comércio. Nas palavras do historiador,

entre os comerciantes rurais logo se constituíram verdadeiros clãs. [...] Geralmente, os filhos [de comerciante] esposavam os de um comerciante vizinho. Citam-se ainda casamentos interprofissionais célebres, por exemplo, nas picadas de São Leopoldo, os três jovens Schmitt com três moças Blauth, de três filhas de Collin com três rapazes Blauth, todos comerciantes. (1969b, p. 579).

Também temos exposto em *A ferro e fogo* esse quadro, em que Philipp Schneider casa-se com Augusta Krumbeek, filha de comerciante. Jacob não foge à regra e contrai casamento com a filha de um comerciante de peles selvagens. Jorge Antônio, primogênito de Gründling, casa-se com Clara Hausmann, que é filha de Pedro Hausmann, dono de uma farmácia em Porto Alegre. Os alemães viviam “fechados” em sua comunidade, tinham reservas em relação aos nativos, exceto naquilo que precisavam, como os negócios. Então era natural que casassem entre si. Um casamento entre um alemão e um luso-brasileiro não seria aceito naquele momento. O romance mostra isso, já que em nenhum momento ocorre o casamento entre brasileiros e alemães, e isso sequer é cogitado pelas personagens.

Outro ponto importante para se destacar, que também foi levado em conta tanto para o historiador quanto para o romancista, foi a questão das relações de influência na colônia. Na ficção, Catarina exerce maior influência sobre os outros imigrantes do que Gründling, talvez por fazer parte – pelo menos em sua chegada ao Brasil – da mesma classe social dos agricultores. Isso fica claro no momento em que Catarina negocia com Felipe, oferecendo pagar pelas mercadorias mais do que seu concorrente paga. Ele aceita o negócio, mas argumenta que “mesmo que [...] pagasse a mesma coisa, a gente ia dar preferência para os amigos.” (2006, p. 121). Na obra de Roche, esse tipo de relação, primeiramente nos negócios, também está presente: “desenvolvimento [do comércio] somente se tornou possível através das trocas, cuja a influência foi decisiva na produção e na economia da colônias.” (1969b, p. 403).

Por serem concorrentes comerciais, e até certa altura da trama também por motivos pessoais, Catarina possui algumas semelhanças com Carlos Gründling.

Porém, antes de tratarmos das semelhanças, cabe ressaltar uma diferença básica na representação dessas duas personagens. Enquanto Herr Gründling representa o imigrante que explora seus conterrâneos, Frau Catarina apresenta-se como uma pessoa honesta, que vai obter o seu êxito através do trabalho incansável. Ela paga preços mais justos aos seus fornecedores, ao mesmo tempo em que denuncia seu concorrente, dizendo aos colonos que “Gründling está enriquecendo à custa de vocês todos” (2006, p. 121). Nesse sentido, pelo menos na parte inicial da narrativa, Gründling seria o antagonista da ação, justamente por representar o oposto da maioria dos colonos, que estão dispostos a trabalhar para prosperar, mas são vítimas de pessoas gananciosas que têm algum tipo de poder sobre os demais. Gründling também mostra não possuir o que Roche (1969b, p. 403) chamou de “solidariedade étnica”, pelo menos no que tange às classes menos favorecidas de seus conterrâneos.

A presença de uma personagem como Gründling, que contraria a lógica das relações na colônia, denota justamente a liberdade do romancista de criar os mais diversos tipos, com interesses às vezes antagônicos. Sobre a existência de formas de exploração entre os imigrantes da colônia, Jean Roche cita um trecho da obra *Colonos na selva: conto de um emigrante como colono no sul do Brasil*, de João Weiss<sup>19</sup>, em que o autor aponta que

Os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono; mas, quando este levava àqueles um produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, os comerciantes davam-lhe um preço miserável por ele, e ainda só em troca de mercadorias. Podiam trabalhar toda a vida sem sair deste círculo e sem poder economizar para melhorar a sua situação, ou retirar-se para outro lugar. Mas os comerciantes, progrediam rapidamente, aumentando as suas lojas, suas residências, seus estoques, ao preço do suor do colono, sempre pobre e desprezado. (1969b, p. 579).

Herr Gründling chega ao Brasil em uma condição diferente da maioria de seus conterrâneos – os colonos –, pois não viaja à Província com o objetivo de se estabelecer e trabalhar na terra. Esse alemão já possuía capital econômico e influências dentro da máquina administrativa, sendo caracterizado como um homem corrupto que busca tirar vantagens de tudo e de todos, ou seja, “um instrumento de que se vale o sistema de então para dominar” (SANTOS, 1997, p. 139). Carlos Gründling importa-se apenas – pelo menos até conhecer Sofia – com dinheiro e ouro, com os quais, segundo ele, “se compra mulher, escrava, branca,

---

<sup>19</sup> WEISS, João. *Colonos na selva: conto de um emigrante como colono no sul do Brasil*. J. Weiss: Rio de Janeiro, 1949, p. 100.

mestiça, terra e carroças, se compra gado ou negro, delegado de polícia e até presidente.” (2006, p. 5). Na da narrativa de *A ferro e fogo*, Gründling atua como um comerciante de corpos, seja os dos colonizadores que vêm da Europa, em aliança com o seu sócio, Schaeffer, como os das prostitutas de Isabela. Ele também é o responsável por conduzir os Schneider à fronteira, onde esses encontraram a desgraça da guerra, causa do posterior ódio de Catarina por Gründling.

O próprio fato de Gründling morar em Porto Alegre e exercer a função de comerciante já diz muito no âmbito histórico. De acordo com Roche (1969a, p. 193), entre os alemães que se estabeleceram na capital, “os mais importantes foram comerciantes importadores ou exportadores atacadistas”. Gründling exerceu ambas as funções citadas pelo historiador, uma vez que importava produtos industrializados e exportava os excedentes da colônia de São Leopoldo. Importante destacar ainda que essa questão apontada por Roche também chamou a atenção do romancista, uma vez que na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, localizada no Acervo Josué Guimarães, existe uma marcação nessa página, conforme pode-se observar no anexo 5.

A construção dessa personagem por parte do romancista mostra-se bastante complexa, visto que suas atitudes podem levar o leitor do sentimento de ódio à pena em poucas páginas. Inicialmente, Gründling simboliza o pior lado do ser humano, pois a personagem apresenta-se de forma extremamente mesquinha, importando-se apenas com dinheiro e ouro. Ele minimiza o valor da vida humana ao explorar trabalhadores e ao “comprar” mulheres para seu prazer, agindo como se as pessoas não passassem de meras mercadorias. Ao conhecer Sofia, sua vida começa uma transformação lenta, mas contínua. Com a morte de sua amada e de seu melhor amigo, Schaeffer, sua vida sofre uma ruptura, e a partir desse momento Gründling passa a viver grande parte do tempo imerso em suas antigas memórias, no tempo em que era supostamente feliz. Ao final de *Tempo de guerra*, quando recebe a notícia de que seu filho também morreu vítima de um assassinato, esse processo de humanização parece estar completo, na medida em que ao se despedir de seus amigos, no *front* da Guerra do Paraguai, percebemos uma personagem emotiva, a qual diz a seus amigos que “houve um tempo em que eu sempre pensei que o melhor na vida de um homem era ganhar dinheiro, muito dinheiro; depois a gente aperta esse dinheiro na mão e sente que ele não passa de cinza.” (2008, p. 213).

Segundo Helena (1997, p. 46), Gründling personifica “a perfeição, a dobra humano-demoníaca de uma figura em que contracenam a perfídia, a corrupção, uma quase inimaginável ternura por Sofia e a grandeza de sua dimensão precariamente humana.” Não se

confirma, dessa maneira, o vilão que o início da obra sugere ser, pois ao encontrar o amor, pouco a pouco, mas não de forma definitiva, a personagem passa a revelar caráter e sentimentos diferentes.

Outro traço forte na representação de Carlos Gründling é o seu preconceito, que pode ser notado logo no início do primeiro tomo, quando ele diz aos seus compatriotas que “Deus inventou o negro para derrubar mato, cavar terra e carregar água”, já para “domar cavalo xucro, camperear, marcar boi, castrar bicho e servir mate [...] o diabo inventou o índio, o bugre” (2006, p. 5-6). Em outra passagem Gründling afirma ainda que detesta “peles escuras, pardas, ásperas.” (2006, p. 183). Em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, também consta registro de que havia preconceito dos alemães em relação aos nativos, já que “sentindo-se superiores aos aborígenes” (1969a, p. 3) buscaram desde o início o isolamento étnico, tendo como meta a preservação de sua *Kultur*. Um dos modos encontrados para isso, como já apontamos anteriormente, foi o casamento.

Se por um lado o racismo exacerbado de Gründling tem a ver com um condicionamento histórico, aliado a seu caráter mesquinho, por outro ele representa o imigrante que desfruta de uma situação financeira mais favorável, que vive na cidade e ainda mantém contatos com a Europa por meio do porto de Rio Grande. Ou seja, Gründling simboliza a exceção em meio aos imigrantes pobres e, por causa disso, tem o papel de antagonista na narrativa ficcional. Porém, apesar de todas essas condições favoráveis, essa personagem também acaba, no decorrer da trama, “sucumbindo à tirania de forças que transcendem as vontades pessoais.” (SANTOS, 1997, p. 62). Isso ocorre, por exemplo, quando ele vê a sua amada enferma à beira da morte e percebe que seu poder e riqueza não podem fazer nada para salvá-la.

A condição de imigrante burguês de Gründling fica ainda mais evidente durante o seu casamento com Sofia Spannenberger. O casal vive em uma opulência rara para a colônia e essa situação aparece em diversos momentos, o que acentua algumas regionalidades da personagem. Em um desses momentos, suas duas escravas começam a servir de entrada, “pequenas fatias de porco e quadrinhos de um queijo vermelho” (2006, p. 110) juntamente a um “pernil assado” (2006, p. 111). Após o casamento foi servido um “leitão [que] faz qualquer vivente morrer afogado de tanta água na boca.” (2006, p. 115). Logo depois do jantar, quando todos já estão saciados, Gründling chama os convidados para “beberem do melhor vinho do mundo, aqueles acepipes caídos do céu”, explicando a eles cuidadosamente: “Este branco é da região do Mosela. Este tinto, muito raro, vem do Sarre. Aqui temos um

branco seco do Meno e outro de Nahe, todos eles filhos legítimos das vertentes do Rheingau” (2006, p. 115). Fica claro nesses excertos que enquanto muitos imigrantes alemães rastejam no anonimato, mingando em uma terra desconhecida e ludibriados por promessas não cumpridas, Gründling goza de benefícios que eram um privilégio para poucos imigrantes alemães da época. Segundo Bocchese e Arendt (2011, p. 134), esses privilégios “eram frutos de relações de favores estabelecidas com governantes e militares”. Em outras palavras, podemos ainda dizer que para essa personagem tudo se organiza em torno do dinheiro e da riqueza, já que, em sua concepção, com fortuna pode-se alcançar a satisfação plena de seus desejos materiais e corporais, elementos que para ele são tidos como prioritários em sua vida. Isso garante a Gründling uma falsa impressão de felicidade, porém, ao término de *Tempo de Guerra*, ele percebe que esse pensamento não passava de uma mera ilusão.

Em seu estudo histórico sobre a imigração alemã, em segmentos que conferem com as anotações de Josué Guimarães, Jean Roche também analisa a diferença entre os imigrantes citadinos e os imigrantes das colônias, desde as suas vestimentas até seus hábitos alimentares.

Quanto aos hábitos alimentares, Roche explica que

só as classes mais abastadas, e principalmente nas cidades, encontrava-se o hábito germânico de jantar café com leite, pão com manteiga ou doce, salsichas, frios e bolo. Aliás, não se trata tanto de uma fidelidade como de um retorno às tradições ancestrais quando as condições econômicas o permitem, pois essa refeição custa mais caro que a dos velhos rio-grandenses. (1969b, p. 636-637).

Dessa maneira, as características de Carlos Gründling coadunam-se com o registro histórico, pois além de ele ser cidadão, também possui condições financeiras mais favoráveis, ao contrário de boa parte de seus conterrâneos, os quais, “apesar da repulsa que sentiam, tiveram que adaptar a alimentação local: era uma questão de vida ou morte.” (1969b, p. 637). No entanto, o historiador explica que “a abundância das colheitas cedo possibilitou aos imigrantes o encontro de uma grande parte de seus alimentos tradicionais” (1969b, p. 637), como podemos notar em outros momentos de *A ferro e fogo*. Na ficção, Gründling representa, a partir desse contraste perante os seus conterrâneos, um manifesto de denúncia em relação à “exploração que os colonos sofriam dos próprios compatriotas já instalados na província.” (AQUINO, 2011, p. 1668), os quais não nutriam nenhum sentimento de solidariedade aos recém-chegados.

A diferenciação da vestimenta entre os imigrantes alemães citadinos e os das colônias aparece justamente na chegada de Gründling à colônia. A presença da personagem destoa do contexto de simplicidade dos imigrantes, já que Gründling apresenta-se com “sua grossa fatiota de lã, vistoso colete de veludo bordado, chapéu de feltro peludo” (2006, p. 10). Philipp

pensou tratar-se do próprio “imperador do Brasil” (2006, p. 10), devido justamente ao contraste de suas vestes com as dos colonos em geral.

Roche (1969b, p. 636) também acentua sobre essa diferença, dizendo que

nas cidades, os teuto-rio-grandenses vestem-se como os outros habitantes da mesma classe social; não seria pelas roupas que os reconheceríamos. Pode-se, entretanto, notar que o comportamento dos cidadãos é o inverso dos camponeses da mesma origem. [...] os homens mostram um pouco mais de sobriedade, um pouco mais de seriedade que os luso-brasileiros, na maneira de vestir-se (cor dos tecidos, desenho das gravatas, etc.).

Roche (1969b, p. 634) ainda explica que, entre os colonos, “a modificação do vestuário foi uma das primeiras [mudanças] impostas pela necessidade de adaptar-se ao novo ambiente”, visto que quando desembarcaram no Brasil ainda possuíam suas “espessas roupas de lã e roupa interior de linho”. Outra situação que reforça a importância da simbologia da vestimenta diferenciada pelo poder aquisitivo está em uma passagem de *Tempo de guerra*, quando os empregados de Gründling vestiram seus “largos ponchos de lã grossa”, enquanto ele próprio era “auxiliado a vestir o seu bem cortado sobretudo xadrez, vindo da Europa, belos botões de couro” (2008, p. 50). Algumas peças de roupas também eram comuns entre os luso-brasileiros, já que, segundo Roche, artigos de luxo, tanto sobretudos e lingeries, quanto tecidos de seda, eram quase “sempre de origem alemã, assim como grande número de alfaiates de renome” (1969b, p. 636).

O processo de aculturação pelo qual passam Daniel Abrahão e Catarina Schneider não ocorre de maneira diferente com Gründling. Inicialmente ele também passa a recorrer a sua memória a fim de lembrar sua antiga pátria, evocando dessa maneira algumas regionalidades como, por exemplo, o gosto pelas músicas folclóricas e as preferências culinárias. Podemos perceber, assim, que esse “mal-estar na região”<sup>20</sup> também é sentido por aqueles que possuem condições financeiras para manter os hábitos trazidos de sua terra natal, que, para tanto, adquirem muitas vezes produtos vindos da própria Alemanha. Em outras palavras, nota-se que essa melancolia não é exclusividade dos imigrantes pobres e de sua falta de recursos, uma vez que, mesmo sendo rico, Gründling sofre com essa nostalgia.

Porém, podemos notar certa mudança de comportamento quando nasce seu primeiro filho e ele, alegremente, diz que esse será “um Spannenberger Gründling de deixar nome na história. Macho como poucos” (2006, p. 123). Em seguida sua esposa o replica, dizendo que “pelo que vejo estás te deixando influenciar demais pelos gaúchos” (2006, p. 123-124).

---

<sup>20</sup> Expressão usada por Arendt (2012) para definir o sentimento das personagens em relação ao mundo sociocultural regional, que pode ser tanto de integração quanto de conflito com os valores ali vigentes.

Quando Gründling vai ao Rio de Janeiro encontrar-se com o seu velho amigo Schaeffer, também nota-se de forma clara esse processo de aculturação, visto que a todo momento Gründling despreza a capital do império, desagradando-se com praticamente tudo o que vê, ansiando apenas pelo momento de retornar à província de São Pedro. Ao receber um convite de seu velho amigo para retornar à Europa, a personagem prontamente recusa, justificando que começou “a criar raízes” (2006, p. 145) no Rio Grande do Sul. Mas não é apenas na maneira de pensar que essa personagem mostra certa adaptação, já que Gründling passa a demonstrar gosto por alguns elementos da culinária da região, como os doces feitos pela sua escrava, as frutas locais, a aguardente e o próprio licor de pitanga.

Em relação ao tema comercial, Gründling é um comerciante que, na obra *A ferro e fogo*, já chega ao Brasil com capital e com *know how*, pois faz do comércio a sua profissão desde os tempos em que vivia na Alemanha. Em Hamburgo mantinha um empório em sociedade com Schaeffer, o qual costumava abastecer com gêneros produzidos na província, como charque, couro, fumo e cachaça. Tudo decorre de maneira tranquila durante boa parte da narrativa, mas com a decadência de seu amigo Schaeffer, a qual está diretamente ligada à morte da imperatriz Leopoldina e ao fim de seu negócio mais rendoso, a imigração, Gründling também vê os seus negócios em risco, não apenas os ligados à busca de colonos na Alemanha, mas também os vinculados ao empório de Hamburgo, para o qual exportava e importava produtos.

No romance, Carlos Gründling mantém muitos contatos importantes na sociedade sul-rio-grandense, tanto no interior da estrutura social luso-brasileira, onde possuía amizades com fiscais e supervisores, quanto na própria corte, através de seu amigo e sócio Schäffer.

Os negócios de Gründling vão bem até o retorno de Catarina Schneider à colônia de São Leopoldo e a conseqüente abertura de seu próprio empório. Como já citado, Catarina também gozava de bons relacionamentos nas colônias. Muitos de seus conhecidos viajaram no mesmo navio ao Brasil e, por essa influência junto aos clientes, ela possuía maiores chances de fazer prosperar o seu negócio. Quando Gründling volta de seu encontro com Schäffer, no Rio de Janeiro, pergunta a seu funcionário Kalsing como estava o seu negócio. Este responde que não vai tão bem, pois “a concorrência aumentou muito, todo mundo achando que é melhor comerciar do que plantar.” (2006, p. 155). A primeira parte da resposta do empregado de Gründling indica confluência da ficção com os apontamentos do historiador, quando este aponta que “era preciso vender, pois o agricultor e, mais tarde, o artífice artesão tiveram uma orientação essencialmente comercial.” (1969b, p. 403). Kalsing continua dizendo

ao seu patrão que, além de tudo, “muitos dos nossos antigos fornecedores, de uma hora para outra, simplesmente sustaram as vendas”, pois “apareceu em São Leopoldo uma mulher que está entrando no negócio sem meias medidas. Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre” (2006, p. 155-156).

Tendo em mente essa situação, Gründling tenta associar-se a Catarina. Na primeira tentativa não obtém sucesso devido ao sentimento de ódio de Frau Schneider pelos acontecimentos do passado, relacionados ao hábito daquele de mercantilizar tudo, inclusive a vida humana, matéria de pouco valor para ele, já que ele sócio de Schaeffer no negócio da imigração, “comprava” prostitutas para a sua satisfação carnal, explorava pessoas na colônia e ainda arriscava a vida de contrabandistas em contrabandos, como o caso ocorrido com os Schneider.

Posteriormente, após a morte de Sofia e a humanização parcial de Gründling, durante a Guerra Farroupilha, a sociedade acaba por se concretizar porque, apesar de ambos já possuírem comércios bem estabelecidos, houve a necessidade dessa união devido ao momento difícil pelo qual a Província passava, relacionado à dificuldade em conseguir produtos para a comercialização tanto em Porto Alegre como na colônia de São Leopoldo. São justamente crises e mudanças como essas que influenciam e levam as vidas das personagens a novos direcionamentos. Porém, por parte de Catarina, “não existe perdão externo e sim, interno” (HOHLFELDT, 1997, p. 70), na medida em que essa absolvição surge apenas no momento em que ela se sente mais poderosa que seu oponente, que já estava em decadência, tanto na vida pessoal como profissional.

Nessa parceria, Gründling enviava a Catarina produtos vindos do porto de Rio Grande, entre eles “farinha branca como neve, cassinetas, agulhas, musselinas, romãs de linha, pratos, panelas”, e Catarina, em contrapartida, enviava a Gründling “carne de porco, milho, batata, toucinho, ovos” (2008, p. 93). Essa relação comercial entre as duas personagens repete o que aconteceu na história do desenvolvimento econômico da colônia, justamente porque até o século XX foi comum “a relação entre a exportação dos produtos locais e a importação dos artigos necessários a vida” (1969b, p. 403).

Esse tipo de ajuda mútua entre comerciantes também era de certo modo normal. De acordo com Roche (1969b, p. 403), os “comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica”. Solidariedade essa que também fica exposta em um diálogo que Gründling manda buscar uma mercadoria que

está em Dresden: “Na volta do barco mande o que tiver e no caso de qualquer dúvida depois a gente acerta, falamos a mesma língua, viemos da mesma terra.” (2008, p. 94).

Além disso, como lembra Roche e também Josué Guimarães, uniões desse tipo geralmente eram um “negócio [...] bom para os dois lados” (2008, p. 94), porque expandiam as suas áreas de atuações, aumentando a sua influência, tendo em mente que “o comerciante, único agente das trocas, tornou-se muito poderoso em seu feudo” (1969b, p. 403).

Por fim, as relações comerciais entre Gründling e Catarina, ao que nos parece, podem ter sido espelhadas em comerciantes historiados por Jean Roche, pelo menos em relação a seus *modus operandi*. São eles “Rasch e Selbach, com suas barcas em São Leopoldo e Caf” e “Kliemann com sua carroça”, na medida em que esses “foram os mais famosos desses primeiros comerciantes rurais” (1969b, p. 423). Na ficção, enquanto “Gründling [...] remetia por água, nos seus lanchões” (2006, p. 82) a mercadoria, como faziam Rasch e Selbach, Catarina “partia com Juanito conduzindo duas carroças com toldos, das grandes” para dessa maneira “arrecadar mercadoria.” (2006, p. 126), assim como operava Kliemann.

Dessa forma, podemos notar que em *A ferro e fogo*, como em outras obras do mesmo gênero, as personagens possuem forte espelhamento na história oficial. Elas representam o real como possibilidade de sua época, não apenas em relação a seus hábitos e sentimentos de integração ou rejeição à região, mas também nas questões políticas e econômicas daquela sociedade. A partir dessas ressonâncias da historicidade no quadro da narrativa ficcional, o leitor de Josué Guimarães passa a ter um panorama mais completo dos eventos e uma possível melhor compreensão dos fenômenos históricos e culturais.

### **3.2 Da história para o romance: personagens “reais” como possibilidades**

Além das personagens criadas por Josué Guimarães, a narrativa de *A ferro e fogo* também traz personagens históricas que existiram e são reconhecidas por sua atuação de uma forma ou outra no processo migratório. O próprio autor, em entrevista ao Instituto Estadual do Livro, afirma que não saberia “escrever um romance a não ser partindo de uma história” e que, antes de iniciá-la, faz “levantamento de época” (GUIMARÃES, 1988, p. 5). A partir desse levantamento de dados nos registros históricos, particularmente neste caso em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, surgem as lideranças históricas representadas no romance, as quais partem da historiografia e passam a ter outras conotações na ficção a partir da livre imaginação do autor. Conforme observa Aquino (2011, p. 1663), o escritor está

“autorizado pela arte literária a inventar conforme a sua visão dos fatos”, e, assim, surgem personagens como o juiz de sesmarias, Araújo Bastos, e o inspetor geral de colonização, Monsenhor Miranda Malheiros. Outros assumem um protagonismo maior, como o caso do Major Jorge Antônio Schaeffer, amigo íntimo de Carlos Gründling, ou até mesmo o doutor Johann Daniel Hillebrand, que aparece no romance em diversos momentos, contracenando com as principais personagens e guiando-as em momentos de crise. Dessa forma, essas personagens parecem retornar do tempo, reais em suas ações como possibilidades de sua época, já que são representativas da sociedade em que o romancista busca nos registros históricos suas fontes para a formulação literária.

Para escrever *A ferro e fogo*, Josué Guimarães vale-se de sua pesquisa historiográfica, buscando nos acontecimentos cronológicos os dados que possam servir ao ficcional, para a partir deles selecionar os aspectos relevantes às devidas ressignificações no plano romanesco. Importante destacar que tanto na escrita histórica quanto na literária há uma consciência histórica sobre as personagens, mas somente a primeira precisa manter-se fiel ao real, enquanto a segunda tem a liberdade para a fabulação. Por isso, não podemos deixar de atentar para o fato de que a obra de Josué Guimarães, embora tenha autonomia enquanto texto ficcional, nasce a partir de um ponto de vista muito particular, o do autor, que transfere para a obra a sua consciência histórica. No entanto, esse processo de apropriar-se da história para reescrevê-la no plano das representações ocorre “sem alterar fundamentalmente a verdade histórica” (SANTOS, 1997, p. 137-138). Isso significa, para Josué Guimarães, não abdicar de algumas personagens da história real, visto que o romancista busca por meio delas dar maior realismo à trama, e, ao mesmo tempo, formular uma releitura de suas vidas, sem excessos ou paixões.

Sobre essa questão específica da representação literária, Chaves (2004, p. 9-10) explica que na obra as personagens

se impõem a nós e participam da nossa visão do mundo, como se reais fossem. Aqui a precisão dos termos assume uma importância capital; e a esse fenômeno vamos chamar de verossimilhança, o *simil do vero* ou do verdadeiro. A verdade da ficção ou da literatura, como em qualquer campo do imaginário, reside na sua possibilidade de convicção. [...] Na fronteira da verossimilhança nasce, pois, a verdade da literatura; mais do que isso, a verossimilhança passa a ser a categoria essencial de toda a construção fictícia.

Pesavento, em sua reflexão sobre o tema, segue nessa mesma linha de pensamento, explicando que

a verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo

numa temporalidade dada. [...] Para o historiador que se volta para a literatura o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho da verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. (2006, p. 8).

Dessa forma, a literatura atinge algo que é, para a história, inatingível, ou seja, a verdade em um plano simbólico. Compreendemos, assim, que *A ferro e fogo*, com uma trama carregada de personagens e fatos reais, torna-se uma história ficcional de uma história factual, já que por meio do processo criativo do autor constroem-se significados que irão proporcionar ao leitor, por sua vez, construir significados similares para um real que encontra-se ausente.

Na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* não se encontra um panorama muito detalhado sobre as lideranças históricas que atuaram de alguma forma em meio aos imigrantes alemães. Em algumas passagens o historiador refere-se a elas, mas apenas afirmando o seu papel desenvolvido no evento histórico, sem estudos de caso mais extensos. Na obra de Josué Guimarães, por sua vez, podemos notar alguns detalhes relacionados a essas lideranças como características básicas. Porém, por se tratar de um romance histórico com base lukacsiana, como já vimos no capítulo anterior, elas não ocupam o papel de protagonistas, mas, sim, apenas aparecem em determinados momentos como figuras secundárias da narrativa.

Uma dessas personagens históricas trata-se do doutor João Daniel Hillebrand, que foi uma das principais lideranças históricas relacionadas à imigração alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Chegou à colônia de São Leopoldo em 1824, sendo um dos “dois médicos alemães [...] pagos pelo governo brasileiro” (1969a, p. 97), a pedido do então presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, e do inspetor José Thomaz de Lima.

Na Colônia de São Leopoldo, João Daniel Hillebrand não foi apenas “diretor, delegado da administração central, mas também tutor e conselheiro dos colonos” (1969a, p. 104), sendo representado na obra de Josué Guimarães como “um homem sensato” (2008, p. 14). Interessante observar que a fisionomia de Hillebrand na vida real aproxima-se muito da representada no romance, como pode ser notado no anexo 6. Em *A ferro e fogo*, o narrador descreve a personagem com uma “fisionomia séria e tranquila” (2006, p. 65), com “os olhinhos distorcidos pelas grossas lentes” (2008, p. 5) e “míopes” (2006, p. 214).

A liderança de Hillebrand pode ser notada durante boa parte do romance, em que se destaca sempre que possível a sua boa relação com o recém-fundado Império Brasileiro. Podemos notar essa relação logo na primeira aparição dessa personagem, quando ela “enche-se de brios com a Guerra da Cisplatina, [...] redige um memorial endereçado ao Brigadeiro

Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional”, o que vai resultar na formação da Companhia de Voluntários Alemães. Como veremos mais a diante, a imagem dessa companhia na ficção está marcada pelo recrutamento indiscriminado de soldados alemães.

Quanto a essa prática, Roche (1969a, p. 96) explica que

o Diretor da colônia [...] preferia prevenir as perturbações a ter de reprimi-las [...] expulsou os maus sujeitos de sua colônia. [...] Quanto os mais temíveis perturbadores da ordem, aos que se chamava por eufemismo “os solteiros”, reuniu-os numa “Companhia de Voluntários alemães”, outro eufemismo, engajado na Segunda Guerra Cisplatina.

Para exemplificarmos essa situação, podemos observar no romance o caso de João Carlos Mayer, o qual “trouxera muitas armas contrabandeadas” (2006, p. 48) e acaba sendo pego pelas autoridades imperiais e enviado a esse batalhão. Porém, após as humilhações passadas pelos alemães na companhia, pelo simples fato de os “voluntários” não entenderem “as ordens dadas em português” (2006, p. 48), Hillebrand fica “revoltado com o tratamento que estava sendo dado aos seus homens [e] escreve outro memorial ao presidente da Província, historiando os vexames, os sacrifícios, as chibatadas, como se fossem negros escravos.” (2006, p. 49). Santos (2009, p. 49) comenta sobre esses dois momentos que o Dr. Hillebrand, como “a maioria dos diretores acende uma vela a Deus e outra ao Diabo, conforme reza o ditado popular, se, por um lado, defende os interesses dos colonos, por outro, defende os interesses do dominador.”

Nesse trecho do romance podemos perceber também o papel de liderança exercido por essa personagem, a qual entra facilmente em contato com o presidente da Província e tem o poder de questionar os modos de ação do governo em relação aos compatriotas, bem como reivindicar providências. Nesse contexto, Hillebrand tem a função de estabelecer a ligação entre os imigrantes alemães e o poder público, em geral defendendo os interesses dos primeiros – desde que isso não prejudique os seus próprios interesses.

Esse não é o único momento em que Hillebrand demonstra preocupação com os seus conterrâneos. Em outras passagens de *A ferro e fogo* podemos notar a inquietude dele “com o abandono a que haviam relegado aquela pobre gente. Estava disposto a viajar até Porto Alegre e, de viva voz, relatar ao presidente” (2006, p. 51). Isso acaba acontecendo em 1854, quando Hillebrand escreve um ofício em que aponta o não cumprimento por parte do governo brasileiro de cláusulas importantes do contrato firmado com os imigrantes antes mesmo de saírem da Alemanha. Apesar disso, destaca ele, a colônia havia progredido. O papel de liderança de Hillebrand junto aos imigrantes também se manifesta em outra situação, quando

“reuniu os colonos no centro do descampado que chamavam de praça [...] cercado pelas autoridades locais, [...] fez um gesto de silêncio. Com voz grave anunciou que havia nascido na cidade do Rio de Janeiro o príncipe herdeiro D. Pedro.” (2006, p. 50).

O papel de “tutor e conselheiro dos colonos”, como registra Roche (1969a, p. 104), fica claro durante boa parte de suas aparições no romance, pois, como comenta Oestereich a Catarina, “ele está sempre pronto para servir os outros, é um grande coração” (2006, p. 109). Dessa maneira, na volta de Catarina à Colônia de São Leopoldo, ela procura justamente Hillebrand para regulamentar a situação de sua família e, principalmente, de seu marido perante as autoridades do governo. Hillebrand afirma que “não há mais nada contra seu marido, ele pode trabalhar” (2006, 120), deixando dessa maneira Frau Schneider aliviada e segura para começar a sua nova vida. Nesse sentido, Hillebrand tem o poder de fazer com que as coisas de fato aconteçam na colônia, das mais complexas – que dependem de intervenção superior – às mais corriqueiras. Outro exemplo disso ocorre quando Catarina decide colocar o seu filho mais velho, Philipp, na escola. Para isso, ela “falaria com o Dr. Hillebrand sobre o assunto, ele saberia indicar uma boa escola.” (2006, p. 128).

Mais um tema que aparece na representação de Hillebrand refere-se à colonização alemã na região dos Sete Povos das Missões. Segundo o narrador da ficção, Hillebrand “foi contra [a] colonização dos Sete Povos das Missões” (2006, p. 67). Porém, Hillebrand afirma para o Pastor Stilenbauer que

fora o próprio presidente o autor daquela ideia de repovoar com alemães os Sete Povos das Missões, quando os espanhóis já haviam devastado aquela província, entregando aos imigrantes uma terra arruinada, a não ser as supostas vinte mil cabeças de gado que viviam pelas cercanias, em estado selvagem. (2006, p. 51).

Ele complementa, ainda, que “o governo mandara para lá apenas a escória mandada da Europa pelo Major Schaeffer. [...] Bêbados, vagabundos, criminosos comuns, desajustados.” (2006, p. 51).

Sobre esse assunto, Roche (1969a, p. 98) explica que “o Presidente da Província submetera ao Governo Imperial um projeto pessoal”, e que “apesar do silêncio do secretariado do Estado, toma a si a responsabilidade de enviar, a São João das Missões, [...] certo número de imigrantes”, reunindo dessa maneira “os que eram considerados indesejáveis” para essa empreitada. Roche explica ainda que, chegando lá, “os imigrantes vendem suas rações para beber, afundam na miséria e começam a sumir-se. Diante do insucesso de seu projeto, Pinheiro manda conduzir os últimos a São Borja.”

No entanto, cabe levar em conta que, segundo Roche (1969a, p. 98), Hillebrand, na posição de diretor da colônia, foi quem “junta os indesejáveis no comboio que o presidente manda para a longínqua colônia de São João das Missões.”. Ou seja, nesse caso há duas formas de interpretarmos o que Josué Guimarães figurou em *A ferro e fogo*: a primeira delas é que na obra a personagem está tentando eximir-se de culpa, dando a entender que os efeitos desse desastre não estão relacionados a ele, ou, na segunda hipótese, o romancista tenta com essa versão ressignificar a imagem de João Daniel Hillebrand para algo mais positivo, o que acreditamos ser menos provável. De qualquer forma, se seguirmos essa mesma explicação de Roche, veremos que Hillebrand “por muito tempo, usou, como último recurso, do envio para a colônia de Torres como uma sanção” (1969a, p. 96). Esse episódio também está representado em *A ferro e fogo*. Quando perguntado da situação de São Leopoldo, Mayer diz que “o inspetor das colônias, esse inovara: valentões e bêbados mandados para os lados de Torres” (2006, p. 28). Aqui podemos perceber que se no romance não há a comprovação de participação de Hillebrand no envio de contingente a São João das Missões, há para a Colônia de Torres.

Outro momento no romance em que o Dr. Hillebrand usa de seu posto para demonstrar fidelidade, e, de certo modo, buscar prestígio pessoal perante as autoridades imperiais, ocorre quando eclode a Guerra Farrroupilha. Sobre esse assunto, no entanto, veremos mais adiante no subcapítulo 4.2.

Outra personagem histórica representada em *A ferro e fogo* trata-se de Jorge Antônio Schaeffer, que, juntamente a Gründling, apresenta a alteridade social em relação aos imigrantes sem posses.

Essa personagem representa a corrupção instalada nas instituições oficialmente instituídas, como o Governo Imperial do Brasil e os próprios órgãos públicos alemães responsáveis pelo processo de imigração. A personagem personifica, dessa maneira, o sujeito dominador, aquele que é, acima de tudo, protegido pelas instituições governamentais e que serve aos seus interesses. Complementando essa ideia, Santos (2009, p. 49) explica que por meio dessa personagem a elite criadora e mantedora controla a estratificação social, agindo conforme os seus interesses econômicos sobre a vida do sujeito, controlando, assim, o excedente populacional. Dessa maneira, as referências a Schaeffer no romance manifestam-se de forma mais próximas a um registro histórico do que a uma simples representação daquilo que identifica as personagens germânicas que chegaram à Província como partes de um

excedente populacional, os quais, não satisfeitos com essa posição, buscam o desenvolvimento com o trabalho incansável, seja nas atividades agrícolas ou no comércio.

Por sinal, uma referência a Schaeffer aparece logo na introdução ao romance *A ferro e fogo*, onde o romancista afirma que:

Esta história começa com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim Protetor, em julho de 1824, trazendo no seu precário bojo de madeira trinta e oito colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos **a tanto por cabeça**, por um aventureiro internacional, o Major Jorge Antônio Schaeffer. Muitos conseguiram sobreviver. Bem, mas então temos a história de homens e mulheres em solidão que plantaram as suas raízes, a ferro e fogo, nas fronteiras moveáveis dominadas por castelhanos, índios, tigres, caudilhos e portugueses. (2006, p.3, grifo nosso<sup>21</sup>).

Por essa referência já podemos, de certo modo, notar a visão que o autor de *A ferro e fogo* tem dessa personagem. Ou seja, um “aventureiro internacional” que arrebanhava alemães e os enviava a terras desconhecidas, dominadas por diversos tipos de perigos.

Já no início da trama, Gründling “narra as aventuras do Major Schaeffer” (2006, p. 9) para todos os imigrantes que estão reunidos em uma bodega. E é principalmente nas intervenções dessa personagem que o major surge na ação do romance, já que Schaeffer, assim como o Hillebrand, consiste em uma das grandes lideranças históricas presentes na obra. A representação de personagens como essas parece ser mais um dos modelos seguidos por Josué Guimarães para atingir o romance histórico lukacsiano, visto que, segundo Gonzaga (1988, p. 17), foi através de “Lukács que o novelista se sentiu à vontade e pode elaborar as suas mais importantes criações”.

Essas aventuras podem ser vistas no decorrer de praticamente todo o romance, já que constantemente Gründling as relata, dizendo que ele “tinha grande amizade que o ligava a um agente secreto da imperatriz, um homem vivido, de nome Major Jorge Antônio Schaeffer” (2006, p. 11). Alerta, ainda, a Daniel Abrahão para que respeitasse esse nome, pois

a mando da imperatriz fundou a colônia de Frankenthal, na Bahia, e uma outra lá mesmo, em que homenageou a senhora da casa dos Habsburgo. É homem do mundo. Comandou soldados e rebeldes nas ilhas de Havaí. Depois em Sitcha, nas ilhas Sandwich. Foi tenente de ordens do Rei Kameaméa, geriu um negócio de russos e americanos; saiu de lá com ouro que daria para fundir alianças para todas as mulheres da Europa. Veja bem, um agente secreto da imperatriz, pago pela coroa. (2006, p. 11).

---

<sup>21</sup> É interessante perceber que essa expressão foi utilizada primeiramente na obra de Roche, como pode ser bem observado na página 107 de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, onde o autor explana sobre os valores pagos a cada indivíduo vindo ao Brasil. As razões eram de 30 mil-réis por indivíduo com mais de 12 anos, e de 15 mil-réis por meninos de 2 a 12 anos.

Gründling segue contando que Schaeffer “esteve em São Petersburgo, [...] na Rússia. Lá, dormia no próprio palácio do Czar Alexandre I, comia na mesma mesa e dormia com as mulheres da Corte. Os dois eram como se fossem irmãos. O Major, se quisesse, teria ficado por lá, hoje seria conde ou duque, senão príncipe”, pois lá “havia princesas solteiras.” (2006, p. 11).

Sobre Schaeffer, Roche explica que, após o governo imperial explorar sem sucesso a Real Feitoria do Linho Cânhamo utilizando mão de obra servil, solicitou que o então Presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, liquidasse com o estabelecimento e preparasse a instalação dos colonos que viriam da Alemanha, pois lá “o recrutamento foi [...] organizado por um agente do Governo Brasileiro, Major Schaeffer”. O agente gozava da confiança “pessoal do Imperador e da Imperatriz” e já estava no momento “incumbido de engajar voluntários para os batalhões estrangeiros criados em 1823.” (1969a, p. 94-95). Interessante atentarmos para a marcação feita por Josué Guimarães nas páginas citadas acima em seu exemplar de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* localizado no acervo na Universidade de Passo Fundo, como pode ser notado no anexo 7, já que isso acaba por dar maior probabilidade do romancista ter utilizado essas informações para compor a sua obra.

Sobre esses batalhões, em *A ferro e fogo*, Schaeffer explica que “acima de tudo, o imperador queria soldados. Teve os soldados pedidos, ele mesmo os recebera no porto, esfregava as mãos de satisfeito sempre que encontrava um mais alto do que ele, medindo-os espádua contra espádua na frente de todo mundo” (2006, p. 46).

Na ficção de Josué Guimarães, Schaeffer aparece muitas vezes envolvido em polêmicas. Em uma delas, ele está em Porto Alegre, na casa de Gründling, e este lhe informa sobre a sua baixa popularidade entre os imigrantes, os quais querem “a sua cabeça, procurando intrigá-lo com a Coroa, indispondo as autoridades contra ele” (2006, p. 45). Schaeffer argumenta que “claro, recebia as barras de ouro das mãos do General Brant, mas o que pouca gente sabia era o que ele sofrera nas mãos dos inimigos do Brasil. Um homem como ele levado às barras do Tribunal de Comércio pela campanha de difamações do celerado” (2006, p. 45).

Essa passagem do romance nos remete ao episódio narrado por Jean Roche em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, em que o historiador escreve que a partir do momento em que

fora lançado o alarma contra as manobras de Schaeffer, jamais cessou, atingindo as altas esferas da administração, em particular na Prússia. O rescrito de Von Heydt (ministro prussiano do Comércio, da Indústria e de Obras Públicas), em data de 3 de novembro de 1869, proibiu a outorga de privilégios a

empresas de transporte de emigrantes alemães para o Brasil. O Governo Prussiano não proibiu a imigração para o Brasil, como dizem, mas recusou-se a proteger os agentes dessa imigração, em razão das queixas que lhe haviam sido transmitidas e das más informações que recebera, entre 1862 e 1868, sobre a situação dos colonos. (1969a, p. 108-109).

Outro momento citado pelo historiador, que serviu para agravar a situação, foi o fato de que Schaeffer atuava tanto na formação de batalhões estrangeiros quanto no projeto de colonização. Isso teria sido uma das causas que prejudicou a imagem do Brasil na Alemanha e, por consequência, a imigração (1969a, p. 95). Além disso, essa atividade dupla também comprometia a própria reputação do Major, que era visto como “agenciador de agricultores e de soldados também”. (2006, p. 61).

Em *A ferro e fogo*, a representação de Schaeffer indica um contraponto ao personagem analisado anteriormente, o alemão Dr. Hillebrand, já que o Major não se importa com os seus conterrâneos. Para ele o que vale é o dinheiro, e “os imigrantes que fossem a merda, estava cansado deles, não queria mais ouvir falar neles.” (2006, p. 46).

Josué Guimarães também representa o Major Jorge Antônio Schaeffer como uma personagem adoradora de mulheres e de bebidas alcoólicas. No plano do romance a representação de Schaeffer indica um sujeito que não gosta “de chegar à noite sem mulher. Ganha-se dinheiro para isso, claro, para a bebida também.” (2006, p. 45). Gründling salienta também que “em Sitcha ele costumava reunir num só quarto oito mulheres” (2006, p. 45). No entanto, na hora em que as mulheres de Izabela foram ao quarto com o Major, este dormiu, e uma delas afirma que “esse alemão o que sabe mesmo é beber” (2006, p. 48). Nessa passagem, Josué Guimarães representa um Schaeffer não tão viril quanto beberão. Por sinal, a figura de Schaeffer representada como alcoólatra sobrepõe-se a qualquer outra característica. Em uma carta enviada a Gründling, ele afirma que “essa Europa não vale mais nada. Estou cansado dela. E, para esquecer, encerro as minhas atividades antes das seis horas da tarde e começo a abrir garrafas” (2006, p. 124). Em outra situação, mais enfática nesse sentido, Gründling procura Schaeffer no Rio de Janeiro e, ao chegar lá, encontra

Schaeffer, uma sombra do amigo Schaeffer de tempos atrás. O chão atonetado de garrafas vazias, copos esparramados, roupas deixadas nos espaldares de quase todas as cadeiras. Gründling aproximou-se com a impressão de que Schaeffer dormia, mas viu que estava bêbado, com a camisa de punhos de renda vomitada. (2006, p. 138).

Nessa última passagem podemos notar o auge da decadência de Schaeffer. É justamente nesse momento que o seu negócio mais rendoso termina e, juntamente com a

falência econômica ligada à imigração, ocorre a falência moral do homem importante que havia sido.

Josué Guimarães ainda narra o término das aventuras de Schaeffer, quando o Capitão vai à casa de Gründling e diz que o Major morreu, contando que ele “estava vivendo entre os índios, buscava ouro, diamantes, pedras preciosas.” (2006, p. 218). Na carta a Gründling, o Major conta que estava vivendo “entre boruns, [...] aimorés e os gueréns” (2006, p.219). Aumentando ainda mais seu declínio em relação ao encontro ocorrido no Rio de Janeiro, Schaeffer escreve na carta que viveu “não sei quantas luas [se] embebedando com uma aguardente feita de ervas ou de milho, não sei bem, durante a chamada estação das chuvas. [...] essa beberagem que a princípio nos sufoca, mas depois passa a ser um santo remédio contra a solidão, aliás, o único.” (2006, p. 219).

Podemos concluir que o final da personagem Schaeffer, no âmbito da ficção, não é muito diferente do que aconteceu na realidade, sendo também parecido com o de muitos imigrantes trazidos por ele para o Brasil “a tanto por cabeça”. Na obra histórica, Roche destaca que muitas vezes os imigrantes trocavam “as suas roupas pelo álcool” (1969a, p. 98), terminando bêbados, na solidão, com “os bugres, os tigres, as cobras, as doenças” (2006, p. 129). Schaeffer, em *A ferro e fogo*, também terminou a sua vida em meio à “beberagem” e à “solidão” (2006, p. 219), entre “os mosquitos, as cobras, da grossura de um braço, e os índios.” (2006, p. 218).

Assim, a representação da personagem histórica sinaliza a diferença entre o escritor de ficção e o historiador. Enquanto Roche restringe-se a narrar a atuação de Schaeffer nos negócios da imigração, Josué tem a liberdade para dar novos contornos à personagem, dotando-a de caráter e personalidade, seja para o bem ou para o mal. Dessa maneira, a narrativa literária é capaz de apresentar ao leitor uma perspectiva mais realista do evento histórico, visto que as personagens “reais” estão presentes, correspondendo ao tempo cronológico da sociedade da época, e são dotadas de personalidade e caráter próprios.

### **3.3 A construção ambiental da região de colonização alemã**

Partimos do pressuposto de que Josué Guimarães também apoiou-se na narrativa de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, bem como em imagens que compõem a obra, para representar aspectos relativos ao ambiente da região de colonização alemã. Evidentemente não podemos ignorar as origens e a “experiência regional” de Josué Guimarães, que nasceu

em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em sete de janeiro de 1921, mas muda-se já no ano seguinte para a cidade de Rosário do Sul, localizada na fronteira com o Uruguai. Por isso, o escritor conhece desde a sua infância a região do pampa<sup>22</sup>, local onde transcorre uma parte considerável da narrativa ficcional. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Stüben (2013, p. 39) afirma que os lugares de vivência dos escritores possuem frequentemente uma relação existencial direta com suas obras, seja como reflexos do reino da experiência real, seja como contramundo utópico. Para Stüben, o lugar de origem do autor não deve ser subestimado, na medida em que por meio dele o autor constrói a “sua visão do mundo, seu rico acervo de experiências, suas mais profundas emoções – tudo o que de mais precioso entra em sua obra está baseado em sua percepção do ambiente, que é decisivamente constituído pelas condições topográficas” (STÜBEN, 2013, p. 39).

Para corroborar o que afirma o crítico, o próprio Josué Guimarães confirma em entrevista a importância dessa “experiência regional”. Ele explica que:

minhas raízes, essas não posso negar, são da fronteira onde me criei quase bilíngue, ouvindo histórias de caudilhos, revoluções, tropelias, degolações – muita coisa vi com os próprios olhos, guardo extraordinária e quase mediúnica memória da minha vivência até os dez anos de idade. (GUIMARÃES, 1988, p.7)

Porém, o pampa não constitui o cenário para onde convergem os dramas da narrativa, já que não será nesse ambiente que os alemães irão fincar suas raízes, interagir com a sociedade sul-rio-grandense e progredir economicamente. Na acepção de Hohlfeldt (1997, p. 66), Josué Guimarães, quando em comparação a Erico Verissimo, inverte a perspectiva do romance, pois do pampa utiliza apenas o necessário para elaborar um espaço de oposição à colônia de São Leopoldo e suas relações com a nascente metrópole de Porto Alegre, já que essa possui, sobretudo, características urbanas. Hohlfeldt conclui, dessa forma, que o romance *A ferro e fogo* caracteriza-se por ser fundamentalmente a história da urbanização do Rio Grande Sul, através de um de seus centros mais expressivos, e justamente por esse motivo não há uma descrição mais aprofundada sobre essa região, já que ela serve apenas como pano de fundo do romance.

---

<sup>22</sup> Pampa, que em quéchua significa região plana. Localiza-se desde o sul do Brasil, passando pelo Uruguai, estendendo-se até à Argentina. A principal característica dessa região são os longos campos a perder-se no horizonte. A parte dessa região localizada no território Brasileiro também é conhecida pelos nomes de Campos do Sul, Campos Sulinos, Campanha Gaúcha e, no Rio Grande do Sul, como Região da Fronteira, justamente por intercambiar-se com a Argentina e o Uruguai. (INSTITUTO Brasileiro de Florestas).

Vejamos agora como Roche apresenta essa região em sua obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Embora o excerto seja longo, mostra-se fundamental para posteriormente observarmos como Josué Guimarães trabalha as características do ambiente regional na ficção.

Extensas faixas que se prolongam entre os vales que as penetram profundamente, longos declives suaves, cuja as leves curvas se recortam regularmente, depois se soldam em linha horizontais, eis as coxilhas da terra gaúcha. Coxilhas separam as águas de uma infinidade de arroios. No montante, os vales escondem seus córregos em bosques que só descobrimos na embocadura. Na parte inferior, os cursos d'água, já preguiçosos, inscrevem meandros nas areias cintilantes ou transbordam às primeiras chuvas para cobrir de lençóis que reverberam, o fundo quase horizontal de um leito maior, que insensivelmente se liga às linhas das coxilhas. A fita verde-escura das matas de galeria não é senão o debrum do mato na planície que cobre a região inteira. Os pampas também têm o seu sortilégio. **Nele se experimenta até à vertigem a embriaguez do espaço, do silêncio e da solidão.** Sem nos cansar, caminhamos léguas e léguas na imensidão do que nos atrai, perseguindo os **horizontes que recuam sempre.** Um pouco de melancolia paira sobre essas terras uniformes onde, não podendo nem brincar, nem cantar nas árvores, o próprio vento anda sempre triste, quando não furioso como o Minuano. As ondulações regulares ofereciam à penetração o itinerário sinuoso mas seguro das linhas de divisão das águas; a vegetação baixa das gramíneas abria-se às cavalgadas dos milicianos que vinham traçar e proteger a fronteira meridional; os campos de batalha, os acampamentos, os fortes se distribuía-se pelas cristas ou perto dos vaus onde os caminhos cortavam o leito dos rios; os homens ficaram-se ao sabor de um armistício ou de uma baixa, dedicando-se à criação de gado. Essa região, a que chamamos Campanha, foi primeiro denominada *O Continente* como o Rio Grande do Sul, que, durante mais de um século foi identificado como a zona de campo. (1969a, p. 38-39, grifos nossos).

Dessa descrição de Roche, podemos perceber diversos elementos que, como veremos a seguir, estão presentes em *A ferro e fogo*, desde a questão da solidão e da embriaguez do espaço, passando pelas lagoas e indo até os córregos e as coxilhas. Nesse excerto observamos uma das possíveis inspirações de Josué Guimarães para nomear o subtítulo do primeiro tomo de sua obra, *Tempo de solidão*, em referência ao casal Schneider, que passa a viver nesse descampado “solitário” durante a Guerra da Cisplatina e experimenta esse sentimento inédito proporcionado pela vastidão do novo ambiente, até então desconhecido a eles.

Josué Guimarães começa a sua representação do pampa a partir de Daniel Abrahão, o qual, ao receber a proposta feita por Gründling, de viver naquela região, questiona-se onde irá morar, pois “o campo a perder de vista, as áridas coxilhas barradas pelo horizonte, os abutres, as tempestades varrendo o chão sem abrigo.” (2006, p. 13). Nesse momento, a natureza exuberante apresenta-se como uma ameaça à personagem, devido, sobretudo, a sua magnitude e ferocidade.

Em uma região com essas características geográficas, a percepção dos horizontes também desperta outros sentimentos além da solidão, como o de liberdade e insignificância perante a imensidão do espaço. Não por caso, o horizonte passa a ser uma referência constante no decorrer de sua obra, tanto para os protagonistas quanto para as personagens secundárias. Juanito, por exemplo, não queria um teto para si, “queria a liberdade do céu e dos campos que se perdiam no horizonte” (2006, p. 22). Já Philipp, de cima da figueira da estância de Jerebatuba, percebe “que a bruma do horizonte não deixava ver o fim.” (2006, p. 23).

Nesses trechos já podemos perceber a importância da alusão ao horizonte do pampa, tanto na obra histórica, pelo historiador, quanto na literária, pelo romancista. Em ambas as narrativas, as referências ao horizonte são interpretações de uma mesma região que se reafirmam como sendo uma imensa terra de ninguém, palco de diversas disputas, sobre a qual ninguém tem controle absoluto, a não ser o vento Minuano, que corre livre pela região.

A percepção desse horizonte varia conforme a experiência vivida pelas personagens nessa região. Catarina, por exemplo, quando conformada com as agruras daquela paisagem, reflete que não iria abandonar o seu rancho e que a decisão já estava tomada: não arredaria pé, já que “aquela imensa solidão de horizontes era sua e de mais ninguém.” (2006, p. 78). Porém, após a sua volta à colônia, em um ambiente em que as experiências são outras, ela muda de ideia, afirmando que “o horizonte aberto das bandas do Chuí não lhe fariam falta” (2006, p. 121). A representação de uma região onde “se experimenta até à vertigem a embriaguez do espaço, do silêncio e da solidão” (ROCHE, 1969a, p. 38) também observamos em *Tempo de guerra*. Isso ocorre quando a região retorna à mente de Catarina, a qual se lembra que aquelas terras “não eram como as terras daqui, elas não acabavam nunca, a vista não alcançava fim, por todos os lados elas encontravam o céu e com ele se confundiam ou terminavam dentro das águas do mar” (2008, p. 217). Em trechos como esse podemos perceber que a presença do pampa em *A ferro e fogo* surge como espaço de oposição à colônia, como já apontou Hohlfeldt (1997), já que Catarina usa sua experiência anterior como modelo de comparação em relação ao novo meio em que vive.

Em *A ferro e fogo* encontramos também uma referência feita por Jean Roche, na obra histórica, sobre as “cavalgadas dos milicianos que vinham traçar e proteger a fronteira meridional” (1969a, p. 39). Isso ocorre na passagem em que a família Schneider chega à fazenda de José Mariano, já próximo à Lagoa Mirim, e depara-se com “soldados que vinham dos lados do Uruguai. Levavam notícias de um movimento estranho na fronteira, assim como

se estivessem em preparativos de guerra. Comunicariam o fato ao comando da guarnição de Rio Grande.” (2006, p. 20). Seguindo seu caminho, percebem que quanto mais próximos da estância Jerebatuba, e, conseqüentemente, da fronteira, “mais cruzavam com espanhóis de chiripá, pele queimada de sol, olhinhos espremidos de índio” (2006, p. 21). Nesse momento, por mais que as personagens tentassem esconder a apreensão e iludir-se com falsas ideias, sabiam no fundo que aquilo configurava-se o prelúdio de uma guerra.

Jean Roche (1969a, p. 39), ao começar a sua explicação das características da região colonial, parte de um âmbito mais amplo, descrevendo primeiramente que o Estado do “Rio Grande do Sul parecia quase despovoado” no período que antecede a imigração, possuindo “apenas cem mil habitantes”. No que diz respeito à região específica das primeiras colônias alemãs, geralmente localizadas na Depressão Central, havia na época da chegada dos primeiros imigrantes germânicos cerca de “38.000 habitantes, em resumo, 36% graças ao desenvolvimento das duas principais cidades, Porto Alegre (10.000 habitantes) e Rio Pardo (3.600 habitantes)”. Esses registros, de certa forma, também contribuem para indicar a solidão que dá nome ao primeiro tomo, sendo esse um sentimento provavelmente vivenciado por um grupo de pessoas acostumadas a conviver em um continente superpovoado, que chegam à província como excedentes populacionais de suas regiões de origem.

As alusões à solidão na ficção de Josué Guimarães contrastam com o medo dos imigrantes em relação aos “bugres”, que não raro atacam as habitações. Na obra de Roche, o historiador explica que

A colônia depressa se estendera da antiga Feitoria à borda da Serra, cortando a floresta virgem. Antes mesmo de terem atingido o limite de seus lotes, os colonos passavam pela área dos animais selvagens e pela dos índios “bugres”, cujos primeiros ataques se desencadearam em 1829. (1969a, p. 97).

Na ficção, são comuns as fábulas envolvendo personagens deslocados de sua região de origem e que precisam enfrentar dificuldades relacionadas a ataques de animais selvagens ou de grupos sociais “primitivos”. Em *A ferro e fogo* os imigrantes alemães deparam-se com desafios como esse. Em certo momento, Hillebrand explica que

qualquer pessoa de bom senso veria que as coisas não dariam certo, trazer assim sem mais nem menos gente saturada dos grandes aglomerados humanos da Europa, de repente jogadas naqueles descampados, matos e rios, paredões da serra, bugres atacando na calada da noite. (2006, p. 52).

Outra passagem que faz alusão ao ataque dos “bugres” ocorre quando o narrador explica que quanto mais Valentim dava ouvidos a sua esposa, mais se convencia que estava dando um passo certo ao trocar a sua casa pela estância de Catarina Schneider, pois

Os bugres andavam cada vez mais atrevidos, nem esperavam a noite para atacar, ela mesma vira um bugre morto por Franz Bohrer, o corpo ainda estava quente. Matavam homens e mulheres, raptavam as crianças, saqueavam, queimavam as choupanas. Era uma desgraça receber um lote mais distante, no começo do mato grosso, perto dos rios. (2006, p. 101).

Em passagens como essa, podemos observar não apenas a concordância da ficção com a historiografia, como também as diferenças entre discurso histórico e literário. Se por um lado Roche indica a localização das colônias e destaca que elas estavam próximas à região dos índios “bugres”, Josué Guimarães pode interpretar o registro histórico e dotá-lo de outros significados, por exemplo, indicando na ficção o abandono do colono alemão, relegado pelas autoridades imperiais, deslocados para uma “terra coberta de mato, numa zona onde vivem tigres e bugres.” (2006, p. 14). É importante ressaltar também que nessas representações o romancista assume diferentes vozes durante o processo de construção do romance, como “a voz da prepotência, a voz da injustiça, a voz da esperança em um mundo novo, enfim – as vozes de seu tempo – um curto tempo” (MARTINS, 1997, p. 26), entre as quais muitas foram silenciadas pela história tradicional.

Tão importante quanto os registros narrativos da obra histórica, os quais acreditamos que serviram como fonte de pesquisa para o romancista, são as litografias assinaladas no volume de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, localizado no Acervo Literário Josué Guimarães. Uma dessas imagens assinaladas indica o desembarque dos pioneiros alemães, conforme pode ser observada no anexo 8, feita provavelmente pelo romancista. Essa litografia, de autoria de Carl Ernst Zeuner, está identificada na obra como “o desembarque dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824.” (1969a, p. 1). Nela podemos notar que o romancista busca também na arte um material interessante para fomentar sua obra literária, nesse caso, uma das mais famosas representações da imigração alemã no Rio Grande do Sul, o que pode indicar uma tentativa de afirmação de historicidade em seu romance.

Em *A ferro e fogo* podemos notar uma possível descrição da imagem de Zeuner: “O povaréu formando alas, gaúchos mirando do alto dos seus cavalos, os soldados molambentos, e a mão macia do senhor presidente” (2006, p. 8). Esse parágrafo, mesmo sendo uma possível livre interpretação do romancista acerca da ilustração, acaba sendo decisivo para formar o imaginário de muitos leitores, pelo menos os que têm um conhecimento prévio sobre o assunto, uma imagem pré-formada. Assim, a “leitura” da litografia feita por Josué Guimarães acaba transmitindo certa “credibilidade histórica” em relação àquele momento, tendo em vista que no imaginário as versões se confirmam.

Além da obra de Carl Ernst Zeuner, encontramos outras marcações em imagens do mesmo volume de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, dessa vez sobre uma antiga casa na Feitoria do Linho Cânhamo<sup>23</sup>, conforme anexo 9, descrita na obra histórica como “O primeiro abrigo dos imigrantes foi esta casa da antiga Feitoria do Linho Cânhamo, situada a 4 km do ponto de desembarque.” (1969a, p. 2). Essa imagem também faz parte das litografias famosas acerca da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul, conhecidas por aqueles que buscam embasamento sobre o tema. Assim, acreditamos que a sua utilização também tenha o mesmo propósito da anterior, ou seja, auxiliar Josué Guimarães na construção narrativa seja como “fotografia” de um evento histórico ou de espaços ocupados pelos imigrantes. Em certo momento, os Schneider voltam “aos casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courinta, onde há mais de três meses aguardavam que o governo cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha.” (2006, p. 7).

Por fim, no que tange às litografias da obra histórica, há uma marcação na imagem da página 16, que pode ser vista no anexo 10. Nessa página encontram-se diversas fotos de casas comuns na colônia da época da imigração. Essas casas possuem características em comum, já que todas elas são de tamanho pequeno, construídas de maneira provisória e prática, com tábuas rústicas e com diversas janelas, das quais buscava-se captar o maior grau possível de iluminação.

Essas imagens provavelmente também serviram de inspiração para a criação de várias habitações na obra ficcional. Um exemplo disso é o antigo domicílio de Oestereich, o qual foi legado à família Schneider, sendo esse representado no romance como uma “casinha de pau-a-pique, duas janelas ladeando a porta, paredes caiadas de branco. [...] tábuas velhas, telhado de madeira, queimada pelo tempo” (2006, p. 118). A residência de Jacobus também possui essas características, representada no romance como “uma casa velha, de madeira, coberta de telha vã. Um depósito de adobe, pé-direito de metro e meio.” (2006, p. 184). Na mesma página da obra histórica, conforme mostra o anexo 11, pode-se também notar uma casa com um galpão ao lado, a qual, segundo Jean Roche, era um “binômio constante” (1969a, p.16) na zona de colonização alemã. Já no romance, esse tipo de habitação aparece em meio à paisagem, como o caso da moradia da própria família Schneider, que vive na casa e utiliza o galpão como oficina.

---

<sup>23</sup> O primeiro abrigo dos imigrantes foi esta casa da antiga “Feitoria do Linho Cânhamo”, situada a 4 km do ponto de desembarque. Atualmente encontra-se restaurada.

Outro aspecto notório trata-se da evolução das casas no decorrer da narrativa, cujo material de construção passa de madeira a tijolos. Há no romance uma passagem em que Catarina contrata Herr Mühlen para construir uma nova casa. O romancista apresenta de forma detalhada o processo de edificação nas intervenções do construtor e da própria Frau Schneider. A casa representada na narrativa assemelha-se em seus detalhes às apresentadas nas plantas das páginas 200 e 201 da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Além disso, o que mais nos chama a atenção é o fato de haver um papel como marcador nessas páginas da obra de Roche localizada no Acervo Josué Guimarães, conforme pode ser observado no anexo 12. Na obra histórica, Roche analisa uma dessas casas “típicas”, explicado que ela é “levantada numa ladeira, assentada num muro de pedra insossa que assegura a circulação do ar sob o assoalho” (1969a, p. 200). Já na representação de Josué Guimarães, Catarina ampara-se na planta da casa para explicar a Emanuel que: “aqui se assenta o alicerce, o muro levanta mais, pedra sem barro e sem argamassa, assim o vento entra e não deixa o assoalho apodrecer” (2008, p.176). Roche segue adiante explicando que “as paredes [são] de tijolos” enquanto “as divisões internas são de tábuas caiadas de branco” (1969a, p. 200). Já na explicação sobre a sua casa, Catarina argumenta que “as paredes todas vão ser de tijolos”, e apenas “as divisões, com tábuas caiadas.” (2008, p. 176). Dessa forma, nota-se a busca detalhada de Josué Guimarães em tentar apresentar o ambiente da colônia da forma mais verossímil possível, para assim garantir à narrativa fidelidade em relação a tempo e espaço.

Interessante atentarmos para esse detalhe das imagens contidas na obra histórica e compará-las com as descrições feitas no romance, pois podemos notar que o autor de *A ferro e fogo* busca de maneira meticulosa a verossimilhança nas representações das residências em sua obra, desde as telhas, passando pelos detalhes das paredes, portas e janelas, chegando à pintura caiada. A provável explicação para que isso ocorra no romance está na intenção do autor de fidelizar ao máximo sua obra, no intuito de apresentar de forma similar o panorama ambiental da época.

No romance também podemos observar o desenvolvimento contínuo da colônia de São Leopoldo em contraste com as localizadas mais distantes da capital Porto Alegre – Torres, São Borja... –, essas que “só conheceram a estagnação ou o fracasso” (1969a, p. 97). Embora a evolução econômica de uma região não seja necessariamente “ambiente”, como a proposta deste subcapítulo indica, acreditamos que o desenvolvimento da região de colonização alemã passa necessariamente pelas condições proporcionadas pelo meio.

A história oficial nos conta que o desenvolvimento ocorreu particularmente nos povoados que “eram abastecidos pela estrada líquida e podiam exportar do mesmo modo os excedentes de suas colheitas; da localização à margem de um rio navegável, do porto que possuía, São Leopoldo tirou força durante os primeiros cinquenta anos de existência.” (1969a, p. 97).

Em *A ferro e fogo*, podemos notar “lanchões subindo e descendo o Rio dos Sinos, as mercadorias chegando, as trocas, as remessas regulares” (2008, p. 102). Isso ocorre durante boa parte da narrativa, sendo que alguns desses barcos que ficam “subindo e descendo o rio” (2008, p. 105) pertencem a uma das personagens principais do romance, Herr Gründling, que exporta os excedentes das colônias a Porto Alegre e Rio Grande.

Essa representação do comércio por via fluvial foi possivelmente influenciada pela obra de Roche, uma vez que o historiador explica que “de São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Porto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas.” (1969b, p. 429). Nota-se que o romancista representa essa situação de forma muito próxima à versão histórica. Essa ideia de inspiração de Josué Guimarães em Roche reforça-se pelo fato de haver no exemplar da obra histórica, consultada no acervo, um papel marcando a página que contém essa citação, conforme pode-se observar no anexo 12.

Aquino (2010, p. 256) reforça essa ideia, afirmando que “a posição geográfica da colônia [de São Leopoldo] foi um elemento essencial a favorecer o desenvolvimento do comércio”, já que através do rio o transporte era muito mais rápido, prático e barato, quando em comparação com as picadas.

Sobre essas picadas, Roche (1969a, p. 57-58) explica que

A borda da Serra constituía um obstáculo não só à passagem da Depressão Central para o Planalto, mas também às comunicações terrestres de um a outro vale. [...] As fitas de basalto, os ressaltos nas vertentes, as colinas e os outros acidentes do relevo embaraçavam tanto pelo número como pela própria importância. Cada riacho exigiu vaus empedrados ou pequenas pontes. Os rios continuavam mais difíceis de transpor. As picadas de São Leopoldo só podiam ser atingidas pelos animais de carga. [...] Esse sistema existiu em todas as antigas colônias, até à instalação das estradas. A albarda nunca permitiu transportar mais de dois sacos de 60 quilogramas por animal, e cada animal não podia percorrer mais de oito léguas (48 quilômetros) diários. Custava, pois, muito caro. O comerciante, que era o transportador no seu feudo, levantava antecipadamente de 30 a 60% do produto ou do montante de sua venda.

Pode-se encontrar nas representações em *A ferro e fogo* o mesmo substrato histórico presente em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, já que a obra fictícia faz o leitor perceber que “parte das mercadorias compradas nas colônias e que chegavam a São Leopoldo

em lombo de burro” (2006, p. 82) vinham através dessas picadas. O narrador do romance aponta ainda que “só havia picadas estreitas abertas no denso matagal da encosta da serra” (2006, p. 82), sendo essas de difícil acesso e muitas vezes “fechadas de mato” (2008, p. 226). Tão difícil era a locomoção por esses caminhos que a própria Catarina Schneider concordou, durante os últimos meses de sua gravidez, de “não viajar de carroça por aqueles caminhos difíceis das picadas, [já que] os solavancos eram grandes demais” (2006, p. 196).

Além de serem acessos complicados por natureza, essas picadas atrasavam o crescimento dos negócios e a comunicação entre os imigrantes justamente por causa da demora em se locomover por esse tipo de caminho. Catarina, quando pensa em chamar Frau Metz para cuidar do parto de Juliana, questiona-se como faria isso, pois “mesmo com bons cavalos numa carroça nova ela demoraria muito a chegar naqueles quase quarenta quilômetros de picadas, desvios e barrais, travessias de sanga e alagadiços” (2008, p. 58).

Apesar de todas as dificuldades em se locomover através das picadas, foi justamente por meio delas que as colônias se desenvolveram. Essa questão fica bem clara no decorrer de *A ferro e fogo*, assim como o crescimento mais efetivo dos povoados localizados mais próximos aos rios – dos Sinos e o Caí – e o processo de produção e escoamento dos excedentes através das picadas até um porto próximo. Dessa maneira, amparados ora em descrições textuais ora em litografias, *A ferro e fogo: tempo de solidão* e *A ferro e fogo: tempo de guerra* estabelecem uma versão possível de um passado particular por meio de representações de suas ambientações e de seu processo econômico.

#### **4. OS CONFLITOS DA PROVÍNCIA NO SÉCULO XIX**

Neste capítulo abordaremos os conflitos armados envolvendo a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XIX – Guerra da Cisplatina, Revolta Farroupilha e Guerra do Paraguai – que de uma maneira ou de outra acabaram impactando o recém-chegado povo germânico. Mostraremos aqui os dramas pessoais vividos pelos imigrantes alemães durante os períodos de instabilidade, desde os colonos e comerciantes, até os soldados. Confrontaremos novamente o romance com a obra histórica, de modo a demonstrar a utilização desta por Josué Guimarães, porém, evidenciando também a independência do romancista, já que ele irá empregar na ficção as denúncias de outros pontos de vista dos eventos históricos.

#### **4.1 Fronteiras flutuantes: a Guerra da Cisplatina**

Temos representado em *A ferro e fogo*, como em grande parte dos romances históricos, diversos conflitos que, de alguma forma, acabaram por contribuir para a formação das identidades, tanto a gaúcha – com a Guerra Farroupilha –, como a brasileira – com a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.

No que diz respeito à formação da identidade gaúcha cabe lembrarmos, assim como faz Freitas (2004, p. 271), que a criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o 35 CTG, leva em seu nome o ano de início do conflito farroupilha, o que por si só mostra a força que esse evento possui no âmbito das criações culturais acerca do gaúcho. Seguindo essa mesma ideia, Oliven também chama a atenção para o fato de que “a república proclamada pelos revolucionários continua presente até hoje na bandeira do Rio Grande do Sul na qual está inscrito seu nome e data de proclamação [...] e seu lema [...] mantendo o episódio na memória coletiva dos habitantes do estado.” (2006, p. 10). Esse processo de reafirmação da memória coletiva em torno dos valores farroupilhas também pode ser notado anualmente no feriado de 20 de setembro, data em que ocorrem desfiles por todo o Estado, bem como acampamentos que buscam enaltecer o evento e as suas personagens.

Já no que concerne à colaboração das Guerras da Cisplatina e do Paraguai para a criação de uma identidade nacional, pode-se entender, como explica Araujo (2012, p. 270), que o processo de “comunidade imaginada” consolida-se por meio do usufruto do governo imperial desses conflitos, visto que aquele possui como intuito a criação de um espaço propício para testar os atributos nacionais configurados sobre um regime monárquico. Dessa maneira “o Estado cria e imagina a Nação, forçando e artificializando o patriotismo”

(ARAÚJO, 2012, p. 270), acabando por utilizar-se do *front* como ambiente pleno da prática identitária.

Grande parte da narrativa de *Tempo de solidão* gira em torno da Guerra da Cisplatina, evento que serviu como mola propulsora para uma série de outros episódios envolvendo os imigrantes germânicos. Alguns desses eventos, na ficção, ocorrem durante o próprio período do conflito, como as representações das violências gratuitas e os abusos sofridos pelos envolvidos. Outros são reflexos desse período, como o trauma de Daniel Abrahão, que durante a Guerra da Cisplatina desceu literalmente ao fundo do poço, nunca mais retornando à normalidade de suas faculdades mentais. Também encontramos na trama momentos de rixas ligadas a esse período, como as ocorridas entre os Schneider e Gründling, já que este foi o responsável por estabelecer a família em meio ao campo de batalha.

O conflito é representado por Josué Guimarães como possibilidade do ocorrido, na medida em que o romancista faz levantamento documental sobre a época e o evento, como pode ser observado nos anexos 12 e 13. Porém, o escritor apresenta a guerra sem precisão científica e cronológica, priorizando certos momentos a outros, não partindo de um contexto geral, mas, sim, do que diz respeito aos recém-chegados. Sobre essa questão, Schreiner (1996, p. 122) explica que em *A ferro e fogo* os “episódios da história sul-rio-grandense são observados, tendo em vista não a realidade histórica como um todo, mas antes a participação dos alemães nas guerras que assolaram o Rio Grande do Sul”. Assim, o autor pode apresentar um quadro histórico em tons de denúncia, desconstruir ufanismos e generalizações e construir “no universo textual uma história de coragem, de luta sem trégua, de dor, sofrimento, progresso, guerras, em meio a estranhos lugares e gentes.” (AQUINO, 2011, p. 1662).

O romance de Josué Guimarães, no que diz respeito aos conflitos, começa abordando a segunda Guerra da Cisplatina, evento que, como explica Jean Roche, inicia-se “com o desembarque dos 33, em 19 de abril de 1825”. No entanto, a declaração de guerra oficial do Brasil a Buenos Aires ocorre apenas em “10 de dezembro de 1825.” (1969a, p. 16).

Na representação de Josué Guimarães, a primeira referência a esse conflito ocorre no diálogo entre Mayer e Daniel Abrahão, quando o primeiro chega à estância para buscar as mercadorias e informa que havia “gente lá de cima falando em guerra para estas bandas, o general Lavalleja querendo invadir o Brasil. O comando militar querendo fortificar Rio Grande, tudo isso cheirando mal”, e, após um sobressalto do amigo, conclui que “Bagé e São Gabriel é que parecem estar mais na mira dos castelhanos” (2006, p. 28).

Quando Harwerther chega das bandas orientais trazendo consigo o contrabando de Gründling, Daniel Abrahão acaba por confirmar o que temia, pois o seu amigo chegara inquieto, passando a cogitar suspender as viagens, pois “havia enxergado movimento de tropas do outro lado e sentiu que alguma coisa de anormal estava acontecendo”, e “não estava gostando disso” (2006, p. 29), tanto que logo depois de descarregar as armas, foge para o leste. Após a sua partida, Schneider conclui que “pelo modo que notei em Harwerther, essa soldadesca deve ser mais de bandidos do que de soldados mesmo.” (2006, p. 31). Assim, forma-se o clima pré-guerra, em que as personagens estão próximas do evento, com desespero e agonia.

Nota-se na conclusão de Schneider algo característico de Josué Guimarães, que é o “seu modo de ver e sentir a realidade”, modo esse que em *A ferro e fogo* “se dá através da denúncia de uma sociedade que, por seu desajustamento social, provoca também a falência no plano do indivíduo” (SANTOS, 1997, p. 138). Assim, o posicionamento de Josué Guimarães nos faz refletir sobre a realidade e os aspectos em que se deu o processo migratório, enfocando-se no romance “sem alterar fundamentalmente a verdade histórica”. Por sinal, o próprio Josué Guimarães revela essa preocupação, ao frisar em entrevista à RBS (*A FERRO...*, 2006) que seu objetivo principal seria trazer ao leitor algo próximo à realidade, já que esse consiste, segundo ele, no principal compromisso do romancista.

A preocupação demonstrada por Daniel Abrahão acerca dos soldados acaba por confirmar-se no amanhecer do dia seguinte, quando a família vê “no horizonte o que parecia ser um exército, uma tropa de homens a cavalo, o paliteiro de lanças, [...] eram os gringos” (2006, p. 31). Ao chegarem à estância, os soldados agarram Juanito e o atiram aos pés de um oficial, o qual “desembainhou a espada e bateu com ela [...] de prancha”, e logo em seguida leva “um pontapé na boca” (2006, p. 32). Os soldados, ainda não satisfeitos ao verem o índio ensanguentado no chão, fizeram com que ele “levasse pontapés dos que passavam e depois foi levado por outros até a figueira e lá amarrado com a corda no pescoço e mais uma vez surrado diante de Catarina que se guardava aos filhos.” (2006, p. 33). Nesse trecho a “denúncia” de Josué Guimarães fica mais clara, representando o “grosso da tropa” como “uma gente balandronada, sem nenhuma disciplina, bêbados e arruaceiros.” (2006, p. 34). Nesse primeiro encontro com as tropas castelhanas, Catarina acaba sendo violentada à noite por um piquete castelhano enquanto salvaguardava o poço onde estava escondido o seu marido, o qual ouve tudo sem poder fazer nada. Daniel representa nesse momento o representante de seus conterrâneos imigrados, que ao chegarem “ao fundo do poço” em uma terra nova e estranha,

iludidos com as promessas falsas de Schaeffer e do governo Brasileiro, nada puderam fazer. A única coisa que resta às personagens é resistir ao aprisionamento às condições em que foram inseridas. Resistência essa realizada com perdas, humilhações e malogros, sempre na expectativa de que em algum momento a situação possa melhorar.

Os movimentos de guerra continuam, “os castelhanos passaram de volta e sumiram” (39), fugidos das tropas imperiais. Após “surgiram novos soldados vindos do norte [...] envergando outros uniformes, [...] eram soldados brasileiros” (2006, p. 40-41), com posturas muito semelhantes, que também se estabeleceram na estância dos Schneider, alimentaram-se de seu gado, deixando um rastro de destruição. O mais grave dessa vez é que Catarina acaba sendo violentada mais uma vez, porém agora por dois piquetes do exército brasileiro, sendo que a única coisa que acaba diferindo um exército de outro é o uniforme, pois os modos de agir são basicamente os mesmo. José Mariano, proprietário da estância vizinha, teve menos sorte que os Schneider, pois quando Juanito foi até a sua fazenda, percebeu que “os castelhanos haviam arrasado tudo, a casa central em chamas, galpões já em cinzas”, e o homem havia sido “atirado sobre um canteiro, a roupa em frangalhos, o pescoço cortado de orelha a orelha.” (2006, p. 80). Esses eventos da ficção simbolizam que a guerra não diferencia alemães de portugueses, todos acabam sendo “reféns das condições sociais vigentes no segundo quartel do século XIX, no Rio Grande do Sul” (BOCCHESE; ARENDT, 2011, p. 132), e não podem escapar de maneira alguma dessa condição.

Dessa forma, no romance de Josué Guimarães os eventos acabam atropelando a história, invadindo de maneira violenta o ambiente familiar, e sem que as personagens se deem contam do que realmente está acontecendo. Seus sonhos são arrasados, já que suas lavouras são destruídas pelo pisotear dos cavalos, ou queimadas pelos soldados, seus rebanhos são saqueados para alimentar os exércitos, as famílias são destruídas e acabam perdendo também o seu bem mais valioso, que é a sua própria dignidade. Dessa forma, o ser humano acaba sendo reduzido a mais baixa condição existencial e não vê um caminho possível para o seu desenvolvimento. Resta a ele apenas sobreviver aos eventos e às condições de seu tempo histórico.

Sobre esses movimentos da guerra, Roche explica que “o fluxo e refluxo dos exércitos inimigos varreram o Rio Grande do Sul” (1969a, p. 16), já o romancista narra que a guerra continuou, “os piquetes avançados dos castelhanos invadiam a terra gaúcha, eram enxotados pelos batalhões que partiam de Rio Grande. Arrebanhavam mais soldados, corriam os brasileiros. A terra de ninguém era, ora de um, ora de outro bando” (2006, p. 42). Em meio a

esses movimentos militares estava a família Schneider, tentando sobreviver em uma região totalmente estranha, com Daniel Abrahão entocado em seu velho poço, Catarina “violentada pelos soldados das duas bandas” (2006, p. 44), e Juanito esfolado de tanto apanhar dos milicianos brasileiros e castelhanos. Na colônia, por sua vez, havia outra guerra em curso porque ali também lutava-se pela defesa da vida contra as intempéries, os povos nativos, os “tigres” e as doenças. Além disso, os colonos estavam desamparados por parte do governo, que não cumpriam o que haviam prometido em contrato.

Nesse período, como representa Josué Guimarães e explica Roche (1969a, p. 17), o Rio Grande do Sul conservava o “seu papel de posto avançado” enquanto “a segunda Guerra da Cisplatina se encontrava numa fase sombria”. Assim, os abusos denunciados pelo romancista deixam claro que “não são os acertos da política colonizadora que vão permitir a ascensão dos imigrantes” (SANTOS, 1997, p. 139), já que esses são tratados pelas autoridades como meras marionetes utilizadas em defesa dos interesses imperiais. Além de não receberem o prometido pelo governo, ainda são retirados de seus trabalhos nas colônias e submetidos ao exército imperial, o qual os força a participar de diversos conflitos. O que realmente irá proporcionar a ascensão de parte dos imigrantes será sua persistência em tentar desenvolver-se na sociedade sul-rio-grandense por meio do trabalho e do progresso material.

Nesse conflito, como bem lembra Roche, o exército imperial brasileiro compreendia “batalhões de mercenários alemães e mesmo unidades de voluntários alemães, recrutados na Colônia de São Leopoldo” (1969a, p. 16). Esses batalhões e unidades militares estão presentes também na obra fictícia, como vimos no capítulo anterior durante a análise da representação do Dr. Hillebrand. Sobre os “voluntários” alemães, Josué Guimarães denuncia o recrutamento forçado dos colonos, narrando que para mandar à guerra “havia cinquenta deles, treze dos quais no laço, arrancadas das suas mãos as enxadas e colocadas no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca.” (2006, p. 48). O romancista narra também as humilhações passadas pelos imigrantes durante os treinamentos militares, os quais recebiam castigos por não entenderem os comandos em português. Nesse caso, podemos perceber que o tratamento dado aos escravos pelo exército imperial perpetuou-se em relação aos imigrantes alemães, que apesar de serem brancos, livres e pequenos proprietários, acabaram sofrendo o mesmo tipo de abuso por parte do poder constituinte.

Um desses colonos recrutados à força chama-se Valentim Oestereich. Ele conta que viajava na galera holandesa *Company Patie*, com destino a Buenos Aires, quando a embarcação foi apreendida pela marinha imperial. Abordado por Catarina, que ansiava por

saber como ele foi parar nas tropas imperiais, ele conta que “levado para São Leopoldo, terminei obrigado a sentar praça.” (2006, p. 60). Por meio da narrativa de Oestereich podemos notar que todas as personagens acabam de uma maneira ou de outra sucumbindo à tirania das forças que ultrapassam as vontades individuais, já que, impotentes, os imigrantes assistem ao desenrolar de suas vidas, as quais são decididas pelos detentores do poder, e àqueles resta a resistência a ferro e fogo em busca do futuro melhor sonhado ainda em outro continente.

Mayer foi outro imigrante obrigado a servir no exército. Por se negar a lutar contra um conterrâneo que combatia pelo lado contrário, talvez pelo que Roche chamou de “solidariedade étnica” (1969a, p. 99), acaba sendo fuzilado pelos brasileiros. No entanto, antes que isso acontecesse, ele presencia oficiais levando homens selecionados para uma Coxilha próxima, e, dentre esses, cinco eram lanceiros alemães. Chegando ao local escolhido, “um oficial com um papel na mão citava o nome de um homem, este era carregado uns vinte passos adiante, tiravam-lhe a túnica, era obrigado a ajoelhar-se e baixar a cabeça, levando dez chibatadas. A tropa inteira assistia o castigo em um silêncio mortal.” (2006, p. 74). Um dos soldados alemães que foi castigado não aguentou e “se enforcara de vergonha” (2006, p. 75). Mais uma vez temos presente a denúncia de Josué Guimarães ao sistema imperial e à história institucionalizada, mostrando que não há glórias para esses combatentes, visto que “de alguma maneira, os vitoriosos já dividiram o espólio dos combates e às minorias resta a injusta posição de coadjuvantes nas grandes decisões ou de espectadoras, ou ainda, mormente, de vítimas da história” (Rettenmaier, 2006, p. 122).

Assim, Josué Guimarães desmitifica e desconstrói qualquer tipo de ufanismo relacionado ao conflito, na medida em que escreve sua narrativa fundamentando-se na realidade histórica, porém sem adjetivá-la, pois a sua função não é essa, mas, sim, questioná-la e denunciá-la. Isso fica claro quando a narrativa apresenta o exército imperial brasileiro sem nenhum tipo de enaltecimento, muito pelo contrário, já que era composto por uma

mistura de paisanos, vaqueanos da região, peões de estância, desertores com indulto e gente agregada pelo caminho, mais parecia um bando de malfeitores. Não havia disciplina nem fardamento, cada um armado com o que havia conseguido, espingardas velhas, espadas enferrujadas, lanças e adagãs. (2006, p. 69).

O romancista também denuncia outros personagens históricos desse evento, como o general Alvear, descrito por Ludwig como “homem violento. [...] No saque de Bagé deixara que a tropa saqueasse as casas e violentasse as mocinhas. Ele mesmo participara da festa, mandando buscar, à força, meninas para a sua carruagem. [...] E nem é tão valente como dizem.” (2006, p. 71). Da mesma forma que feito com Schaeffer, Josué Guimarães satiriza

também Alvear, pois através de Ludwig narra que uma das meninas “conseguiu derrubar o homem da carroça, nu em pelo, fugindo campo afora. Ele ficou possesso diante dos soldados que riam daquela cena.” (2006, p. 71).

Após o término da Guerra da Cisplatina, as denúncias do romancista acerca do evento continuam, direcionadas agora ao desleixo do governo brasileiro quanto às tropas desmobilizadas, as quais acabaram por gerar diversos problemas sociais relacionados à criminalidade e à desordem.

O romancista explica que, findado o conflito, os soldados ficaram meses para os lados de Montevidéu “vadiando [...] correndo atrás de mulheres tresmalhadas”, as quais “andavam aos magotes pelos arredores dos povoados, seguindo rastro das tropas desmobilizadas.” (2006, p. 98). Como é de se supor, ao chegarem em Porto Alegre a situação não poderia ter sido diferente. Gründling conta ao Dr. Hillebrand que

soldados [iam] passando em bandos, arruaceiros, desmobilização sem ordem e nem comando, os botecos regurgitando de bêbados, os armazéns pilhados, sacos de mercadorias levados nas garupas dos cavalos, ladrões fugindo a toda brida campo afora, desaparecendo por veredas e picadas, matos e rios. [...] Ladrões fardados, ladrões de chiripá. [...] os heróis de Bagé, os heróis do saque. Os valentes guerreiros do Passo do Rosário, os bravos marinheiros do Monte Santiago. (2006, p. 97).

Claro fica nesse trecho a crítica de Josué Guimarães ao *modus operandi* do governo brasileiro, que subjuga a sua população aos seus interesses sem dar nada em contraparte. Após concluírem o “dever”, são descartados e depositados à margem da sociedade, gerando problemas dentro da esfera social, já que esses milicianos encontram diversos obstáculos para se reintegrarem à comunidade.

Observamos, portanto, mais uma vez presente o processo de ressignificação da história e a busca pela desconstrução ideológica acerca desse evento, uma vez que o romancista mostra que não há nada de glorioso nos atos dos sujeitos históricos, e nem no evento em si. Nesse caso não há heróis e as adversidades aparecem muitas vezes caracterizadas por certa comicidade. Conforme relata Gründling à Isabela, na “Batalha do Passo do Rosário muitos soldados fizeram as necessidades nas calças, não dava tempo de procurar uma árvore, qualquer macega, um sargento que fizera isso saíra todo chamuscado, os gringos haviam tocado fogo no campo.” (2006, p. 130). Empreendida a representação com tons de denúncia, Josué Guimarães consegue transcender a narrativa histórica, uma vez que propõe o preenchimento das lacunas omitidas pela história oficial acerca da Guerra da Cisplatina, apresentando ao leitor uma forma possível dos acontecimentos, sem deixar a história de lado e nem enaltecer lideranças históricas, fazendo com que chegue até ele o possível.

## 4.2 A Guerra dos Farrapos e a Colônia de São Leopoldo

A Guerra Farroupilha foi um conflito civil ocorrido no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845. Inconformados com o baixo preço do charque e os altos impostos sobre o sal, os estancieiros gaúchos decidiram lutar contra o império, chegando em determinado momento declarar a Província como independente do Império.

Sem dúvida alguma a Guerra dos Farrapos é o momento mais reportado para a construção ideológica do gaúcho e do próprio Rio Grande do Sul. Existem diversos discursos acerca desse evento, e vários autores já beberam dessa vertente para compor suas obras literárias, algumas abordando o episódio de forma mais verossímil, buscando apresentar os diferentes pontos de vista do acontecimento histórico, já outras de forma mais idealizada, buscando enaltecer as lideranças históricas envolvidas no evento.

Constantemente as personagens envolvidas na Guerra dos Farrapos são trazidas novamente à tona de maneira ufanista, como heróis libertadores do povo gaúcho. Porém, esse não é o caso de Josué Guimarães, visto que o romancista, como afirma Rettenmaier (2008, p. 137), jamais teve a pretensão de construir um gaúcho típico, regionalista, pelo contrário, buscou retratá-lo como um indivíduo desapegado de tradições e sem controle sobre o processo histórico no qual está inserido.

Os movimentos desse conflito, na colônia de São Leopoldo, começam logo após o término da Guerra da Cisplatina, período em que o Brasil sofre com uma aguda crise política, a qual vai trazer consigo a abdicação de Dom Pedro I do trono imperial e diversas revoltas Brasil afora. Esse momento também vai ocasionar consequências ao processo de imigração, com a paralisação da colonização a partir de 1830 por meio da nova Lei de Orçamento de 15 de dezembro de 1830, a qual “suprimia todos os créditos para a colonização estrangeira.” (1969a, p. 99).

Sobre essa situação, Jean Roche explica que

Essa manobra do Parlamento condenava qualquer nova tentativa e arriscava aniquilar as colônias já existentes. Em São Leopoldo, os colonos agitaram-se em consequência do prejuízo que sofriam, porquanto nem as indenizações vencidas, nem as que lhes aviam sido prometidas para os dois primeiros anos de estada, lhes eram pagas. Essa lei, para eles retroativa, inspirou-lhes redobrada desconfiança a respeito do Estado brasileiro e não lhes deixou senão uma única oportunidade de sobreviver. (1969a, p. 99).

Essa agitação é primeiramente representada em *A ferro e fogo* durante um diálogo entre Gründling e seu funcionário Tobs, quando o primeiro afirma estar “preocupado com certos boatos que andam correndo pela colônia. Conversa de descontentamento, de

conspiração” (2006, p. 110). Tobs diz não acreditar nesses boatos, porém nesse momento Schiling entra na conversa e confirma a informação. Além disso, comenta que “todo mundo sabe que os nossos patrícios estão irritados com essa questão de atraso dos pagamentos por parte do governo. Tem gente aí passando fome, Gründling.” (2006, p.110). Há nesse diálogo algo interessante que cabe ser ressaltado aqui, que é o contraste entre os imigrados que pertencem ao excedente populacional e aqueles que vieram ao Brasil com capital, pois durante essa conversa as personagens bebem rum importado da Jamaica enquanto comem um pernil de porco assado.

O romance avança cronologicamente, e a partir daí “vários colonos [são] arrastados de suas casas e levados para longe. Quando voltavam, traziam no corpo as marcas da chibata e das torturas. Não diziam nada, emudeciam.” (2006, p. 133). O romancista apresenta nesse momento que há também oficiais alemães presos na Presiganga pela mesma acusação, entre eles estão “Stepanousky, Godfroy Kerst e Oto Heise” (2006, p. 151). Dessa forma, Josué Guimarães além de representar em seu romance a participação dos imigrantes no lado farrapo, também mostra que nem todos os alemães agiram de forma passível frente às injustiças promovidas pelo governo imperial, já que muitos deles articularam-se com os revoltosos, chegando até a pegar em armas para tentar garantir os seus direitos. Essa ousadia, entretanto, como o romancista concebe, tinha um alto custo.

A partir desses eventos Josué Guimarães empreende seu foco no modo de ação das autoridades constituintes para com os imigrantes alemães, ao mesmo tempo em que cria na narrativa um sentimento de “mal-estar geral” (2006, p. 133) na colônia de São Leopoldo. Esse mal-estar acaba por transpassar da trama para o leitor, deixando dessa maneira mais uma vez perceptível a diferença entre o romance histórico e a obra historiográfica, pois “nos desviam onde o historiador não entra, lá penetra o narrador ou a personagem, não para distorcer a história, mas para desentranhar a fonte imaginária que dá vida à história.” (BARBIERI, 1997, p. 33). Esse sentimento de mal-estar criado pelo romancista acaba levando muitas personagens a um estado de indignação, como o caso de Catarina, que, ao ver seus conterrâneos com marcas de chibata no corpo, reúne alguns imigrantes e argumenta que

nós não podemos cruzar os braços, [...] vejam, eles foram arrancados de suas casas, de seu trabalho, manietados como animais e jogados naquela masmorra imunda do Guaíba. Alguém ali pensava que eles haviam tido o direito de defesa? E mais, quiseram arrancar confissões à força, confissões de coisas que eles nem sequer sonharam. Eu já vi, mas faço questão de que todos vejam com os seus próprios olhos o estado lastimável em que deixaram esses pobres homens, pessoas de bem, trabalhadores, chefes de família. [...] Caminhou até eles, uns bichos do mato assustados, tirem as camisas e mostrem o que os senhores do governo fizeram. [...] os homens a despir os trapos sujos [...] o

corpo parecendo uma chaga só, os vergões descendo dos ombros até a cintura, muitas feridas apostemadas, outras ainda com sangue vivo, recém-vertido ao desgrudar os panos. (2006, p. 178).

Nesse processo de abusos do governo contra os alemães vem à tona, no romance, a personagem Oto Heise<sup>24</sup>, um dos oficiais que haviam sido feitos prisioneiros na Presiganga sob a acusação de conspiração. Escolhido pelos colonos como seu procurador oficial, reúne-se com o Tenente-Coronel Salustiano Severino dos Reis, reportando as condições de seus patrícios e o atraso no pagamento dos subsídios prometidos por parte do governo, ameaçando-o de ir “diretamente à Câmara dos Representantes da nação. O assunto se arrasta, há muita agitação entre os meus compatriotas, a colônia está dividida, tenho feito o possível para acalmar os ânimos.” (2006, p. 194). Dessa forma, as significações de desconfiança ficam mais uma vez evidentes na ficção, embora dessa vez o romancista apresente na obra o que seria o início de uma divisão entre os imigrantes, a qual ficaria mais aguda durante a guerra civil. Na atuação de Heise será apresentada boa parte da Guerra dos Farrapos, visto que Philipp, o filho mais velho da família Schneider, engaja-se no conflito ao lado dele.

As denúncias à sociedade também continuam sendo manifestadas no decorrer do evento, as quais apresentam uma realidade inóspita, com condições de vida degradantes, aliadas a todo tipo de desgraças, entre as quais a maioria ocorre pela corrupção e pela falta de planejamento do governo imperial. Essa situação pode ser observada quando Klinglhöfer, durante um diálogo, acaba não escondendo a sua indignação e fala a Sperling que “a nossa gente, nas picadas e linhas, a nossa gente como animais, comendo o que conseguem arrancar da terra, vendo os filhos morrerem de doença ou roubados pelos bugres.” (2006, p. 194). Em passagens como essas, pelas vozes de Schiling, Catarina e Klinglhöfer, o romancista tenta trazer ao leitor uma justificativa aceitável para o desgosto dos imigrantes perante o império, juntamente a uma possível compreensão no que tange ao envolvimento dos imigrantes no conflito.

---

<sup>24</sup> Oto Heise é mais uma das lideranças históricas retiradas da historiografia e representadas no romance. Heise lutou nas guerras napoleônicas no 1º Regimento Leve de Dragões, na Legião Alemã do Rei, até a vitória final em Waterloo, em 1815. Em 1819 fez parte do exército de Simon Bolívar. Já em 1825 foi acusado de recrutar colonos para fins militares. Por isso, ele foge para o Brasil no mesmo ano e se integra ao Corpo de Estrangeiros, formando o grupo de lanceiros alemães, com os quais combateu na Guerra da Cisplatina. Lutou na Guerra dos Farrapos ao lado dos republicanos, sendo feito prisioneiro. Deveria ter seguido para a Bahia, mas morre “misteriosamente” no Guaíba em 1836 ao “cair” de um barco. É interessante atentarmos para o fato de que, tanto na realidade quanto no romance, Heise é amigo e sócio de Schaeffer no que diz respeito ao recrutamento de soldados na Europa. (FLORES, 1995).

*Tempo de solidão* termina com o presságio de que um novo conflito logo irá eclodir, com “soldados por todos os cantos” (2006, p. 211) aguardando ordens dos seus oficiais para uma possível ação. Já *Tempo de guerra* inicia-se com a certeza de que “a guerra já está aí de novo” (2008, p. 9), trazendo consigo as suas violências, seus abusos e suas injustiças.

Na obra histórica, Jean Roche explica que “os colonos alemães foram arrastados na guerra civil; a maioria, porém, conservou-se fiel ao Governo Imperial.” (1969a, p. 17), o que mais tarde proporcionaria “aos colonos a naturalização em massa, pelos serviços prestados durante a luta: o Império apreciava, portanto, a colaboração que os colonos lhe tinham levado.” (1969a, p. 17-18). No entanto, não se deve ingenuamente pensar que isso gerou um fortalecimento dos imigrantes e seus descendentes na política da província. Pelo contrário, essa participação resultou em uma separação entre a colônia, com os alemães e seus descendentes, e a planície, com seus estancieiros.

Josué Guimarães explora em seu romance essa divisão dos imigrantes no interior da colônia, a qual, em alguns casos, perdura após o término do conflito, como o caso das desavenças entre Catarina, que possuía seu filho lutando no lado republicano, e o Dr. Hillebrand, que fica do lado dos imperiais. Para Frau Schneider, o médico “não entende nada de guerra” e deveria estar na colônia “tratando dos seus doentes” (2008, p. 102).

Da mesma forma como ocorreu durante a Guerra da Cisplatina, o diretor da colônia usa de sua influência junto aos seus compatriotas para convocá-los, e por meio dessa personagem o romancista mostra o lado legalista da colônia. Essa situação pode ser notada no romance quando Catarina explica que havia “gente regimentada pelo Dr. Hillebrand [...], por sinal mais de quatrocentos compatriotas de armas na mão” (2008, p. 59), mantendo-se fiel à coroa, aguardando ordens do império para partirem à guerra. Em determinado momento, Catarina aconselha os amigos para que mantenham a discrição, pois havia espões do médico “nos botecos, nos empórios e oficinas, e sempre que ficam sabendo de alguma novidade vão correndo contar a ele e aos generais do governo” (2008, p. 63), o que para ela configura uma traição.

Outra personagem que se articula no lado republicano é Gründling, o qual, na trama, tem grande parcela de participação na reconquista de Porto Alegre pelos legalistas, sendo o responsável por enviar as armas para o Major Marques poder insurrecionar o quartel de Portão. No entanto, como nem ele esperava, acabou não conseguindo nada em troca de seu favor.

Apesar de o romancista representar ambos os lados do conflito, veremos que ele dará maior ênfase ao lado republicano.

Se pelo lado legalista, no interior da colônia, a figura de Hillebrand arregimenta os colonos, pelo lado republicano essa função cabe ao General Oto Heise. Porém, o general deixa claro que “não queria ninguém obrigado, só voluntários”, até porque no começo do conflito “os rebeldes não queriam estrangeiros na briga, era preciso muito jeito, de início apenas limpando a colônia de inimigos da sua causa.” (2008, p. 19).

Graças a essa força arregimentada por Heise, “Hillebrand foi obrigado a esconder-se nas picadas” (2008, p. 110). Enquanto a ação progride, lideranças históricas envolvidas na Guerra Farroupilha aparecem em cena em meio às personagens fictícias, porém por meio delas Josué Guimarães “não escreveu uma história de bravura, não entalhou uma tradição” (RETTENMAIER, 2008, p. 137), mas buscou aproximar-se do sujeito histórico, de uma possível realidade. Podemos ver isso na representação de Juca Ourives, o qual aparece certa noite no empório do Caminho Novo, pertencente à família Schneider, e começa a saquear as mercadorias, argumentando que era para a causa farroupilha. Nesse momento, um piquete do republicano Onofre Pires chega ao local e dá voz de prisão a Ourives. Esse mesmo piquete explica que Juca Ourives já havia sido preso quando “deflorava uma menina de família”, e após ter sido solto não mudou sua maneira de agir, pois “outras meninhas perderam o que tinham de mais precioso”, e mesmo após esses acontecimentos estava ele ali “de chefeite, importante e com galão no ombro.” (2008, p. 36). Assim, o romancista apresenta outras interpretações possíveis da guerra, ou seja, além de não enaltecer as lideranças e seus atos, ainda busca representar a barbárie promovida por parte delas, as quais utilizavam-se de seus postos para praticar crimes como roubos e estupros, com a certeza de que ficariam impunes e não perderiam as suas posições.

E foi justamente contra esse mesmo Juca Ourives que Philipp teve o seu batismo de fogo, lutando ao lado de Oto Heise e das tropas de Onofre Pires, este último representado como sendo “um homem de quase dois metros de altura, cabeça bem plantada entre os ombros, voz tonitruante”. Essa ocasião acabou por impressionar o jovem Schneider, que comenta ao seu companheiro que “nunca vi um general assim tão grande” (2008, p. 36). O que chama atenção nesse trecho é a diferença entre a representação de uma personagem legalista, Juca Ourives, e outra republicana, Onofre Pires. Enquanto no primeiro são ressaltadas suas más posturas, sendo comparado a “um ladrão vulgar” (2008, p. 28), o

segundo é apresentado por meio de suas qualidades, desde a aparência até a liderança apresentada em combate.

No romance, representações desse tipo são recorrentes, não sendo esse um caso único. Ao observarmos a apresentação do evento como um todo, veremos que ele mostra-se em sua maioria por meio do olhar republicano. Uma possível explicação para esse fato é que o romancista, além de nutrir certa simpatia pelos republicanos, busca criar uma narrativa que consiga desmitificar o evento e as suas lideranças, não os apresentando mais como heróis, mas como homens comuns de seu tempo que lutaram em prol de seus interesses pessoais contra forças imperiais que, muitas vezes, são abordadas pelo autor como usurpadoras. Porém, se por um lado o romancista concebe lideranças que lutavam apenas em defesa de seu poder econômico, por outro ele representa personagens que realmente acreditavam nos ideais da revolta – liberdade, igualdade e humanidade –, e que buscavam através desse conflito o fim das injustiças sociais. Claro fica também que, mesmo sendo uma obra sem caráter ufanista, o romancista tende a se posicionar por meio de suas experiências de vida e a sua visão de mundo. Tendo em vista que o romancista presenciou o caudilhismo durante a sua infância, nada mais normal que esse fosse denunciado em suas obras.

Em entrevista, Josué Guimarães (1988, p. 7) disse ter encontrado no romance um lugar onde ele pode dizer o que precisa e o que quer. Sobre esse processo, Santos (1997, p. 136) explica que “Josué Guimarães, como homem que pertence a uma classe social e, portanto, constituído por formações ideológicas nas quais ele se reconhece, constrói um texto pleno de intenções”. Essa intenções contidas nos textos são perfeitamente normais, tanto nas obras literárias como nas históricas, mas mais comum e nítida na primeira, por ser uma obra estética, e mais controladas no caso da segunda, por ter uma maior obrigatoriedade com o “real”. Cabe ressaltarmos também que essa tendência de representar através de uma determinada ideologia acaba não interferindo no valor da obra e nem do romancista, já que sua importância não está “na *verdade* que escreveram, mas na criação e organização de um *objetivo estético*, a obra de arte literária, a qual, muitas vezes, pela densidade artística e emocional, se torna muito mais atuante do que um conjunto de ideias programadas com finalidades bem precisas.” (SANTOS, 1997, p. 136-137). Porém, essa ideologia não irá impedir que em determinados momentos sejam feitas denúncias aos republicanos, como na passagem em que Gründling diz não saber a patente de Bento Gonçalves, pois “eles mesmos se promovem e se condecoram. Hoje um galão, amanhã dois, no fim de certo tempo os ombros, os braços, o peito e a bunda.” (2008, p. 13).

Nesse combate entre as tropas de Juca Ourives e de Onofre Pires os republicanos saíram vitoriosos, mas “Philipp jamais em toda a sua vida iria esquecer o fragor do entrechoque de lanças e espadas, os gritos dos homens e os relinchos dos cavalos” (2008, p. 37). Philipp também não vira nada de glorioso como esperava antes do confronto, mas apenas presenciara carnificina e morte, tanto que após viver esses episódios não teve mais paz, à noite “se debatia entre os lençóis, banhado de suor, proferia coisas ininteligíveis, comandava Juanito.” (2008, p. 33). A experiência da guerra tornar-se um trauma para o imigrante, visto que, dentre outros fatores, os conflitos armados frequentes na Europa foram uma das causas que contribuíram para a imigração.

No movimento seguinte, Philipp e Heise participam, sob o comando de Lima e Silva, de uma tentativa de capturar duas canhoneiras e um vapor de guerra ancorados no Rio São Gonçalo, mas perdem o fator surpresa e a operação acaba sendo frustrada. O próprio Lima e Silva saiu gravemente ferido, mas o que mais chamou a atenção de Philipp foi a morte de um sargento alemão, amigo seu, o que o levou a perceber mais uma vez que a guerra não possui nada de deslumbrante.

Nesse sentido, nessa representação da guerra, Josué Guimarães apresenta os acontecimentos históricos articulando-os juntamente as suas personagens, demonstrando assim outras possibilidades da Guerra Farroupilha, destacando a participação daqueles que não tiveram voz ativa e permaneceram no anonimato. Dessa forma, podemos notar que, acima de tudo, a narrativa de *A ferro e fogo* mostra-se preocupada em representar os dramas humanos vividos pelos imigrantes, como a arregimentação forçada, as humilhações perante os luso-brasileiros, as desgraças dos combates, enfim, o pouco valor dado à vida humana perante os interesses da classe dominante, nesse caso, os estancieiros.

Em Porto Alegre, após sua retomada, a cidade vive uma verdadeira caça às bruxas. Cada vez mais “homens eram empurrados, recebiam coronhadas, eram tangidos como reses para a beira do rio”, todos para a Presiganga, alguns desses “bem trajados e empertigados [...], empurrados como negros escravos” (2008, p. 55). Entre esses prisioneiros bem apresentáveis estava o inspetor José de Almeida Braga, que prestou vários favores a Gründling. Este, vendo a cena, limita-se apenas a acenar, não se opondo à prisão, já que aquele havia perdido o seu cargo público por apoiar os rebeldes e dessa maneira não possuía mais serventia.

Já na colônia, Juliana entristecia-se, dizia que “isso até parece castigo dos céus, [...] a guerra era entre irmãos, gente do mesmo sangue, vindos da mesma terra” (2008, p. 72). Na figura de Juliana notamos as personagens comuns do evento, o que não significa que não

possuíssem ideais, mas, sim, que não estavam dispostas a levá-los a tais proporções, acima da própria vida humana. Para personagens como Juliana, a guerra era algo cruel e descabido. Por outro lado, a necessidade por produtos industrializados era grande e os republicanos sitiavam Porto Alegre, não deixando passar alimentos para a capital. Por sua vez “o governo resolveu não mandar mais nada para a colônia, diz que não se deve mandar abastecimento para o inimigo.” (2008, p. 113). Jean Roche também explica sobre esse momento da colônia, argumentando que “as devastações causadas pelas operações paralisaram, de certo modo, seu desenvolvimento econômico”, e que apenas com o cessar do conflito, “a prosperidade voltou a elas, maior mesmo que antes de 1835”. Ele conclui que “a Guerra Farroupilha foi para São Leopoldo um catalisador da produção agrícola e artesanal” (1969a, p. 17), o que ocorre após o conflito.

Philipp também não aparecia mais em casa porque seguia em guerra. Republicanos e legalistas continuavam seus saques e o jovem Schneider reclamava, argumentava que “qualquer dia um fazendeiro daquela região ia aparecer para cobrar o seu gado que estava sendo abatido” (2008, p. 89). Catarina, desesperada, pergunta a Gründling sobre notícias de seu filho, e este pensa que ela bem sabia que o menino “andava metido na guerra dos homens, de soldados e de bandidos”, e também conhecia as “histórias de degolas e fuzilamentos, soldados pendurados em galhos de árvores, sangrando como ovelhas” (2008, p. 94), tendo dessa forma motivos para se preocupar com sua segurança. Mais tarde Philipp fora preso na Presiganga, sendo libertado graças à interferência de Gründling, o qual subornou o capitão que tomava conta do cativo em troca da libertação do garoto. Philipp saiu de lá “magro, ar sonolento, roupa em petição de miséria, a pele encardida, rosto ferido” (2008, p. 109). Mesmo assim, após passar determinado tempo com a sua família, o jovem resoluto acaba retornando a guerra.

Essa representação de imigrantes engajados no conflito de forma determinada não é exclusividade de Philipp. Outras personagens também possuem essa característica, na qual percebe-se “o desejo de não serem considerados estrangeiros”, visto que “havia alemães, lutando uns contra os outros, em defesa de diferentes posicionamentos políticos, o que comprova a participação efetiva nas questões políticas relevantes, desfazendo a alteridade do ponto de vista da nacionalidade, para transferi-la ao plano político e social.” (SCHREINER, 1996, p. 97). Assim, nota-se a aceitação dos imigrantes para com a sua nova pátria, já que esses começam a interagir com as lideranças locais em busca de direitos e posições dentro do império, conformando-se de certa maneira com a sua vida em uma nova terra.

Em seu último combate na Guerra Farroupilha, Philipp nota que os soldados com quem lutaria “eram diferentes de quase todos os outros que conhecera, vestiam fardas e não trajas civis, as golas vermelhas, seus comandantes com dragonas vermelhas e douradas, lanças ostentando bandeirolas com cores do império, cavalos bem aperados”. Em contrapartida, “seus companheiros pareciam um bando de maltrapilhos” (2008, p. 146). O grupo com o qual Philipp se deparara fazia parte das tropas do Barão de Caxias, que eram formadas em sua maioria por soldados e não mais por gente mal armada e arregimentada de qualquer forma. Antes de o combate propriamente dito começar, Philipp recorda-se de sua captura junto a Oto Heise e do que lhe fora contado pelo soldado Gottlieb sobre o fim do major: “fora tirado da Presiganga, passara por vexames e depois fora jogado às águas do Guaíba com as mãos amarradas às costas.” (2008, p. 143). Na maior parte das obras historiográficas, conta-se que “Heise morreu afogado ao cair de um barco no Guaíba, à altura de Pedras Brancas”, porém, “para complicar o providencial afogamento, seu corpo não foi encontrado” (FLORES, 1995, p. 50). Divergindo de certa forma com a maior parte das obras historiográficas, Josué Guimarães constrói uma versão possível do que possa ter realmente ocorrido com Oto Heise, já que com tantas acusações pesando contra ele, o mais “prático” para o governo imperial era livrar-se de uma vez por todas do incômodo estrangeiro.

Nesse combate contra o Barão de Caxias, que seria um dos últimos da Guerra dos Farrapos, Philipp sofre um grave ferimento, vindo a desmaiar. Nesse momento há no romance um salto cronológico e a narrativa encontra-se na tomada de São Borja por Estigarriba, durante a Guerra do Paraguai, quando Philipp desperta após sofrer outro ferimento.

Assim, Josué Guimarães, valendo-se de Philipp como um representante do grupo dos imigrantes alemães e de seus descendentes que se envolveram na guerra civil, representa o estrangeiro em busca de aceitação e reconhecimento em sua nova pátria, tentando demonstrar em conflitos como a Guerra Farroupilha o seu valor para a sociedade. No entanto, como bem notamos, esse reconhecimento não surge de imediato e nem em definitivo, já que tanto legalistas quanto republicanos restringiram ao máximo a participação dos alemães em suas facções e o que fica de saldo para os germânicos resume-se ao ônus de um período conturbado.

### 4.3 A Guerra do Paraguai e os alemães

A Guerra do Paraguai foi sem dúvida alguma o maior conflito armado envolvendo o Império brasileiro. Ocorrida entre 1864 e 1870, a guerra colocou Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, que juntos formaram a Tríplice Aliança, contra o vizinho Paraguai. Segundo Hobsbawn (1979, p. 96), um dos motivos que levaram o Paraguai à guerra está relacionado ao posicionamento dos povos indígenas, que ainda resistiam ao estabelecimento dos europeus de maneira efetiva e em larga escala, e graças à organização jesuíta que os precederam, os paraguaios mantinham-se fora da esfera do mercado mundial. No entanto, essa resistência à influência europeia e a sua economia fez com que potências capitalistas como a Grã-Bretanha pressionassem o império brasileiro a tomar providências, a fim de subordinar o Paraguai a sua esfera de influência. Várias medidas foram tomadas, porém a mais drástica foi “o bloqueio naval do rio da Prata pela Marinha Real em meados da década de 1840” (BETHELL, 1995, p. 276), cortando dessa forma o acesso dos paraguaios ao mar. Com essa atitude tomada pelo império brasileiro, o governo paraguaio não viu outra solução que não fosse o confronto armado, e, sob o comando de Solano López, acaba entrando em guerra contra os vizinhos.

O resultado foi desastroso e estima-se que aproximadamente 80% da população jovem do Paraguai sucumbiu no conflito. De acordo com Mota (1995, p. 244), essa guerra foi “a mais sangrenta do século XIX”, pois foi responsável por “uma chacina em larga escala, uma hecatombe demográfica, um genocídio, inclusive no final, com o que restou do exército paraguaio cheio de crianças, um cataclisma que desequilibrou o Império” (MOTA, 1995, p. 244). Além disso, a guerra trouxe como consequência uma nova configuração histórica, não apenas para o Brasil, mas para toda a América do Sul.

Na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Jean Roche inicia a explicação desse evento argumentando que ele “começou com a vitória naval aliada de Riachuelo, mas um corpo do exército paraguaio invadiu o Oeste do Rio Grande e apoderou-se de São Borja a 10 de julho de 1865, de Itaqui a 17 de julho, de Uruguaiana a 5 de agosto.” (1969a, p. 19).

Em *A ferro e fogo*, o romancista parte do mesmo ponto que o historiador, utilizando-se mais uma vez de Philipp como um representante do grupo dos germânicos envolvidos nos conflitos sul-brasileiros no decorrer do século XIX. Após um lapso de tempo entre um ferimento na Guerra Farroupilha e outro na Guerra do Paraguai, Philipp, agora não mais um menino, mas sim um homem de quarenta e seis anos e com patente de tenente, acorda desnortado, sendo informado por Ziedler, seu companheiro, que “Estigarribia chegara de

surpresa, a praça de São Borja caíra, mas o coronel Menna Barreto ainda tivera tempo de evacuar os seus homens, não havia como resistir”. Se ninguém morreu, foi graças aos paraguaios “se interessarem mais no saque do que no inimigo.” (2008, p. 150).

Dessa maneira, nota-se que temos um panorama mais completo do evento no plano do romance, no qual Josué Guimarães aponta o *modus operandi* do exército paraguaio, representando e denunciando mais uma vez que a desordem e a falta de disciplina reinava nos exércitos e que a promiscuidade era comum entre os soldados. Gründling, agora engajado no exército imperial, demonstra-se enfadado com Estigarribia e suas ações, comentando a seus companheiros que “esse porco saqueou a praça de São Borja, vem logo depois e nos corre de Itaquí como se a gente fosse índio como eles.” (2008, p. 153). Por meio desse comentário de Gründling, começa a construção da imagem de Estigarribia na ficção, o qual, como grande parte dos militares e oficiais apresentados em *A ferro e fogo*, mostra-se um homem sem leis, carregado de características negativas. Enfim, na concepção do romancista, Estigarribia simboliza mais um bandido protegido pelos poderes constituintes do que um herói, uma “alegoria da tirania política” (BARBIERI, 1997, p. 33) da época narrada.

Na representação dessa guerra, o romance segue cronologicamente em paralelo com a obra histórica de Roche. Na narrativa, as personagens envolvidas no conflito não têm controle algum sobre os acontecimentos que se desenvolvem e apenas são levadas pelo fluxo da história. Dessa forma, como representantes do sujeito “comum”, como quer Lukács, seguem “problematizando os seus mundos de forma verossímil” ((BOCCHESE; ARENDT, 2011, p. 137) e denotam um cosmo mais “vivo” e “real” quando em comparação com a obra histórica. Isso ocorre porque, como já apontado por Santos em seu estudo sobre *A ferro e fogo*, o “conhecimento histórico não tem resolvido satisfatoriamente sua relação com o tempo” (1997, p. 55), visto que essa ciência está permanentemente submetida à astúcia da razão, não admitindo a parte imaginativa, a partir da qual o romance se constrói e com a qual preenche as lacunas deixada pela primeira.

Na descrição histórica, Roche explica que o exército paraguaio, após atingir Uruguaiana, não pode “agir em ligação com o partido *blanco* uruguaio, foi logo cercado em Uruguaiana pelos Aliados, na realidade, pelos rio-grandenses, graças aos quais o Imperador D. Pedro II, que veio então ao Rio Grande pela segunda vez, recebeu a rendição dos paraguaios.” (1969a, p. 19). Assim, o território rio-grandense fica livre das tropas paraguaias, o que acabaria levando o conflito para fora das fronteiras imperiais e, nas palavras do historiador, à segunda fase dos combates.

No que diz respeito a essa passagem, Josué Guimarães também representa em seu romance a chegada do monarca à Uruguaiana, mas enfatiza a sua revolta aos soldados alemães. A primeira referência à liderança histórica durante a guerra ocorre por meio de Gründling, em resposta ao questionamento de Philipp, que não sabia o que era tamanha movimentação no acampamento. Gründling explica que “os homens do 16º Corpo de Voluntários da Pátria podem e devem sentir-se orgulhosos. Está chegando o Imperador D. Pedro II e com ele a sua comitiva.” (2008, p. 173). Os soldados, assim como Philipp, não deram tanta importância ao fato, apenas alegraram-se por terem ganhado uniformes novos, certamente dados para causar boa impressão ao Imperador e elevar o moral das tropas. Todavia, o que realmente os preocupava era quando iriam invadir a cidade sitiada.

Essa preocupação faz parte da “construção objetiva do mundo exterior, da revelação dos mecanismos sociais e psicológicos que regem as alegrias e as tragédias dos seres” (GONZAGA, 1988, p. 17), o que transparece no romance tanto por meio das personagens criadas pelo romancista, como também por aquelas retiradas da história, como o caso de Von der Oye<sup>25</sup>. Este não esconde a sua irritação com apertos de mão e apresentações: “ninguém nos diz quando vamos atacar esses paraguaios que se encastelaram em Uruguaiana, que adianta plantar barraca aqui desta distância, ficar olhando o inimigo através dos binóculos?” (2008, p. 173). Gründling pede calma a ele e, ao fazer isso, demonstra a estratégia tomada pelos militares da Tríplice Aliança para a tomada de Uruguaiana quando explica que os paraguaios “estavam lá em baixo consumindo toda a comida e mesmo que ninguém atacasse terminavam por hastear uma bandeira branca”. Também chama atenção para o fato de haver “barcos cortando o rio, na outra margem argentinos, aqui brasileiros e uruguaios” e por serem “mais de quinze mil homens”, enquanto os inimigos não possuíam “mais do que cinco ou seis mil. [...] eles estão perdidos e nossos generais sabem disso” (2008, p. 174).

Nesse momento a narrativa segue cronologicamente o tempo histórico, visto que o cerco a Uruguaiana durou pouco mais de dois meses e ocupa muitas páginas no romance em comparação a outros episódios. Na representação desse período, Josué Guimarães passa a dar maior enfoque à presença do monarca junto às tropas aliadas, articulando-o indiretamente com outras lideranças históricas e se atendo às atividades do dia a dia. Por exemplo, o narrador anota que, à noite, o “imperador recebia para o jantar os comandantes Mitre, Flores e

---

<sup>25</sup> Rudolph Schimmelpfening von der Oye foi um Brummer – alemão contratado pelo império com fins militares – que lutou contra Rosas na Guerra do Prata em 1851. Estabelecido posteriormente no país, acabou engajando-se na Guerra do Paraguai e participou de várias batalhas, entre elas a de Tuiuti e a de Boqueron.

Paunero, cercado de nobres e de chefes de Estado-Maior” (2008, p.180), enquanto “três exércitos, com mais de quinze mil homens bem armados, continuavam ali amarrados, indecisos” (2008, p. 181). Essa espera leva os soldados a serem tomados por um sentimento de ansiedade e angústia.

O romancista representa também o estado de miséria em que se encontravam os soldados paraguaios, mas sem criar nenhuma nova personagem para abordar esse aspecto do conflito, utilizando-se de Philipp para esse fim. De maneira secreta, Philipp e seus amigos Ziedler, Franzen, Barth e Shann vão averiguar o estado das tropas inimigas com o intuito de informar a situação aos seus comandantes e encorajá-los a atacar. Porém, ao chegarem lá, as coisas não saem conforme o planejado, pois logo são notados e capturados pelos piquetes paraguaios. Encaminhados para a praça da cidade, acabam sendo amarrados por “soldados maltrapilhos e famintos”, os quais “revistavam os seus bolsos, na certa buscando um pedaço de pão, um naco de charque ou algo para mastigar” (2008, p. 189). Ziedler, observando o panorama da situação, comenta a seu companheiro que os soldados estavam todos “a morrer de fome, nem botinas eles tem mais, bastava acenar lá de longe com algumas costelas gordas” que eles acabariam por se render. Philipp complementa essa observação acrescentando que não era apenas de fome que eles pereciam, já que após ver muitos corpos sendo retirados das casas e levados a uma cova coletiva no cemitério, chegou à conclusão de que eles também estavam “morrendo de cólera” (2008, p. 190).

Durante esse tempo em que Philipp e seus amigos ficam amarrados na praça aguardando os seus respectivos fuzilamentos, presenciam outros momentos representativos. Em certa ocasião “ouviram um tiro [e] viraram-se assustados”, notando que “um cavalo magro dobrou os joelhos e caiu lentamente por terra, sangrando na cabeça. Vários soldados caíram sobre o animal ainda vivo e começaram a tirar-lhe o couro com afiadas facas, todos exímios carniceros”. Ziedler, indignado com tal cena, comenta que os soldados paraguaios sitiados estavam “liquidando com o que sobrou da cavalhada roubada em São Borja e Itaquí, miseráveis” (2008, p.196). Quando o dia começa a amanhecer, Philipp mostra-se entristecido pela sua situação e a de seus amigos, pois acreditava que as tropas da Tríplice Aliança iriam “atacar depois que toda essa gente miserável tenha morrido de fome” (2008, p. 190). Isso seria uma pena, já que iriam padecer “debaixo dos olhos de mais de quinze mil homens bem armados” (2008, p. 189-190), seus aliados, que simplesmente não avançavam. Nesse momento podemos notar a busca do romancista pelo histórico, na medida em que Josué Guimarães enfatiza na trama a data exata para traçar o evento que ocorreria naquele mesmo

dia. Isso acontece quando Barth pergunta a Philipp “se estavam no dia 16 de setembro” e este responde que não. Tratava-se da madrugada do dia 18, data na qual ocorreu o fim do cerco de Uruguaiana e a rendição das tropas paraguaias.

Para Philipp, esse acontecimento parecia um sonho porque justamente no momento em que seriam fuzilados ele nota na linha do horizonte que “batalhões iniciavam pelas pontas um avanço lento, as baterias chegavam ao alto puxadas por parelhas de cavalos, os quais eram logo desatrelados e seus homens tratavam lépidos de instalar as peças”. Enquanto isso, os soldados paraguaios assustados iam “fugindo da cidade sitiada, em meio a gritos e ordens confusas” (2008, p. 198). A cidade foi finalmente libertada e “os soldados vencidos foram obrigados a desfilar perante os oficiais aliados e caminhavam um a um, como se não fossem soldados, mas mendigos, numa procissão que não acabava mais”. Devido à demora desse procedimento, “o imperador resolveu entrar na cidade enquanto os oficiais inferiores assistiam ao desfile dos paraguaios prisioneiros” (2008, p. 201). Essa atitude também é seguida por Gründling, o qual fica chocado ao ver “uma Uruguaiana arrasada, milhares de paraguaios morrendo de cólera e de tifo, as casas saqueadas” (2008, p. 200). Ele conclui dizendo aos seus companheiros que aquela “foi uma vitória sem heroísmo.” (2008, p. 202).

Nesses excertos podemos perceber que a narrativa de Josué Guimarães centra-se no cotidiano mesquinho dos eventos, apresentando desde as coisas mais banais, como as relacionadas à alimentação, até questões mais complexas, como os sentimentos vividos pelos combatentes, entre os quais prevalece a ansiedade pela batalha. Representa também de maneira coerente os seus líderes, não sendo estes tratados em nenhum momento como grandes heróis, mas, sim, como figuras comuns usufruindo de seus elevados posicionamentos. Esses permanecem constantemente envolvidos em jantares e outros eventos sociais, como se estivessem não em um campo de batalha engajados em uma guerra de tamanhas proporções, mas, sim, em uma corte pomposa, com todos os seus luxos e regalias. A tudo isso o romancista ainda alia o estado miserável em que os paraguaios encontravam-se, que além de famintos e com roupas aos trapos acabaram contraindo cólera e tifo devido à falta de higiene. Sem medicamentos nem condições de tratamento, acabaram morrendo aos milhares.

Dessa maneira o romance histórico de Josué Guimarães pode desconstruir a imagem exaltada do evento e de suas lideranças, cujas narrativas históricas enaltecidas fazem parte do processo de construção do nacionalismo e da identidade nacional, em que se faz necessária a invenção do povo e de seus heróis. O romancista procura mostrar, como ele mesmo afirma, que “por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito

mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão combates.” (GUIMARÃES, 1988, p. 8). Segundo o romancista, “há muitos heroísmos por aí motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio” (GUIMARÃES, 1988, p. 8). Em outras palavras, muitos desses heróis nacionais não foram tão heróis assim, visto que apenas agiram segundo os seus interesses pessoais, sem dar importância alguma ao coletivo que os cercava. Se chegaram ao patamar da idolatria foi graças a construções artificiais a partir de discursos com interesses escusos.

Após a libertação de Uruguaiana, a guerra avança com o que Jean Roche considera ser a sua segunda fase, a qual passa a ser disputada fora do território rio-grandense. De acordo com o historiador, ela caracteriza-se “tanto pelos sucessos aliados como pelas façanhas dos soldados e chefes rio-grandenses, pois gaúchos e colonos se haviam alistado, lado a lado, nos regimentos ou nas baterias, cujas bandeiras foram solenemente depositadas na catedral de Porto Alegre em 1870” (1969a, p. 19). Importante destacarmos que essa informação também chamou a atenção do romancista, pois no exemplar de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* encontrada no Acervo Josué Guimarães pode-se notar uma marcação na lateral desse trecho, assim como um sublinhado abaixo da data, como se pode observar no anexo 14.

Esses contínuos sucessos e avanços estão presentes também na ficção. No entanto, eles recebem um tratamento diferente em relação à obra histórica. Como os soldados brasileiros foram submetidos aos mais diversos sofrimentos em sua perseguição a Solano López, o romancista faz questão de destacar essas experiências da guerra, dotando de sentido “humano” ações que geralmente são apresentadas apenas do ponto de vista do movimento de tropas. O primeiro dos dramas sofridos pelos combatentes na segunda fase do conflito consiste em enfrentar a infestação de insetos e as doenças de pele. Philipp, indignado com a situação, joga a sua roupa sobre Ziedler e diz a ele para observá-la, pois ela está “crivada de piolhos e de bichos”. Ele argumenta ainda que aquilo “virou um inferno, já não somos gente, tenho os braços e as pernas picadas por pulgas do tamanho de um percevejo, os percevejos são do tamanho de baratas”, e, ao esticar o braço, enfatiza: “vejam aqui debaixo da pele: são bichos, nem sei o nome deles. A pele chega a sangrar quando se coça e comicha como agulhas de fogo” (2008, p. 210). Outro mal que afligia os combatentes era “bicho-de-porco debaixo das unhas”, que se manifesta nos imigrantes alemães Philipp, Haefner e Hoher, os quais explicam que “os miseráveis formam umas bolsas cheias de filhotes e se alimentam de pus” (2008, p. 224).

Por meio dessa situação, em que se destacam as amarguras das personagens, o romancista mais uma vez representa os infortúnios da guerra e a falta de glórias por trás dos eventos. Philipp começa a sofrer cada vez mais com os insetos, sendo aconselhado a ir à enfermaria, coisa que não faz. Sentindo-se constrangido, comenta que “é de morrer de vergonha se essa coisa vai adiante e termino recebendo um monte de terra por cima, morto pelas muquiranas na frente de batalha do Paraguai”. Se assim ocorresse, o governo enviaria “uma bonita medalha para a família, mais um dos que deram a vida lutando contra as pulgas, os piolhos e os bernes dos pantanais de Curupaiti” (2008, p. 219). Assim, a brincadeira de Philipp sinaliza algo mais sério, ou seja, que além de atos de bravura e coragem existem as agruras de um soldado que enfrenta um ambiente hostil. Nesse cenário, os insetos e as doenças podem representar um inimigo maior do que os soldados paraguaios.

Além das doenças causadas pela infestação de insetos, outras enfermidades começam a aparecer no lado da Tríplice Aliança. Uma delas trata-se da febre amarela. Para os soldados se hidratarem, precisam beber água parada nas fontes disponíveis. Em certo momento Philipp comenta que “passavam a mão por cima para tirar um pouco do limo e depois enfiavam a boca naqueles ninhos de ovos de mosquito da febre amarela”. Shann complementa argumentando que “o resultado é que há centenas deles a queimar de febre tifoide, de desinteira, [...] é um horror ver esses infelizes estrebuchando” (2008, p. 211).

Philipp, sempre representado como imagem reduzida do grupo dos alemães envolvidos no conflito, acaba contraindo essa doença. No romance, o narrador realça os sintomas e o flagelo de um soldado que se torna vítima da febre amarela. Philipp apresenta todos os sintomas da doença e sente-se envergonhado com a disenteria. Para tentar atenuar a sensação de constrangimento, seu amigo avisa que “a diarreia já atacou mais da metade da tropa” (2008, p. 225). Em seguida, Philipp é levado à Ilha do Cerrito, onde havia “um hospital improvisado para eles.” (2008, p. 226). Esteve “entre a vida e a morte por mais de dois meses” e passa “quase quarenta dias de vômitos” (2008, p. 238), alimentando-se apenas de caldos, até que se recupera e retorna aos campos de batalha ao lado de seus companheiros.

Os combates também são representados durante a obra, porém com menor enfoque na ação, servindo mais para complementar a dramaticidade do evento. Nesse caso, parece importar mais ao romancista os dramas que as personagens enfrentam no contexto dos movimentos da guerra, relacionados a doenças e alimentação precária, do que nas batalhas em si. Em outras palavras, cenas de confrontos que fatalmente levariam a atos de heroísmo são preteridos por situações de dor e angústia antes mesmo da luta. Alguns dos poucos momentos

que a narrativa volta-se para os combates ocorre quando os soldados, desesperançosos, notam que o conflito “vai longe, que agora é guerra na casa do inimigo, eles conhecem o terreno a palmo e cada mendigo de rua é um aliado, por mais comida que você lhe dê” (2008, p. 222), ou no momento em que Philipp vê seus amigos morrendo durante os confrontos.

Portanto, se há atos de heroísmo, esses são de pouca relevância, voltados a acentuar a luta pela sobrevivência. Steuben, por exemplo, foi citado por ato de heroísmo porque “agarrou uma granada acesa que havia caído entre a peça que comandava e uma outra da Primeira Bateria, jogando-a para fora da amurada. Explodiu três segundos depois que saiu de suas mãos”. No entanto, von Steuben diz a seus amigos que “não fiz por heroísmo, se deixasse a granada ali ela terminava por explodir e matar aqueles rapazes e a mim também.” (2008, p. 211).

Bem podemos notar nessas passagens que, como afirma Bocchese e Arendt (2011, p. 137), as referências históricas que fazem parte do romance compõem o pano de fundo da ficção em *A ferro e fogo*. O romancista utiliza-se delas no intuito de criar a ambientação e, por meio desta, possa representar os dramas vividos pelos oprimidos, os que não tiveram voz e nem vez e aos quais não restou nenhuma glória. Assim, a narrativa apresenta outra perspectiva do mesmo evento histórico, já que a história tradicional costuma reproduzir apenas a versão dos vencedores, das elites, as quais idealizam os feitos heroicos a partir de discursos carregados de intenções.<sup>26</sup> Para os integrantes desse grupo são dirigidas as glórias e as homenagens da guerra. Seus nomes acabam eternizados em placas de ruas e seus bustos enfeitam as praças. Nas palavras de Santos, *A ferro e fogo* permite “o resgate da versão não oficial e a atribuição de voz às camadas populares, que participaram do evento sem, contudo, emitir seu posicionamento, sua compreensão sobre ele.” (2009, p. 42). Assim, os eventos históricos são representados no romance pelo avesso da história, na medida em que Josué Guimarães busca o lado contrário do evento para desenvolver a sua narrativa.

A glorificação do evento também está em xeque na ficção. Ao término do conflito, quando as tropas brasileiras chegam pela manhã à capital gaúcha, há uma excitação inicial. Philipp nota que “Porto Alegre inteira estava nas ruas, centenas de bandeiras imperiais eram

---

<sup>26</sup> Como contraponto à história tradicional, surge nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a nova história cultural, a qual busca dar voz aos oprimidos através da utilização de expressões culturais como fontes de pesquisa, tais como a música, a arte e a própria literatura, não mais baseando-se unicamente em documentos “oficiais”. O próprio romance histórico, segundo Jameson (2007, p. 185), contribuiu para formação da nova história cultural, já que esse gênero iniciou a releitura “polêmica [...] dirigida contra as antiquadas histórias narrativas sobre reis e rainhas”.

agitadas com entusiasmo, a cavalaria vencia o caminho com dificuldade, os animais espantados desfaziam o alinhamento precário” (2008, p. 256). Porém, à noite, após jantar com seu irmão, vai se deitar e por um momento fica “afofando o travesseiro com as mãos, alisando os alvos lençóis e pela sua cabeça desfilaram todos aqueles bons companheiros que ficaram para trás [...], quando assoprou a chama do lampião, dormiu logo, como se fizesse aquilo pela primeira vez.” (2008, p. 258). Ou seja, tudo que Philipp almejava após presenciar três conflitos, participando diretamente de dois, era poder ter uma noite tranquila de sono e encontrar a paz, a qual foi a sua única recompensa por tanto sofrimento, uma retribuição singela para tamanho ônus, já que teve que abandonar a sua casa, seus filhos e sua esposa. Ele não viu suas crianças crescerem e nem seus pais envelhecerem. Encontra-os velhos, seu pai sofrendo de seus antigos traumas e sua mãe à beira da morte.

Para Philipp, o retorno à casa não representa um sentimento de dever cumprido nem de glória pela vitória contra os paraguaios. Seu pensamento ocupa-se com os que sucumbiram em combate, grandes companheiros, lutando por uma causa que não era deles, dando as suas vidas pelos interesses do império e da burguesia. A personagem percebe também que praticamente toda a sua vida foi destinada às guerras. Ele possuía a falsa impressão de que lutava contra injustiças e que, dessa forma, poderia alcançar alguma glória e contribuir para a efetivação dos seus ideais ligados aos seus conterrâneos. No entanto, ao final de tudo, nota que nada disso ocorreu, e que além desses conflitos terem roubado a sua juventude e a sua paz, acabaram por afastá-lo de seus familiares por longos períodos de tempo. Assim, não pode ajudar nem a seus conterrâneos e nem a sua própria família.

## 5. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa podemos perceber parte do processo de criação de um importante romance histórico da literatura brasileira, *A ferro e fogo*, a partir de fontes de uma narrativa histórica, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche. Para grande parte da crítica literária, a obra de Josué Guimarães é a que melhor representa a imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul. Isso porque nela pode-se conhecer o panorama histórico sul-rio-grandense do século XIX, o qual, sem dúvida alguma, foi o mais conturbado na história do Estado, já que em um espaço temporal que abrange 45 anos – de 1825 a 1870 – vivenciou-se na região dois conflitos internacionais. O primeiro deles, a Guerra da Cisplatina, que se estendeu por três anos e resultou na criação da República Oriental do Uruguai, e o segundo, a Guerra do Paraguai, que foi o maior conflito armado ocorrido no território sul-americano, prolongando-se por cerca de seis anos. Também ocorreu entre o espaço de tempo que compreende esses dois conflitos uma guerra civil, a Revolta Farroupilha, que se arrastou por dez longos anos, estagnando dessa maneira a economia do Rio Grande do Sul e levando a maior parte da sua população à fome, à miséria e aos dramas de um conflito armado.

No romance, todos esses eventos são representados a partir da experiência do sujeito comum, que apenas reflete os efeitos da história, primeiro indicativo de que a obra de Josué Guimarães pertence ao gênero de romance histórico proposto por Georg Lukács. Além disso, para corroborar nossa afirmação, a narrativa depende em grande parte de pesquisa e de embasamento historiográfico, respeita a cronologia, aborda os eventos históricos sem distorcê-los, mantém as lideranças históricas em papéis secundários e apresenta as personagens segundo as características da época representada, sem carregá-las com heroísmo épicos, o que acaba garantido a sua historicidade. Essas características também distanciam *A ferro e fogo* da vertente latino-americana do romance histórico, a qual vale-se de paródias, carnavalizações e permite, ainda, anacronismos em sua trama.

Em *A ferro e fogo*, a imigração alemã que nasce da leitura de Josué Guimarães na obra de Roche afasta-se da história tradicional justamente pelo encantamento lírico que recria os dramas diários pela sobrevivência, uma luta anônima na tentativa de se estabelecer em uma terra inóspita, até então inexplorada, entre a mata fechada, os animais e os grupos indígenas que buscavam de maneira agressiva proteger os seus domínios. Na ficção, para muito além das estatísticas e descrição de eventos, os conflitos armados acabam rompendo e invadindo o

ambiente familiar, atropelando as vivências das personagens, traumatizando pessoas, arrastando filhos e maridos para as guerras e destruindo sonhos de um futuro promissor.

As lideranças históricas presentes no romance, ao contrário do que ocorre na narrativa histórica, são humanizadas com sentimentos e caráter. Despidas de qualquer ufanismo, os seus feitos passam a ser questionados. Dessa maneira, idealizações e epicidades são desconstruídas, ou pelo menos repensadas, de forma que o romance apresenta um retrato o mais próximo possível das experiências pessoais das lideranças quando comparadas à história oficial. Muitas vezes esta não quer ou não pode narrar a realidade dos líderes históricos, já que dessa forma deporia contra as ideologias pré-estabelecidas presentes na sociedade, mas a literatura tem essa liberdade e Josué Guimarães aproveita-se desse recurso.

Os próprios conflitos armados, que são constantemente trazidos à tona pelos discursos – históricos e literários – como construções ideológicas e identitárias, são representados em *A ferro e fogo* sem nenhum louvor, visto que a elaboração do romance ocorre de maneira inversa à da historiografia idealizada. Nessa narrativa, o romancista busca apresentar aos seus leitores um panorama mais realista desses embates, expondo as brutalidades, as tragédias, os abusos de poder e os traumas proporcionados pelas guerras à população das classes subalternas.

A desvinculação entre a epicidade e a guerra ocorre de maneira efetiva durante a trama, como podemos notar nas personagens que participam de maneira direta desses eventos. Essas personagens, após sofrerem de diversos males no *front*, sejam esses diretamente vinculados ao conflito, como ferimentos por tiro ou fragmento de granadas, sejam indiretamente relacionados, como o caso das doenças infecciosas e das infestações de insetos, não sentem satisfação e nem se orgulham de seus feitos, uma vez que findado o confronto não encontram nenhuma glória. Elas não possuem nem o sentimento de dever cumprido, pois os horrores vivenciados durante os períodos conturbados voltam constantemente à mente, o que proporciona traumas que são carregados por elas por toda as suas vidas.

As personagens dessa obra também possuem características marcantes, cada uma delas com personalidades próprias, que buscam maneiras diferentes de encararem a nova realidade, seja por meio da alienação, da religião ou do trabalho, de tal forma que todas batalham para deixar a sua antiga condição de excedente populacional e buscar de alguma maneira a ascensão em sua nova pátria. Se existe algum heroísmo na obra, é justamente esse, de lutar a ferro e fogo contra um ambiente hostil em um período conturbado, buscando um futuro melhor para si e para as suas famílias.

No contexto social representado, as personagens são caracterizadas por regionalidades ligadas ao pampa e ao gaúcho, ao mesmo tempo em que ainda preservam os costumes trazidos da Alemanha. Por meio do contato entre grupos diferentes, dá-se o processo de aculturação das personagens, o qual nem sempre acontece de maneira espontânea, visto que em alguns casos a necessidade do momento acaba obrigando os imigrantes a se adaptarem ao novo ambiente.

Para assegurar a verossimilhança de sua obra, o romancista busca em um primeiro momento fazer levantamento de época por meio de revistas, jornais e sobretudo na historiografia tradicional, anotando e sublinhando os assuntos que serão abordados e as lideranças históricas que farão parte da obra. A partir dessas informações, o escritor ressignifica os eventos históricos no plano da ficção, em um processo de criação que nasce nas fontes primárias para tomar outras proporções na representação literária. Esses dados, como demonstramos, têm origem na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, obra que ainda hoje figura entre as mais citadas acerca do tema e que, como observamos, teve forte influência na criação de *A ferro e fogo*, não apenas pelas passagens que se entrecruzam, mas também pelo fato de que no exemplar da obra pesquisada no Acervo Literário Josué Guimarães existe uma dedicatória que indica o reconhecimento recíproco entre os dois escritores.

Esse material, como apontamos nesta pesquisa, serve para fortalecer a verossimilhança da ficção, e, por meio dela, garante-se a historicidade do romance. Essa historicidade nada mais é do que a representação dos eventos reais e das lideranças históricas existentes, porém, sem a obrigatoriedade científica da história de retratá-los “exatamente” conforme ocorreram. As próprias imagens contidas na obra de Roche, como apontamos no subcapítulo 3.3, também serviram como material para garantir essa verossimilhança no romance, uma vez que a partir delas o romancista pode ter uma noção mais clara das questões ambientais e arquitetônicas da região de colonização alemã. Dessa maneira, Josué Guimarães pode representar de maneira mais próxima à realidade o ambiente da colônia em seu romance histórico.

Essa historicidade buscada pelo romancista na narrativa histórica assegura certa “credibilidade” a sua obra, para a partir disso empregar as suas denúncias em relação a eventos geralmente ocultados pela historiografia. No discurso literário que de alguma forma dialoga com a obra de Roche, Josué Guimarães proporciona uma releitura da história que contempla suas próprias interpretações, estabelecendo dessa maneira o seu discurso no imaginário histórico social.

Dessa forma, em *A ferro e fogo*, fica claro o posicionamento de Josué Guimarães, que busca no discurso literário dar voz aos oprimidos e àqueles que foram silenciados pela historiografia tradicional, a qual em grande parte das vezes registra os eventos a partir dos olhos da classe dominante da época de sua escrita. Assim, como leitor de Jean Roche e de outros capítulos da história, e com a capacidade de reinterpretar o apreendido, o autor demonstra um outro lado da história da imigração alemã, não tão nobre e glorioso como muitas vezes busca-se crer, mas mais humano e trágico.

Considerando as questões abordadas, fica evidente a importância da história na construção dessa obra ficcional, assim como em todas de seu gênero, pois sem ela o romance não seria possível, já que ele se concretiza sobre alicerces historiográficos, sem os quais a obra e as suas denúncias não se sustentariam. Porém, a importância da história representada no romance não está nos diversos trechos em que ambas as narrativas se afirmam ou se contradizem, mas, sim, onde a obra literária complementa a histórica, resignificando o passado. Nessa relação reside os interesses do romancista em representar um determinado período, cuja narrativa, quando próxima de uma obra da história oficial – como *A ferro e fogo* e *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* –, completa-se com as ressonâncias da historicidade.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

AQUINO, Ivânia Campigotto. A ferro e fogo: elementos fundamentais do gênero romance na forma e no conteúdo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo*, v. 6, n. 2, p. 237-261, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. A literatura e a formação do estado em A ferro e fogo: narrativa da imigração. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1660-1672, set./dez. 2011.

ARAÚJO, Tiago Gomes. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. 2012. 283 f., Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BARBIERI, Terezinha. Colonização a ferro e fogo. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 27-37.

BETHELL, Leslie Michael. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, maio/ago. 1995.

BOCCHESE, Marcell. ARENDT, João Cláudio. Sobre cabarés, figurões e prostitutas em A ferro e fogo I, de Josué Guimarães. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p. ??, jan./jun. 2011.

BORDINI, Maria da Glória. *Acervos e história da literatura: a fonte primária na escrita dos eventos*. [199-?]. Disponível em: <[http://www.ppgl.ufpa.br/historia\\_da\\_literatura/maria\\_bordini.php](http://www.ppgl.ufpa.br/historia_da_literatura/maria_bordini.php)>. Acesso em: 27 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. (Org.). *As pedras e o arco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os acervos de escritores sulinos e a memória literária brasileira*. Patrimônio e Memória, UNESP, v. 4, p. 1-20, 2009.

\_\_\_\_\_. Memória literária e novas tecnologias. *Cadernos do centro de pesquisas literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 31-35, jun. 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 172- 191, Jan./Apr. 1991.

CHAVES, Flávio Loureiro. A história vista pela literatura. In: \_\_\_\_\_; BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura Regional: língua, história e literatura*. Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 9-18.

\_\_\_\_\_. *História e literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

ESTEVEES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FERREIRA, Pricilla de Oliveira. O romance histórico na literatura portuguesa contemporânea. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.1-18, jul./dez. 2009.

FIGUEIREDO, Vera Follain. *O romance histórico contemporâneo na América Latina*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://filipe.tripod.com/Vera.html>. Acesso em: 2 nov., 2015.

FLORES, Hilda Agnes Huber. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

GEVEHR, Daniel Luciano. Os (des)encantos da imigração alemã através da literatura: as memórias e as narrativas sobre os Mucker em Videiras de Cristal. *II Congresso Internacional de História Regional*. São Leopoldo, 2013, p.563-582.

GONZAGA, Sergius. A vitória do realismo. In: INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 15-17.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. 15. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. 10. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Quando... In: INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 3-8. Entrevista. (Coleção Autores gaúchos).

HELENA, Lucia. Josué Guimarães, o resgate da solidão. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 38-51.

HOBSBAWN, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOHLFELDT, Antonio. Uma perspectiva protestante da colonização do Rio Grande. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 65-73.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO *Autores gaúchos: Josué Guimarães*. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 3-8.

INSTITUTO Brasileiro de Florestas. *Bioma Pampa*. Disponível em: <http://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa.html>. Acesso em: 10 mai. 2016.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, mar. 2007, n. 77, p.185-203.

KÖLLN, Lucas André Berno. O romance histórico. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 179-184, 1. Semestre 2012.

LEENHARDT, J. PESAVENTO, S. J. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Trad. de Jasmin Reuter. Mexico: Ediciones Era, 1996.

\_\_\_\_\_. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Dileta Silveira. A posição de Josué Guimarães na literatura sulina. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 17-26.

MICHELS, Carmen. A ferro e fogo. Romance sobre os primeiros colonizadores alemães do Rio Grande do Sul – Narrado em tempo de solidão e de guerra por Josué Guimarães. *Humboldt*, Bonn, Inter Naciones, 1989. p.85.

MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias – a contribuição de Joaquim Norberto. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *As pedras e o arco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 119-198.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 243-254, 1995.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

\_\_\_\_\_. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. História e literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. In: *Revista História da Educação*, n.14, set.2003, p.31-45.

POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre, Movimento, 1974.

REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997.

RETTENMAIER, Miguel; REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. Josué Guimarães, um revisor da História. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 2, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2006.

RETTENMAIER, Miguel. Pesquisa literária e acervo: a maldição dos manuscritos. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 4, n. 2, p. 137-145, jul./dez.2008.

RIBEIRO, Lúcia Helena Marques. Fronteiras e pertencimento: a idéia de nação em O tempo e o vento, A ferro e fogo e Um castelo no pampa. *Identidade(s) latino-americana(s): os efeitos de uma herança e os novos desafios da sociedade atual*. Congresso humanidades, 2009.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969a. v. I.

\_\_\_\_\_. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969b. v. II.

ROMANI, Carlo. *A teoria da História, o romance histórico e a crise do realismo burguês*. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/a-teoria-da-historia-e-o-romance-historico-em-lukacs.html>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SANTOS, Elaine dos. LIPKE, Rose Rehbein. Literatura e história: representações da imigração alemã através de A ferro e fogo I – tempo de solidão. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira, vol. 3, 2009, p. 38-54.

SANTOS, Pedro Brum dos. A trama dos tempos: um conceito de história em *A ferro e fogo*. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 52-64.

SANTOS, Pedro Brum dos. Literatura e intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema, Vitória da Conquista*, Ano VII, n. 9, jan./jun. 2011, p. 283-303.

SANTOS, Volnyr. Josué Guimarães: uma visão crítica do mundo. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 135-145.

SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: vozes polifônicas na construção da imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Faculdade de Letras, UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Lageado, Santa Cruz do Sul: FATES, UNISC, 1996.

SERGIO, Antonio. Breve panorama do romance histórico brasileiro. *Semar*. Disponível em: <<http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao3/ArtigoAntonioSergio.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2015.

SILVA, Diogo César Nunes da. História Cultural, Literatura e Subjetividade: A realidade como construção dos sentidos. *AMPHU XXV Simpósio Nacional de História* – Fortaleza, 2009.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A Figura do Gaúcho e a Identidade Cultural Latino-Americana. *Educação*. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 2, v. 53, p. 263 – 281, maio/ago. 2004.

SPERB, Ângela et.al. Levantamento e apreciação da problemática de São Leopoldo no período de 1824-1889. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, n. 28, p. 4-66, 1974.

STÜBEN, Jens. Literatura regional e literatura na região. In: ARENDT, João Claudio; NEUMANN, Gerson (Orgs.). *Regionalismus – Regionalismos: subsídios para um novo debate*. Caxias do Sul: Educs, 2013. p. 36-73.

TOLSTÓI, Leon. *Guerra e paz*. Trad. de João Gaspar Simões. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850*. 1. Ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

WEISS, João. *Colonos na selva: conto de um emigrante como colono no sul do Brasil*. J. Weiss: Rio de Janeiro, 1949.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003. p.109-140.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O Desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. *Estudos Leopoldenses – Série História*, São Leopoldo, jul./dez. 1999.

BERND, Zilá. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: LENHARD, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História - ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

*CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. Tradução Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. Editado pelo Verband Deutscher Vereine, Porto Alegre: Typografia do Centro, 1924.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

\_\_\_\_\_. *Formas e sentidos*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Introdução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

EXPILLY, Charles. *La traite l'émigration et le colonisation au Brésil*. Paris: Guillaumin et Cie. Libraires, 1865.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; ANPUH/RS, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich, História da literatura: Fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura*. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996.

HUIZINGA, Johan. *The Task of Cultural History, in Men and Ideas*. America: Nova York, 1972.

HUNSCHE, Carlos H. *O Biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*: Província de São Pedro. Porto Alegre: A Nação, 1975

\_\_\_\_\_. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*: Província de São Pedro. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

\_\_\_\_\_. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004.

KLAJN, Elisa Maria. *Vidas a ferro e fogo um diálogo entre a história e a literatura*. Porto Alegre: Faculdade de Letras, PUCRS, 1999.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. 1ª Ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012.

OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v. 2.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. *Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)*. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PRADO JÚNIOR, Caio. Imigração e colonização. In: \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 183-191.

RETTENMAIER, Miguel. Josué Guimarães: escrever, ler, amar e transgredir. In: REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel; SILVEIRA, Regina da Costa. *Redes & Capulanas: identidade, cultura e história nas literaturas lusófonas*. Porto Alegre: Editora da UniRitter, 2009, p. 207-223.

SANTOS, Volnyr Silva dos. *Discurso e ideologia em Josué Guimarães*. Porto Alegre: Faculdade de Letras. PUCRS, 1983.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 273-313.

VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas: a República Riograndense*. Porto: Chardron, 1915. v. 2.

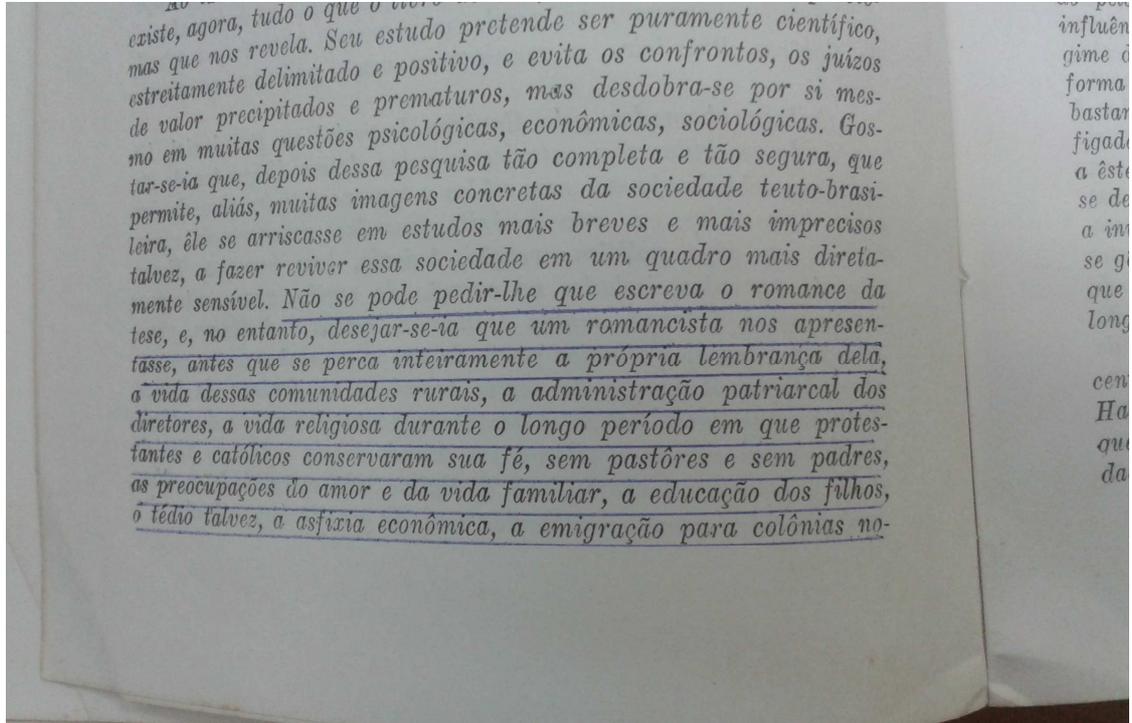
VAZ, Artur Emilio Alarcon; PÓVOAS, Mauro Nicola (Orgs.). *Literatura, história e fontes primárias*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao Sol: Estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul – Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

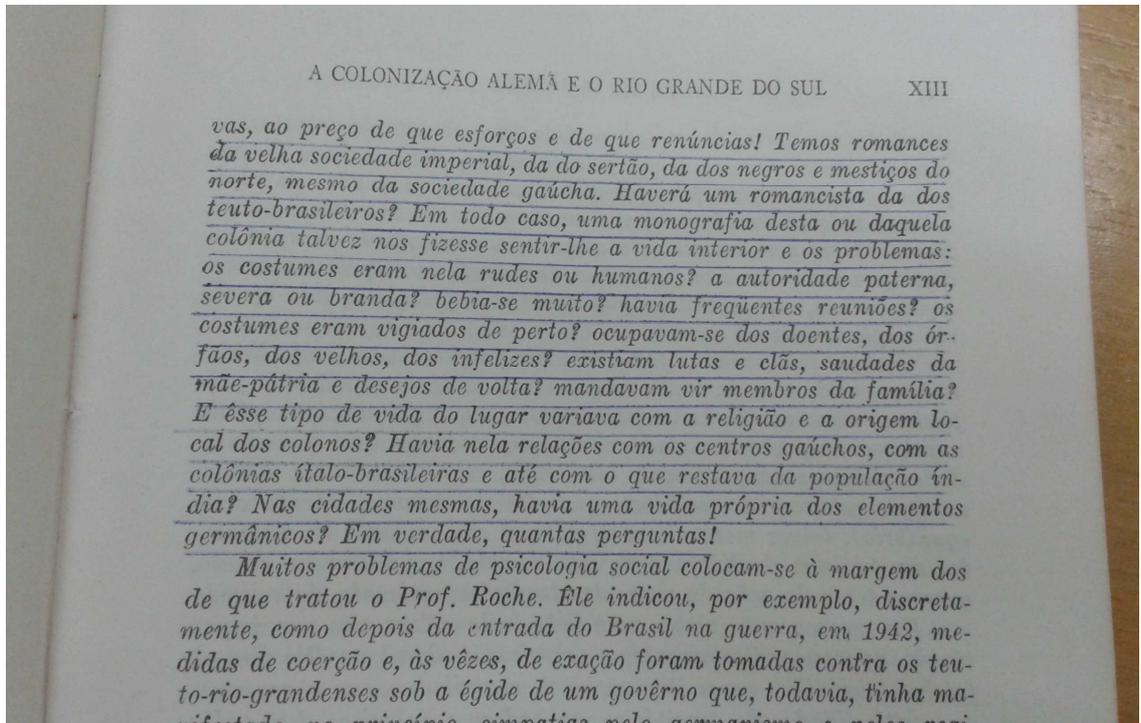
ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 1994. p. 65-74.

## ANEXOS

## Anexo 1



## Anexo 2



## Anexo 3

Pour M. Josué Guimarães,  
 qui a écrit avec Alejo José  
 le roman qui aurait aimé  
 pouvoir imaginer et créer  
 l'auteur de

**A COLONIZAÇÃO ALEMÃ**

**E**

**O RIO GRANDE DO SUL**

eu te agradeço de verdade e  
 profunda admiração, como  
 d'uma de já "vieille amitié" née  
 ici en juillet 1974

*Paul Rou*

P. Alejo 28/7/74

## Anexo 4

## ÍNDICE DA MATÉRIA

PREFÁCIO	XI
RESUMO ANALÍTICO	XXIII
MAPA FORA DO TEXTO	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I O Rio Grande do Sul antes da colonização alemã X	9
CAPÍTULO II Uma colonização dirigida /	93
CAPÍTULO III Um exêrto vigoroso X	157
CAPÍTULO IV A agricultura dos colonos /	243
CAPÍTULO V A enxamagem dos pioneiros /	319
CAPÍTULO VI A vocação comercial /	403
CAPÍTULO VII O surto industrial /	479
CAPÍTULO VIII A Nova Sociedade X	557
CAPÍTULO IX Outro modo de vida e de pensamento X	633
CAPÍTULO X Rumo a uma cidade original	703
CONCLUSÃO	769
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	783
OUTRAS FONTES	796
SIGLAS	801
MAPAS	803
METROLOGIA	805

## Anexo 5

importante em Rio Grande, com o comércio de importação. Era do Estado, que faziam escala os que não queriam subir até Porto Alegre. A capital possuía uma agência e era o inverso. Também em Rio Grande havia fábricas alemãs, a dos tecidos de algodão<sup>71</sup>. Os alemães, entretanto, não eram contados senão por centenas; iam para a Alemanha antes que para cá, e pouca coisa estavam integrados. Algumas firmas comerciais e algumas casas quase não se fará sentir, e essas com seu aspecto tipicamente luso-brasileiro: pretos e prêtos, casas "uma porta, uma janela de azulejos ou caiadas de verde e

## PORTO ALEGRE

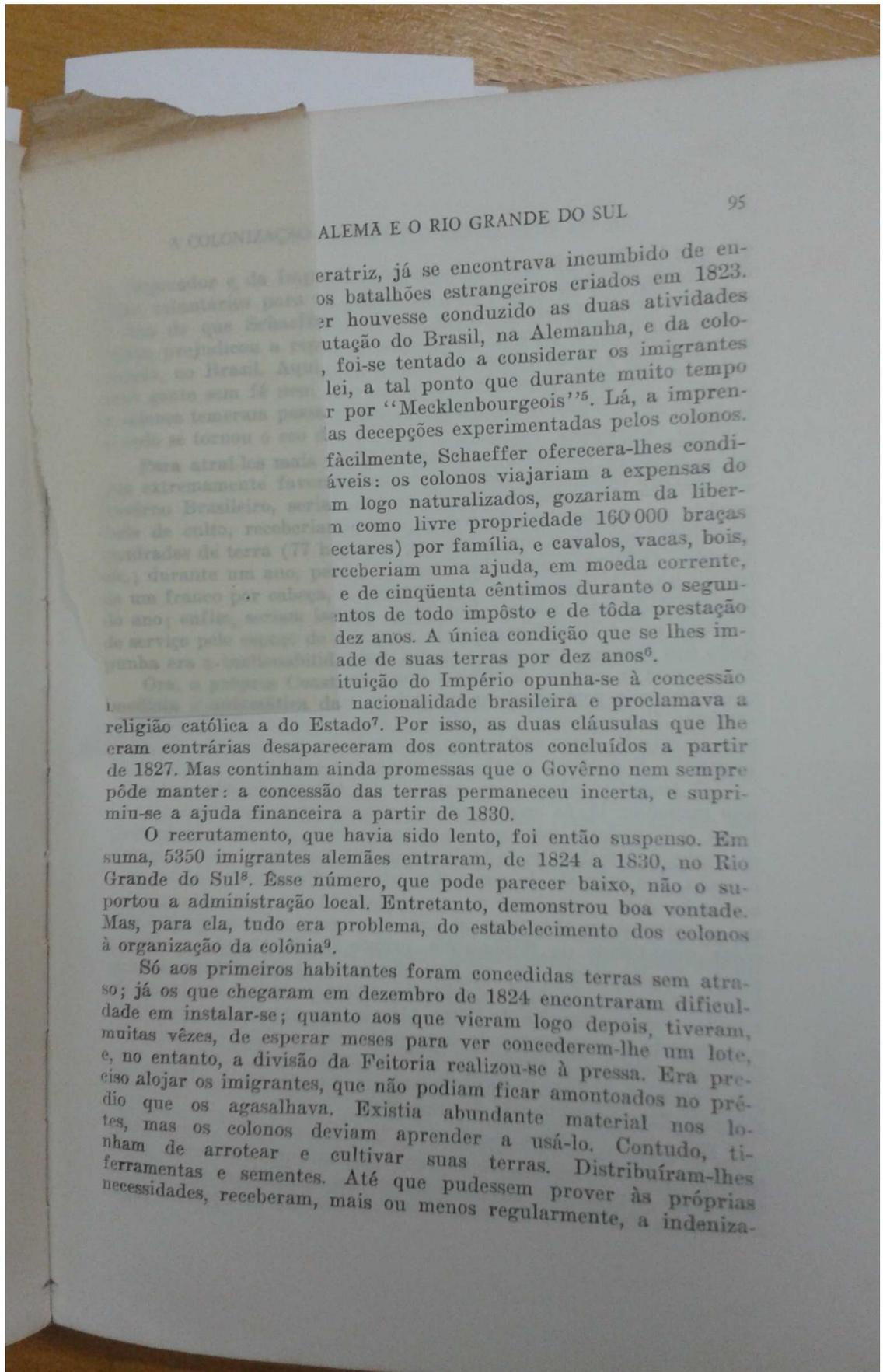
traíu os teuto-brasileiros tentados pelas ofertas, 50 000 aproximadamente, ultrapassantes que entraram no Rio Grande do

Sul em movimento social ou filantrópico, de caráter cristão, de uma cerimônia oficial, os jogos com nomes de origem germânica. No Natal, contêm árvores de Natal ou, pelo menos, coroadas em profusão e coroas verdes, com grandes bolas. Na Páscoa, coelhos de chocolate ou agulhas. As crianças devem procurar. Os porto-alegrenses receberam esses costumes dos alemães, e muitas outras marcas de sua influência<sup>72</sup>. As mais importantes foram comerciantes e atacadistas, que, desde 1880, ocupavam as ruas. Cedo aumentou o número dos pequenos artesãos e, a partir de fins do século XIX, "alemães", com suas igrejas, seus clubes, sua moralidade e seu estilo de vida, constituíram-se, muitas vezes, em zonas bem circunscritas. Em cinquenta anos, toda a parte ocidental da cidade e fábricas cujos proprietários, quadros

Anexo 6



## Anexo 7



eratriz, já se encontrava incumbido de en-  
 os batalhões estrangeiros criados em 1823.  
 er houvesse conduzido as duas atividades  
 utação do Brasil, na Alemanha, e da colo-  
 , foi-se tentado a considerar os imigrantes  
 lei, a tal ponto que durante muito tempo  
 r por "Mecklenbourgeois"<sup>5</sup>. Lá, a impres-  
 as decepções experimentadas pelos colonos.  
 facilmente, Schaeffer oferecera-lhes condi-  
 áveis: os colonos viajariam a expensas do  
 m logo naturalizados, gozariam da liber-  
 m como livre propriedade 160 000 braças  
 ectares) por família, e cavalos, vacas, bois,  
 rceberiam uma ajuda, em moeda corrente,  
 e de cinqüenta cêntimos durante o segun-  
 entos de todo impôsto e de tôda prestação  
 dez anos. A única condição que se lhes im-  
 ade de suas terras por dez anos<sup>6</sup>.  
 ituição do Império opunha-se à concessão  
 nacionalidade brasileira e proclamava a  
 religião católica a do Estado<sup>7</sup>. Por isso, as duas cláusulas que lhe  
 eram contrárias desapareceram dos contratos concluídos a partir  
 de 1827. Mas continham ainda promessas que o Govêrno nem sempre  
 pôde manter: a concessão das terras permaneceu incerta, e supri-  
 miu-se a ajuda financeira a partir de 1830.

O recrutamento, que havia sido lento, foi então suspenso. Em  
 suma, 5350 imigrantes alemães entraram, de 1824 a 1830, no Rio  
 Grande do Sul<sup>8</sup>. Ésse número, que pode parecer baixo, não o su-  
 portou a administração local. Entretanto, demonstrou boa vontade.  
 Mas, para ela, tudo era problema, do estabelecimento dos colonos  
 à organização da colônia<sup>9</sup>.

Só aos primeiros habitantes foram concedidas terras sem atra-  
 so; já os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificul-  
 dade em instalar-se; quanto aos que vieram logo depois, tiveram,  
 muitas vêzes, de esperar meses para ver concederem-lhe um lote,  
 e, no entanto, a divisão da Feitoria realizou-se à pressa. Era pre-  
 ciso alojar os imigrantes, que não podiam ficar amontoados no pré-  
 dío que os agasalhava. Existia abundante material nos lote-  
 tes, mas os colonos deviam aprender a usá-lo. Contudo, ti-  
 nham de arrotar e cultivar suas terras. Distribuíram-lhes  
 ferramentas e sementes. Até que pudessem prover às próprias  
 necessidades, receberam, mais ou menos regularmente, a indeniza-

Anexo 8



Quadro de Carl Ernst Zeuner: o desembarque dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824.

## Anexo 9



(MHVSL)

O primeiro abrigo dos imigrantes foi esta casa da antiga "Feitoria do Linho Cânhamo", situada a 4 km do ponto de desembarque. Atualmente encontra-se restaurada.



São Leopoldo, em 1864. Litografia de Oscar Canstatt.

Anexo 10



(SOD)

stante.



(SOD)

Casa construída sôbre pilares altos, de modo a abrigar em sua parte inferior os animais domésticos.



lo mudou.  
idência de  
construída  
alvenaria.

(SOD)



## Anexo 11



Casa e galpão,  
um binômio constante.

(SOD)



Casa construída sôb  
abrigo em sua parti

O telhado mudou.  
Esta residência de  
1943 foi construída  
em alvenaria.

(SOD)



Anexo 12

João Guimarães

A ORGANIZAÇÃO ALMA E O RIO GRANDE DO SUL

201

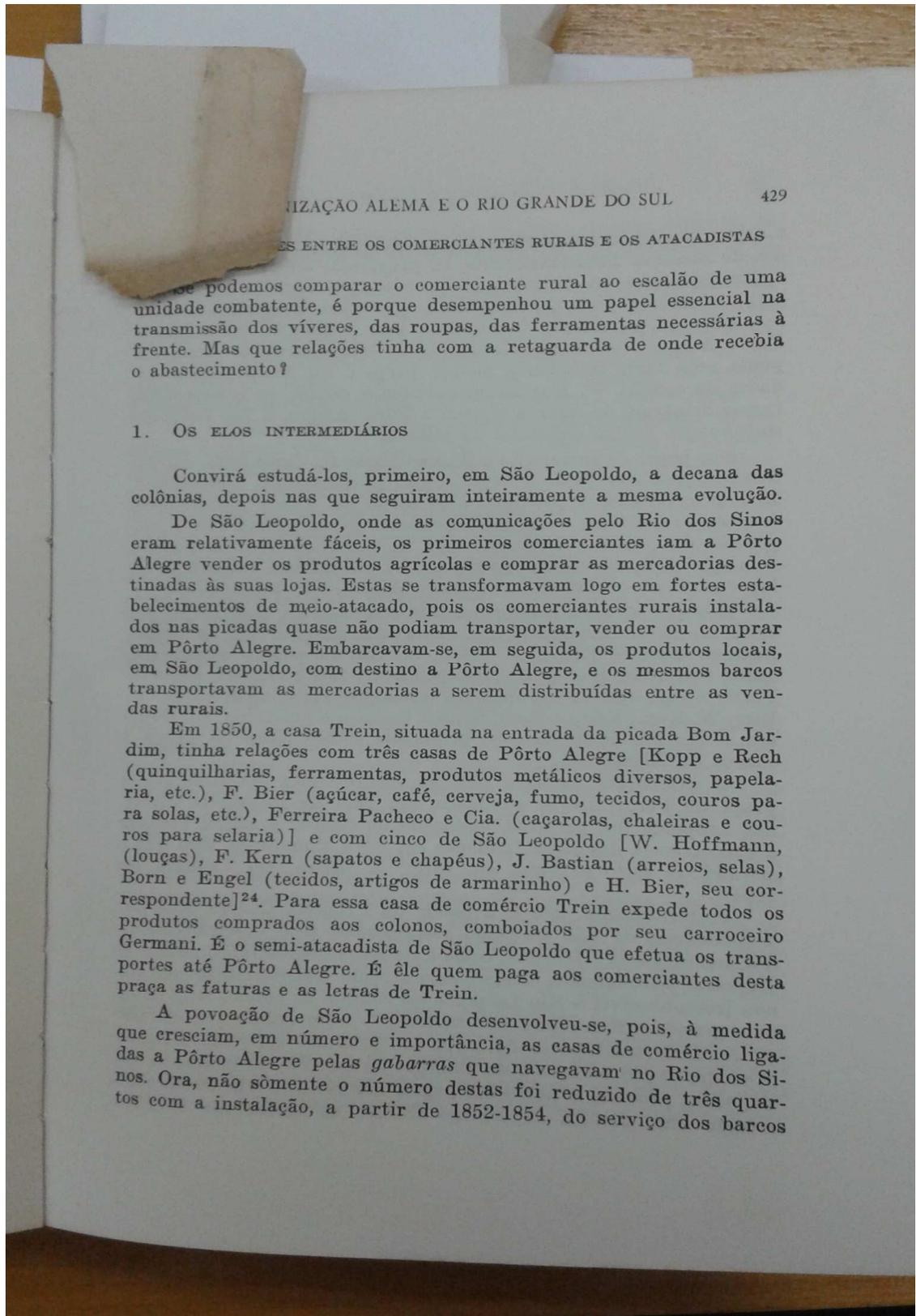


Fig. 201 - Plano da casa de madeira nº 201, em Nova Friburgo.

da de colunas pilares que encimam a laje. Podem cotejar  
 ser comparada com a que Walter H. como característica da  
 "organização" dos espaços, é ainda, um tipo de casa que se  
 encontra no grande número de estabelecimentos de século XIX, com  
 a planta típica de dois cômodos e de projeção da decoração.

A casa de madeira, com planta assimétrica  
 apresenta-se, no exemplo estudado no Vale do Taquari, em  
 um alpendre, justicando um alpendre, com  
 uma fachada de madeira e uma colunata, com  
 uma porta que se distingue pelo perfil transversal  
 es, uma  
 fachada compreendendo duas portas e  
 duas aberturas que em relação de duas aberturas  
 em suave  
 e duplo  
 tipo pre-  
 cedente. Enquanto a fachada principal tem apenas 7 metros, as pa-  
 redes laterais medem 12 metros. No exemplo estudado, o de uma ca-  
 sa modesta embora grande, a divisão interna é das mais simples;  
 uma porta na fachada dá acesso a uma sala; duas portas internas  
 vão ter, uma a um quarto, de duas janelas, outra à cozinha, de três  
 janelas. Ainda há exata correspondência das aberturas em tôdas as  
 fachadas. A cozinha, que ocupa a parte construída no alpendre, pos-  
 sui uma porta que dá para fora. As janelas de guilhotinas não têm

## Anexo 13



Se podemos comparar o comerciante rural ao escalão de uma unidade combatente, é porque desempenhou um papel essencial na transmissão dos víveres, das roupas, das ferramentas necessárias à frente. Mas que relações tinha com a retaguarda de onde recebia o abastecimento?

## 1. OS ELOS INTERMEDIÁRIOS

Convirá estudá-los, primeiro, em São Leopoldo, a decana das colônias, depois nas que seguiram inteiramente a mesma evolução.

De São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Pôrto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas. Estas se transformavam logo em fortes estabelecimentos de meio-atacado, pois os comerciantes rurais instalados nas picadas quase não podiam transportar, vender ou comprar em Pôrto Alegre. Embarcavam-se, em seguida, os produtos locais, em São Leopoldo, com destino a Pôrto Alegre, e os mesmos barcos transportavam as mercadorias a serem distribuídas entre as vendas rurais.

Em 1850, a casa Trein, situada na entrada da picada Bom Jardim, tinha relações com três casas de Pôrto Alegre [Kopp e Rech (quinilharias, ferramentas, produtos metálicos diversos, papelaria, etc.), F. Bier (açúcar, café, cerveja, fumo, tecidos, couros para solas, etc.), Ferreira Pacheco e Cia. (caçarolas, chaleiras e couros para selaria)] e com cinco de São Leopoldo [W. Hoffmann, (louças), F. Kern (sapatos e chapéus), J. Bastian (arreios, selas), Born e Engel (tecidos, artigos de armarinho) e H. Bier, seu correspondente]<sup>24</sup>. Para essa casa de comércio Trein expede todos os produtos comprados aos colonos, comboiados por seu carroceiro Germani. É o semi-atacadista de São Leopoldo que efetua os transportes até Pôrto Alegre. É ele quem paga aos comerciantes desta praça as faturas e as letras de Trein.

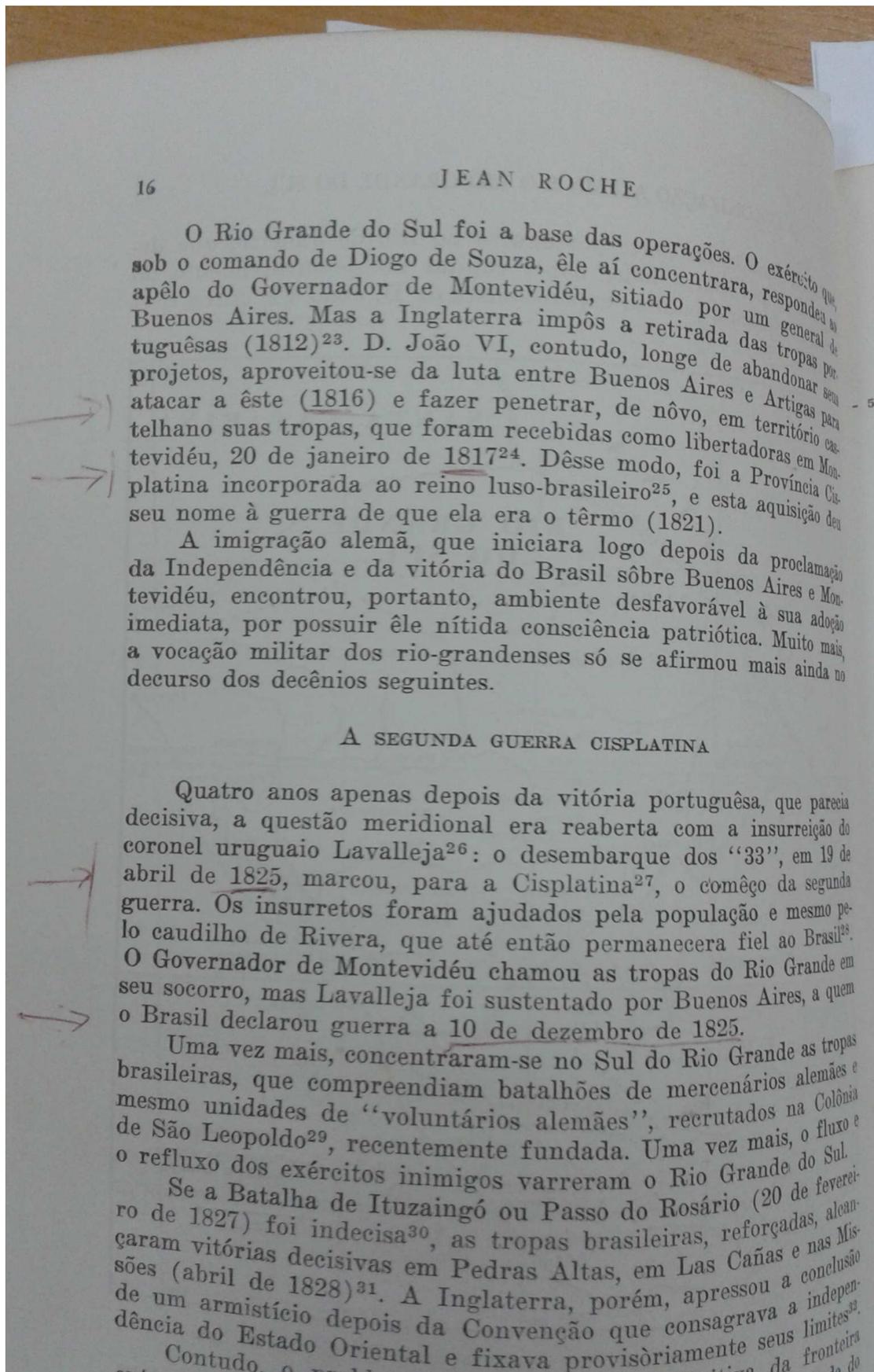
A povoação de São Leopoldo desenvolveu-se, pois, à medida que cresciam, em número e importância, as casas de comércio ligadas a Pôrto Alegre pelas *gabarras* que navegavam no Rio dos Sinos. Ora, não somente o número destas foi reduzido de três quartos com a instalação, a partir de 1852-1854, do serviço dos barcos

## Anexo 14

As rivalidades que dividiram as antigas colônias espanholas depois de sua libertação, possibilitaram a realização do sonho da Coroa luso-brasileira<sup>6</sup>: pela anexação da Província Cisplatina ao Brasil, este estendia sua fronteira ao Rio da Prata. A delimitação entre a nova província e a do Rio Grande já não era senão uma questão administrativa. Por motivos de pura contingência, foi traçada favorecendo a Cisplatina<sup>7</sup>. Partindo do Chuí, seguia ao longo da costa da Lagoa Mirim, subia às fontes do Rio Negro, encontrava o Vale do Quaraí, que ela seguia até o Uruguai. A zona compreendida entre o Quaraí e Arapeí, povoada de luso-brasileiros, foi destacada do Rio Grande do Sul. Assim permaneceu quando a fronteira meridional do Rio Grande se tornou a do Brasil, pela Convenção de 1828, que reconhecia a independência do Estado Oriental do Uruguai<sup>8</sup>.

Só em 1851 a fronteira do Rio Grande com o Uruguai é fixada definitivamente<sup>9</sup>. Partindo do Chuí, estende-se ao longo da margem ocidental da Lagoa Mirim, sobre a qual os brasileiros tinham o privilégio da navegação, segue o Vale do Rio Jaguarão, atinge a linha de crista da Coxilha de Santana, depois o Vale do Rio Quaraí e do Rio Uruguai. São, exceto alguns pormenores, os limites de 1828, que

## Anexo 15



## Anexo 16

